

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Cesar Eduardo da Silva

Apropriação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul - SAEMS pela Coordenadoria de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul: propondo ações que contribuam com a qualidade da educação

Juiz de Fora

2026

Cesar Eduardo da Silva

Apropriação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul - SAEMS pela Coordenadoria de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul: propondo ações que contribuam com a qualidade da educação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Silveira Rezende

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Eduardo da Silva, Cesar.

Apropriação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul - SAEMS pela Coordenadoria de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul: propondo ações que contribuam com a qualidade da educação / Cesar Eduardo da Silva. -- 2026.

141 f.

Orientador: Wagner Silveira Rezende

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2026.

1. SAEMS. 2. Apropriação de Resultados. 3. Indicadores Educacionais. 4. Tradução Pedagógica. 5. Uso Pedagógico dos Dados. I. Silveira Rezende, Wagner, orient. II. Título.

Cesar Eduardo da Silva

Apropriação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul - SAEMS pela Coordenadoria de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul: propondo ações que contribuam com a qualidade da educação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 15 de julho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof^(a) Dr^(a) Wagner Silveira Rezende - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^(a) Dr^(a) Marcelo Tadeu Baumann Burgos
PUC Rio

Prof^(a) Dr^(a) Joaquim José Soares Neto
UNB

Juiz de Fora, 10/06/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Silveira Rezende, Professor(a)**, em 17/07/2026, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Tadeu Baumann Burgos, Usuário Externo**, em 22/07/2026, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim José Soares Neto, Usuário Externo**, em 22/07/2026, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3022545** e o código CRC **8BE6EE0B**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e Nossa Senhora Aparecida pela vida, pela força e pela sabedoria concedidas ao longo desta caminhada. Em cada etapa deste percurso, especialmente nos momentos de maior desafio, encontrei amparo na fé e na certeza de que nenhum esforço é em vão quando guiado por propósito, dedicação e esperança.

À minha mãe, Maria, meu mais profundo agradecimento. Sua presença, seu cuidado, seus ensinamentos e sua força sempre foram inspiração para que eu continuasse em frente. A senhora representa a base da minha história, o exemplo de amor, coragem e perseverança que me acompanha em todos os momentos da vida. Esta conquista também é sua.

Às minhas irmãs, Vanessa, Juliana e minha sobrinha Heloisa, agradeço pelo carinho, pelo apoio e pela torcida constante. A presença de vocês em minha trajetória reafirma a importância da família como lugar de acolhimento, incentivo e pertencimento. Obrigado por estarem ao meu lado, celebrando minhas conquistas e oferecendo apoio nos momentos de dificuldade.

Ao meu filho, João Pedro, minha gratidão mais amorosa. Você é uma das maiores razões pelas quais busco crescer, aprender e seguir adiante. Que esta conquista possa servir como exemplo de que os sonhos exigem esforço, renúncia e persistência, mas também são possíveis quando caminhamos com responsabilidade, fé e dedicação. Seu amor dá sentido a muitos dos meus passos.

À minha coorientadora, professora Juliana Magaldi, registro meu sincero agradecimento pela orientação cuidadosa, pela escuta atenta, pelas contribuições acadêmicas e pela generosidade ao longo deste processo. Sua presença foi fundamental para o amadurecimento desta pesquisa, ajudando-me a olhar para o objeto de estudo com mais rigor, sensibilidade e clareza.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, deixo minha gratidão. Cada palavra de incentivo, cada gesto de apoio e cada contribuição recebida fizeram parte desta trajetória e tornaram possível a concretização deste importante momento da minha formação acadêmica e profissional.

RESUMO

Desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), esta dissertação tem como objetivo compreender o modo como os resultados produzidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul (SAEMS) são interpretados e mobilizados na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), com foco na atuação da Coordenadoria de Avaliação (COAV). A investigação parte do entendimento de que os resultados das avaliações externas não se convertem automaticamente em melhoria educacional, pois, para que cumpram sua função pública, precisam ser compreendidos, contextualizados e traduzidos em orientações factíveis, capazes de dialogar com a realidade das escolas e com o planejamento pedagógico. Nesse sentido, busca-se analisar como os resultados do SAEMS, do Índice de Desenvolvimento da Aprendizagem de Mato Grosso do Sul (IDAMS) e do Índice de Qualidade da Educação de Mato Grosso do Sul (IQE-MS) são organizados, comunicados e mobilizados pela COAV, bem como identificar limites e possibilidades para sua transformação em subsídios para a gestão e para a ação pedagógica na Rede Estadual de Ensino. O estudo assume como eixo a articulação entre avaliação e currículo, considerando o compromisso com o direito à aprendizagem e a necessidade de alinhar a leitura dos desempenhos às competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS). O referencial teórico dialoga com contribuições sobre avaliação em larga escala, apropriação de resultados, indicadores educacionais, tradução pedagógica, responsabilização e equidade, compreendendo a avaliação como instrumento de diagnóstico e de indução de ações formativas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza documental e de caráter descritivo-analítico. O corpus é constituído por documentos normativos, relatórios, boletins, painéis, notas técnicas e materiais institucionais relacionados ao SAEMS, ao IDAMS e ao IQE-MS. A análise permitiu examinar a estrutura formal da política, os fluxos e responsabilidades institucionais e as formas pelas quais os resultados e os indicadores são associados às orientações de gestão e de intervenção pedagógica. Como Plano de Ação Educacional, propõe-se um Guia Orientativo e uma Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada, destinados prioritariamente à COAV, com desdobramentos para as Coordenadorias Regionais de Educação e para as unidades escolares. Espera-se que a proposta contribua para sistematizar o percurso entre leitura, interpretação, contextualização,

definição de prioridades, planejamento das intervenções e acompanhamento das ações, fortalecendo o uso pedagógico dos resultados e sua contribuição para a qualidade e a equidade educacional.

Palavras-chave: SAEMS; apropriação de resultados; indicadores educacionais; tradução pedagógica; uso pedagógico dos dados.

ABSTRACT

Developed within the scope of the Professional Master's Program in Management and Evaluation of Public Education (PPGP), at the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF), this dissertation aims to understand how the results produced by the Mato Grosso do Sul Basic Education Assessment System (SAEMS) are interpreted and mobilized within the Mato Grosso do Sul State Department of Education (SED/MS), with a focus on the work of the Evaluation Coordination Office (COAV). The investigation is based on the understanding that results from external assessments do not automatically lead to educational improvement, since, in order to fulfill their public function, they need to be understood, contextualized, and translated into feasible guidelines capable of dialoguing with school realities and pedagogical planning. In this sense, the study seeks to analyze how the results of SAEMS, the Mato Grosso do Sul Learning Development Index (IDAMS), and the Mato Grosso do Sul Education Quality Index (IQE-MS) are organized, communicated, and mobilized by COAV, as well as to identify limits and possibilities for transforming them into inputs for educational management and pedagogical action within the State Education Network. The study adopts as its central axis the articulation between assessment and curriculum, considering the commitment to the right to learning and the need to align the interpretation of student performance with the competencies and skills established in the National Common Curricular Base (BNCC) and in the Mato Grosso do Sul Curriculum Reference (CRMS). The theoretical framework draws on contributions related to large-scale assessment, appropriation of results, educational indicators, pedagogical translation, accountability, and equity, understanding assessment as an instrument for diagnosis and for inducing formative actions. Methodologically, this is a qualitative study of a documentary nature and descriptive-analytical character. The corpus consists of normative documents, reports, bulletins, dashboards, technical notes, and institutional materials related to SAEMS, IDAMS, and IQE-MS. The analysis made it possible to examine the formal structure of the policy, institutional workflows and responsibilities, and the ways in which results and indicators are associated with guidelines for educational management and pedagogical intervention. As an Educational Action Plan, the dissertation proposes an Orientation Guide and a Structured Feedback Routine Matrix, primarily intended for COAV, with implications for the Regional Education Coordination Offices and school units. The proposal is expected to contribute to systematizing the process of reading, interpretation, contextualization, priority setting, intervention planning, and action monitoring, thereby

strengthening the pedagogical use of results and their contribution to educational quality and equity.

Keywords: SAEMS; appropriation of results; educational indicators; pedagogical translation; pedagogical use of data.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Ciclo Analítico para a leitura do SAEMS.....	56
Figura 2	- Ciclo de apropriação do SAEMS e papel dos indicadores (IDAMS/IQE-MS) como tradutores do processo.....	60
Quadro 1	- Síntese das ações do Plano de Ação Educacional.....	105
Quadro 2	- Detalhamento da Ação 1 pelo modelo 5W2H.....	106
Quadro 3	- Detalhamento da Ação 2 pelo modelo 5W2H.....	107
Quadro 4	- Detalhamento da Ação 3 pelo modelo 5W2H.....	107
Quadro 5	- Detalhamento da Ação 4 pelo modelo 5W2H.....	108
Quadro 6	- Detalhamento da Ação 5 pelo modelo 5W2H.....	109
Quadro 7	- Organização da primeira etapa do circuito de apropriação dos resultados.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- CNCA x SAEMS.....	87
----------	---------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CNCA	Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
COAV	Coordenadoria de Avaliação
CRE	Coordenadoria Regional de Ensino
CRMS	Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul
EAD	Educação a Distância
FGV	Fundação Getúlio Vargas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDAMS	Índice de Desenvolvimento da Aprendizagem de Mato Grosso do Sul
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQE-MS	Índice de Qualidade da Educação de Mato Grosso do Sul
LOA	Lei Orçamentária Anual
Paebes	Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo
Paems	Programa de Avaliação Educacional da Escola Pública Estadual de Mato Grosso do Sul
PES	Plano Estratégico da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
PPA	Plano Plurianual
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Proalfa	Programa de Avaliação da Alfabetização
REE/MS	Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEMS	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul
SAEP	Sistema de Avaliação da Educação Profissional
SED/MS	Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
Supai	Superintendência de Planejamento e Apoio Institucional
Suped	Superintendência de Políticas Educacionais
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Uniderp	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E O LUGAR DA COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO (COAV/SED-MS) NA GESTÃO DOS RESULTADOS DO SAEMS: CONTEXTO, PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS DE PESQUISA.....	21
2.1	AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA, SAEMS E USO DOS RESULTADOS NA GESTÃO.....	23
2.1.1	A avaliação em larga escala como política pública e infraestrutura de regulação.....	24
2.1.2	Do diagnóstico ao uso: avaliação, gestão e mediação pedagógica dos resultados.....	27
2.1.3	Experiências subnacionais e lições para o uso pedagógico: devolutivas, apoio e rotinas.....	30
2.1.4	O SAEMS no contexto sul-mato-grossense: currículo, normatização e dever institucional de uso.....	31
2.2	O SAEMS, A COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO (COAV/SED-MS) E O USO DOS RESULTADOS.....	33
2.3	DESAFIOS DE DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS DADOS NA COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO (COAV/SED-MS).....	37
2.4	INDICADORES EDUCACIONAIS.....	39
2.5	O USO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS COMO MEDIAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, GESTÃO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.....	45
3	REFERENCIAIS TEÓRICOS, QUADRO CONCEITUAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O USO DOS RESULTADOS DO SAEMS NA COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO (COAV/SED-MS).....	48
3.1	AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA, DIREITO À EDUCAÇÃO E EQUIDADE: LIMITES DA MENSURAÇÃO E SENTIDO PÚBLICO DO DADO.....	49
3.2	APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SAEMS: TRADUÇÃO PEDAGÓGICA, LEGIBILIDADE E RESISTÊNCIA NO CICLO “DADO →	52

DECISÃO → AÇÃO”.....	
3.2.1 Apropriação como processo: do diagnóstico à ação situada.....	57
3.2.2 Tradução e legibilidade: quando o indicador vira linguagem de gestão e precisa fazer sentido para escola.....	61
3.3 GESTÃO DO DADO POR INDICADORES NA SED/MS: SAEMS, IDAMS E IQE-MS COMO DISPOSITIVOS DE TRADUÇÃO, INDUÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO.....	69
3.3.1 SAEMS como base de evidências e como campo de confiança: governança do dado antes da devolutiva.....	76
3.3.2 IQE-MS e ICMS - Educação: composição do indicador, participação como regra e efeitos no clima de apropriação.....	79
3.3.3 IDAMS e CNCA: monitoramento da alfabetização.....	84
3.4 IQE-MS E ICMS-EDUCAÇÃO: INDICADOR, EQUIDADE E INDUÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	88
4 GUIA ORIENTATIVO E MATRIZ DE ROTINAS PARA A APROPRIAÇÃO PEDAGÓGICA DO SAEMS, DO IDAMS E DO IQE-MS	94
4.1 DA ANÁLISE DOS INDICADORES À PROPOSIÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL.....	97
4.2 FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL...	101
4.3 OBJETIVOS DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	110
4.4 ESTRUTURA DO GUIA ORIENTATIVO.....	113
4.5 MATRIZ DE ROTINAS DE DEVOLUTIVA ESTRUTURADA.....	115
4.6 CIRCUITO DE APROPRIAÇÃO DOS DADOS: DO RESULTADO À AÇÃO PEDAGÓGICA.....	117
4.7 POSSIBILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO PELA SED/MS E PELA COAV.	121
4.8 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	133

1 INTRODUÇÃO

Em consonância com os estudos de Bhabha (2000), compreende-se que o lócus de enunciação de um sujeito condiciona a forma como ele lê a realidade e ressignifica a própria experiência. Menezes de Souza (2004) reforça que, para compreender uma narrativa, é fundamental reconhecer de onde fala quem escreve. Nesse sentido, opta-se por explicitar ao leitor a trajetória profissional e o contexto institucional em que se desenvolve esta pesquisa, pois esses elementos ajudam a compreender o interesse, as escolhas e o compromisso que orientam o caso de gestão aqui apresentado.

Minha trajetória profissional na educação começou em 1998, quando iniciei minha atuação como professor na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (REE/MS), enquanto cursava o bacharelado em Química pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Durante esse período, lecionei disciplinas de Química, Física e Matemática. Embora não tenha concluído o curso de Química, meu trabalho na educação continuou a se fortalecer.

Em busca de aprimorar minhas competências pedagógicas, obtive a licenciatura em Normal Superior pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e em Matemática pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Além disso, fiz Especialização em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o que me forneceu uma sólida base teórica e prática para minhas futuras atuações na gestão educacional.

Em 2012, fui convidado a integrar a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), assumindo uma posição na Coordenadoria de Coordenação Pedagógica, vinculada à Superintendência de Políticas Educacionais (SUPED). Esse marco representou o início da minha transição para cargos técnicos e de gestão no âmbito da educação estadual.

Três anos depois, em 2015, fui convidado a fazer parte da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação da Superintendência de Planejamento e Apoio Institucional (SUPAI), também na SED/MS. Esse período me proporcionou uma experiência mais aprofundada na área de avaliação educacional, com ênfase no planejamento e na execução de políticas educacionais baseadas em dados.

Em 2018, concomitantemente ao trabalho na Secretaria, iniciei minha atuação como tutor EaD no curso de Matemática pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), parte do grupo Kroton. Essa experiência com o ensino a

distância me ofereceu uma nova perspectiva sobre o ensino superior e a formação de professores, função que exerci até 2022.

Em 2020, assumi o cargo de coordenador da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação, vinculada à SUPAI, posição na qual permaneci até o final de 2022. Nessa função, fui responsável por liderar ações estratégicas relacionadas ao planejamento e à avaliação das políticas educacionais em Mato Grosso do Sul, conforme o art. 22 do Decreto nº 15.279, de 28 de agosto de 2019.

Com a mudança de gestão da SED/MS em 2023, a Coordenadoria foi integrada à SUPED passando a se chamar Coordenadoria de Avaliação (COAV). Desde então, atuo como Gestor da COAV, sendo responsável por coordenar a execução e análise das avaliações de desempenho dos estudantes da REE/MS, bem como pela organização de dados e pela formação de profissionais, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação no estado. Tenho a responsabilidade de coordenar a execução dessa avaliação externa em larga escala, com o objetivo de garantir que os resultados cheguem à SED/MS e aos gestores escolares, para que possam se apropriar dessas informações e traçar estratégias pedagógicas eficazes.

No exercício dessa função, tenho a responsabilidade de liderar uma equipe dedicada à coleta, à análise e à proposição de estudos a partir dos resultados das avaliações de desempenho dos estudantes das redes públicas de ensino do estado, com especial atenção à REE/MS, em consonância com o art. 17 do Regimento Interno da Secretaria, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11.151, de 9 de maio de 2023. Essa atuação envolve, entre outras atribuições, o planejamento de estratégias destinadas à melhoria dos indicadores educacionais, com base nos dados produzidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul (SAEMS).

Essa trajetória me permitiu adquirir uma visão ampla e estratégica do sistema educacional de Mato Grosso do Sul, o que fortalece minha atuação no desenvolvimento de políticas e ações voltadas à melhoria da aprendizagem dos estudantes.

O foco central do estudo recai sobre o SAEMS e sobre a forma como seus resultados são apropriados pela COAV/SED/MS para orientar o planejamento, a formação e o acompanhamento da rede. Em Mato Grosso do Sul, os resultados do SAEMS alimentam diferentes instrumentos de monitoramento e de regulação da política educacional, articulando-se a um índice de caráter formativo voltado ao uso interno da REE/MS e a um índice de alcance interfederativo, que dialoga com o financiamento educacional nos municípios. A análise minuciosa desses instrumentos, assim como de sua relação com o currículo e com o planejamento, será desenvolvida nos capítulos seguintes; nesta introdução, busca-se

apresentar de modo panorâmico o contexto em que a COAV atua e a relevância do uso pedagógico dos dados.

Ao longo dos anos, observa-se que a disponibilização dos resultados das avaliações em larga escala, embora indispensável à transparência da política educacional, não assegura sua incorporação ao planejamento e às práticas pedagógicas. Conforme argumenta Soares (2012), a produção e a divulgação de informações precisam ser acompanhadas por processos de mediação que favoreçam sua interpretação à luz do currículo, das condições institucionais e das necessidades de aprendizagem dos estudantes. Desse modo, o desafio não se restringe ao acesso aos dados, mas envolve a criação de condições para que eles sejam compreendidos, contextualizados e transformados em decisões educacionais.

As Revistas e os Relatórios Pedagógicos do SAEMS, elaborados em conjunto com as instituições responsáveis pela aplicação da avaliação ao longo dos anos, apresentam resultados de participação, proficiências médias, padrões de desempenho e descritores vinculados às matrizes de referência. Esses materiais foram concebidos para apoiar gestores e professores na identificação de habilidades consolidadas e de aprendizagens que demandam maior atenção. Entretanto, o potencial pedagógico dessas informações depende da existência de orientações acessíveis, espaços de análise coletiva, formação continuada e acompanhamento das ações definidas a partir dos resultados.

Nesse processo, os padrões de desempenho constituem uma mediação relevante entre a complexidade técnica da avaliação e sua interpretação pedagógica. Ao sintetizarem uma quantidade ampla de informações em categorias associadas às habilidades que os estudantes provavelmente desenvolveram, os padrões podem favorecer uma leitura mais qualitativa dos resultados. Isso não significa ocultar os fundamentos técnicos ou prescindir da transparência metodológica, mas distinguir a linguagem necessária à validação da avaliação daquela destinada aos profissionais que precisam utilizar seus resultados para planejar intervenções.

Os gestores, professores e demais profissionais da educação não necessitam dominar integralmente os procedimentos estatísticos e psicométricos empregados na produção das proficiências para utilizar os dados de maneira responsável. Precisam, contudo, compreender suas premissas, seus significados, seus limites interpretativos e as implicações pedagógicas das informações apresentadas. Cabe, portanto, às instâncias responsáveis pela avaliação organizar formas de comunicação que traduzam os resultados sem reduzi-los ou simplificá-los indevidamente, aproximando-os de questões concretas do cotidiano educacional.

No âmbito da SED/MS, essa mediação envolve a definição de prioridades, o alinhamento dos resultados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo de

Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), a organização de devolutivas e a construção de rotinas de formação e monitoramento. Também requer a consideração de recortes de equidade, uma vez que médias e índices agregados podem encobrir desigualdades entre territórios, escolas, turmas e grupos de estudantes. Assim, os dados devem subsidiar não somente a identificação de resultados gerais, mas também o reconhecimento daqueles que necessitam de apoios diferenciados para que seu direito à aprendizagem seja assegurado.

A apropriação dos resultados, nessa perspectiva, não se confunde apenas com a compreensão da lógica de um indicador ou com a capacidade de localizar informações em relatórios e painéis. Ela ocorre quando as evidências passam a integrar as rotinas de análise, planejamento, intervenção e acompanhamento. Trata-se, portanto, de uma forma de compreensão voltada à ação, construída por meio da articulação entre o conhecimento técnico produzido pelas instâncias responsáveis pela avaliação e o conhecimento contextual dos profissionais que atuam nas regionais e nas escolas.

Essa compreensão exige reconhecer que os indicadores educacionais são representações sintéticas e, por isso, não reproduzem integralmente a complexidade da realidade escolar. O SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS oferecem informações relevantes para a gestão e para o acompanhamento da política educacional, mas não explicam, isoladamente, as causas dos resultados nem as condições em que eles foram produzidos. Seu uso deve ser articulado a outras evidências, como registros escolares, informações de fluxo, características dos territórios, condições de oferta e conhecimentos construídos pelos profissionais no acompanhamento cotidiano dos estudantes.

Dessa forma, os indicadores devem ser compreendidos menos como respostas conclusivas e mais como pontos de partida para a formulação de perguntas. Entre elas, destacam-se: o que os resultados revelam sobre as aprendizagens dos estudantes? Quais habilidades necessitam ser priorizadas? Que grupos apresentam maiores dificuldades? Que outras evidências confirmam ou problematizam a leitura inicial? Quais ações podem ser planejadas e como seus efeitos serão acompanhados? Ao orientar esse percurso, a avaliação pode contribuir para decisões mais contextualizadas e comprometidas com a redução das desigualdades.

A tradução pedagógica também não deve ocorrer de maneira exclusivamente descendente, mediante a transmissão de interpretações prontas da Secretaria para as escolas. A SED/MS e a COAV exercem papel fundamental na garantia da qualidade dos dados, na organização de orientações comuns e no apoio às redes e unidades escolares. Contudo, a apropriação efetiva requer a participação das Coordenadorias Regionais de Educação, dos

gestores escolares, dos coordenadores pedagógicos e dos professores na contextualização dos resultados e na definição das intervenções.

Essa articulação permite aproximar os movimentos institucionais de caráter mais centralizado das experiências e demandas que emergem das unidades escolares. Não se trata de substituir as orientações da gestão central por processos fragmentados e exclusivamente locais, mas de estabelecer mecanismos de interlocução nos quais diferentes atores possam contribuir para interpretar os dados, reconhecer limites de implementação e construir respostas adequadas às realidades em que atuam.

Nesse contexto, eventuais resistências dos profissionais não devem ser interpretadas automaticamente como desconhecimento, acomodação ou recusa à responsabilização. Elas podem expressar dificuldades relacionadas à linguagem utilizada, às condições institucionais, à descontinuidade das equipes ou à ausência de espaços de participação. Em determinadas situações, a resistência pode assumir caráter ativo, quando os sujeitos reconhecem a necessidade da mudança, mas procuram inserir suas experiências, preocupações e condições concretas no processo de implementação. A escuta dessas manifestações pode contribuir para o aperfeiçoamento das políticas e dos instrumentos de apropriação.

A formação continuada constitui um espaço privilegiado para essa interlocução. Mais do que apresentar conceitos e resultados, os processos formativos podem favorecer a análise coletiva de dados reais, a identificação de desigualdades, a formulação de hipóteses, o diálogo com outras evidências e a definição de ações acompanháveis. Nessa direção, Brooke e Alves (2015) destacam a necessidade de devolutivas utilizáveis pelas escolas, enquanto Luckesi (2011) compreende a avaliação como diagnóstico que subsidia decisões capazes de orientar novas ações educativas.

A literatura sobre o uso de dados também ressalta a importância de organizar o trabalho de forma colaborativa e sistemática. O Data Wise, desenvolvido por Boudett, City e Murnane, apresenta um percurso de investigação que envolve organização, análise, interpretação, ação e acompanhamento dos resultados. Nesta pesquisa, essa abordagem é tomada como referência para pensar a necessidade de rotinas estruturadas, sem que isso implique sua aplicação integral ou descontextualizada à realidade da SED/MS. Seu principal aporte consiste em reconhecer que a escola e seus profissionais precisam participar do processo de leitura, problematização e utilização das evidências.

No contexto da COAV/SED/MS, o desafio institucional envolve tanto a produção de materiais e devolutivas acessíveis quanto o fortalecimento da capacidade da própria equipe técnica para interpretar os resultados e mediar seu uso. Esse cotidiano técnico-pedagógico

compreende a leitura de proficiências e padrões de desempenho, a identificação de habilidades prioritárias, a produção de orientações, a realização de devolutivas às CREs e às escolas, o apoio às formações e o acompanhamento das ações decorrentes das análises.

Para que esse percurso se torne verificável, podem ser considerados indicadores de processo e de resultado, como o tempo decorrido entre a divulgação e a devolutiva técnica, o número de equipes alcançadas pelas formações, a elaboração de planos de ação, o registro das intervenções e a retomada periódica dos focos priorizados. Nesse sentido, o problema não está na ausência de dados ou instrumentos, mas na necessidade de organizar mediações e rotinas capazes de articular diagnóstico, decisão, intervenção e acompanhamento.

Diante desse cenário, o presente estudo decorre de dois interesses interligados. O primeiro é de caráter profissional e formativo, relacionado à necessidade de ampliar a compreensão sobre um campo que ocupa posição central em minha atuação na COAV. O segundo é institucional, voltado ao aperfeiçoamento dos processos de organização, comunicação e mobilização dos resultados das avaliações e dos indicadores educacionais na REE/MS.

A investigação tem como questão norteadora compreender como os resultados produzidos pelo SAEMS são interpretados e mobilizados pela COAV e de que maneira esse processo pode ser aperfeiçoado para contribuir com a qualidade e a equidade educacional. A partir dessa questão, busca-se analisar a organização e a mobilização dos resultados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS, compreender os processos de apropriação e tradução pedagógica, identificar limites e possibilidades do uso dos indicadores e propor um produto educacional voltado à sistematização desse percurso.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza documental e caráter descritivo-analítico. O corpus é constituído por documentos normativos, relatórios, boletins, painéis, notas técnicas e materiais institucionais relacionados ao SAEMS, ao IDAMS e ao IQE-MS. A escolha desse delineamento permite examinar como a política é formalmente estruturada, quais responsabilidades e fluxos são definidos e de que modo os resultados e indicadores são comunicados e associados às orientações de gestão e de intervenção pedagógica.

A unidade de análise corresponde, portanto, à dimensão institucional dos processos de produção, organização, comunicação e mobilização dos resultados no âmbito da SED/MS e da COAV. A pesquisa não analisa diretamente as percepções individuais dos profissionais nem pretende afirmar como as orientações são efetivamente recebidas e incorporadas em todas as CREs e unidades escolares. Examina-se aquilo que os documentos formalizam,

orientam e propõem, reconhecendo que a política vivenciada pelos sujeitos pode envolver interpretações, negociações e adaptações que não são integralmente apreendidas pelos registros institucionais.

Esse recorte constitui também um limite da investigação. A análise documental permite compreender o desenho formal da política, mas não possibilita identificar de maneira conclusiva como técnicos, gestores e professores interpretam os materiais, quais resistências enfrentam, que adaptações realizam ou em que medida os resultados passam a integrar suas rotinas. A escuta desses atores por meio de entrevistas, grupos focais ou observações representa, assim, uma possibilidade de aprofundamento para estudos posteriores.

Diante desse panorama, a dissertação está organizada em quatro capítulos, sendo o primeiro constituído por esta Introdução, além das Considerações Finais. O Capítulo 2 caracteriza o SAEMS e o arranjo institucional em que ele se materializa no âmbito da SED/MS, com ênfase no papel estratégico da COAV na produção, organização e circulação dos resultados. São apresentados os principais dispositivos de comunicação e devolutiva, bem como os desafios relacionados à passagem entre divulgação, compreensão e utilização pedagógica dos dados.

Nesse capítulo, também são discutidos o IDAMS e o IQE-MS, considerando suas finalidades, seus usos e sua relação com processos de gestão, monitoramento, financiamento e indução de políticas. Os indicadores são analisados como instrumentos que podem favorecer a identificação de prioridades e desigualdades, desde que utilizados de maneira ética, contextualizada e articulada a outras evidências.

O Capítulo 3 apresenta o referencial teórico-analítico e o percurso metodológico da investigação. A discussão articula avaliação em larga escala, apropriação de resultados, mediação, tradução pedagógica, indicadores educacionais, responsabilização, equidade e resistência institucional. O capítulo também explicita a abordagem documental, o corpus selecionado, os procedimentos de organização e categorização dos materiais e os limites decorrentes da opção metodológica.

O Capítulo 4 apresenta o Plano de Ação Educacional elaborado a partir das análises desenvolvidas na pesquisa. A proposta é constituída por um Guia Orientativo e por uma Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada, destinados prioritariamente à COAV da SED/MS, com participação e desdobramentos para as CREs e para as unidades escolares. O produto educacional busca organizar o percurso entre leitura, interpretação, contextualização, definição de prioridades, planejamento das intervenções e acompanhamento das ações.

Por fim, as Considerações Finais retomam os principais achados, as contribuições e os limites do estudo, destacando a necessidade de articular qualidade técnica, linguagem acessível, participação dos atores e continuidade institucional. Também são indicadas possibilidades de aprofundamento, especialmente por meio da escuta dos profissionais envolvidos e da avaliação participativa do Guia Orientativo e da Matriz de Rotinas.

2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E O LUGAR DA COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO (COAV/SED-MS) NA GESTÃO DOS RESULTADOS DO SAEMS: CONTEXTO, PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS DE PESQUISA

Este capítulo tem como propósito situar o SAEMS no processo de institucionalização das avaliações em larga escala no Brasil e explicitar como seus resultados são mobilizados no âmbito da gestão educacional da SED/MS. Parte-se do entendimento de que a avaliação externa não se esgota na produção de medidas de desempenho, pois sua relevância pública depende da capacidade de transformar os dados em diagnósticos compreensíveis, devolutivas utilizáveis e processos de tomada de decisão relacionados ao currículo e ao direito à aprendizagem.

A passagem da divulgação para o uso dos resultados não ocorre de maneira automática, mas é construída por meio de escolhas institucionais, condições de trabalho, processos formativos e mediações pedagógicas. A disponibilização de relatórios, indicadores e painéis constitui uma etapa necessária, porém não suficiente para que as informações produzidas sejam incorporadas às rotinas de gestão, planejamento e intervenção.

A discussão inicia-se pela trajetória das avaliações em larga escala no Brasil, com destaque para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para a consolidação dos indicadores educacionais e para a constituição de séries históricas. Também é abordada a expansão dos sistemas próprios de avaliação criados por estados e municípios, movimento que possibilitou a produção de diagnósticos mais próximos das realidades locais e a organização de políticas subnacionais de acompanhamento dos resultados.

Esse percurso contribui para compreender como as avaliações externas foram gradualmente incorporadas como instrumentos de diagnóstico, regulação, monitoramento e indução de políticas, ao mesmo tempo que ampliaram as possibilidades de identificação das desigualdades educacionais presentes no interior das redes. As experiências subnacionais e os estudos sobre devolutivas, rotinas de apoio e estratégias de apropriação demonstram que os sistemas de avaliação não se limitam à aplicação de testes, pois seus resultados podem ser articulados à formação continuada, à produção de materiais pedagógicos, ao acompanhamento sistemático e à definição de prioridades.

O texto insere o SAEMS nesse cenário e apresenta suas especificidades no contexto sul-mato-grossense. A trajetória da avaliação externa no Estado possui como antecedente o Decreto Estadual nº 12.358, de 2 de julho de 2007, que instituiu a avaliação de desempenho dos estudantes da REE/MS. Posteriormente, o Decreto Estadual nº 15.848, de 29 de dezembro

de 2021, instituiu o SAEMS como política pública permanente e revogou o decreto anterior, consolidando um novo marco normativo para a avaliação da educação básica no estado.

Ao dialogar com as referências nacionais, o SAEMS busca aprofundar a leitura das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática e oferecer subsídios ao planejamento da rede, em articulação com a BNCC e com o CRMS. Nesse contexto, destaca-se o papel da COAV/SED-MS, compreendida como instância estratégica na organização dos dados, na produção das análises e na mediação entre os resultados técnicos e sua utilização pela gestão educacional.

A atuação da COAV envolve a qualificação das bases de dados, a organização dos resultados, a produção de relatórios, painéis e materiais orientadores e a realização de devolutivas e processos de acompanhamento. Essas ações são desenvolvidas em articulação com as CREs e, posteriormente, alcançam as unidades escolares, respeitando as atribuições institucionais de cada instância.

O capítulo também apresenta os desafios relacionados à divulgação e à apropriação dos resultados do SAEMS, especialmente quanto à tradução das informações técnicas em mensagens claras e adequadas aos diferentes públicos. A efetividade das devolutivas depende de rotinas institucionais, letramento em dados, formação, apoio pedagógico e acompanhamento, evitando que a avaliação se restrinja à publicização de números e indicadores.

O foco da análise não se encontra apenas no dado produzido, mas nos processos que podem torná-lo pedagogicamente útil, como a leitura orientada dos resultados, a identificação das prioridades, o planejamento das intervenções e o acompanhamento das ações. Essa distinção permite compreender que o domínio técnico das informações não corresponde, necessariamente, à sua apropriação, pois esta pressupõe a incorporação das evidências às rotinas de decisão e de planejamento.

O capítulo aborda ainda a produção e a utilização dos indicadores educacionais relacionados ao SAEMS, distinguindo suas finalidades e suas implicações para a gestão. Os conceitos de proficiência e padrões de desempenho são apresentados como elementos interpretativos importantes para a compreensão do diagnóstico da aprendizagem na REE/MS, especialmente no período de 2022 a 2024.

A articulação entre participação, proficiência e distribuição dos estudantes pelos padrões de desempenho permite desenvolver uma leitura que ultrapasse as médias gerais e identifique concentrações de dificuldades, avanços e permanências. Essas informações podem subsidiar decisões mais focalizadas e coerentes com as aprendizagens previstas na BNCC e no

CRMS, desde que sejam interpretadas em conjunto com outros elementos da realidade educacional.

É a partir desse contexto que se retoma o percurso de institucionalização da avaliação em larga escala no Brasil, como fundamento para compreender a expansão dos sistemas subnacionais e o lugar ocupado pelo SAEMS nas políticas educacionais de Mato Grosso do Sul.

2.1 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA, SAEMS E USO DOS RESULTADOS NA GESTÃO

A avaliação em larga escala, compreendida como política pública, não se limita à função técnica de mensurar o desempenho dos estudantes. Ao produzir informações padronizadas e comparáveis, essas avaliações passaram a integrar a organização institucional do Estado, oferecendo referências para o diagnóstico, o monitoramento e a definição de prioridades em um contexto marcado pela ampliação do acesso à educação e pela permanência de desigualdades educacionais.

Soares (2012) ressalta que a avaliação externa adquire relevância pública ao possibilitar a identificação de padrões de aprendizagem e desigualdades entre redes e escolas, contribuindo para que as decisões educacionais sejam fundamentadas em evidências mais consistentes. Esse potencial, entretanto, depende da forma como os resultados são interpretados e relacionados às condições concretas das redes e das unidades escolares.

A centralidade assumida pelas avaliações nas agendas educacionais, sobretudo quando seus resultados são associados a indicadores, metas e mecanismos de acompanhamento, contribuiu para consolidá-las como instrumentos de regulação e gestão. As informações produzidas passaram a organizar uma linguagem comum entre redes e gestores, conferir visibilidade ao desempenho educacional e subsidiar decisões, pactuações e intervenções.

Bonamino e Sousa (2012) demonstram que a consolidação das avaliações externas e dos indicadores produz efeitos sobre as práticas de gestão, a definição de prioridades e as concepções de qualidade educacional. Esses efeitos podem assumir diferentes sentidos, dependendo das formas de utilização dos resultados e do grau de apoio oferecido às escolas.

A existência das avaliações e de seus indicadores, contudo, não assegura automaticamente a melhoria da aprendizagem. A utilidade das informações depende de mediações institucionais que favoreçam sua interpretação, sua comunicação e sua incorporação às rotinas de planejamento, formação e acompanhamento.

A relação entre avaliação, BNCC e CRMS torna-se fundamental para que os resultados não sejam tratados como elementos externos ao trabalho pedagógico. Quando relacionados às habilidades e aos conhecimentos previstos no currículo, os dados podem contribuir para a identificação das necessidades de aprendizagem e para a definição de intervenções mais coerentes com o direito à educação.

2.1.1 A avaliação em larga escala como política pública e infraestrutura de regulação

A institucionalização da avaliação em larga escala no Brasil ganhou maior centralidade a partir da década de 1990, com a criação e o desenvolvimento do Saeb coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esse movimento ocorreu em um contexto de ampliação do acesso à escolarização e de fortalecimento dos mecanismos destinados à produção de informações sobre a qualidade da educação básica.

A avaliação externa passou, progressivamente, a oferecer evidências sobre o desempenho dos estudantes e sobre as desigualdades existentes entre redes, escolas e grupos sociais. Ao longo das décadas seguintes, sua cobertura, sua padronização e sua capacidade de produzir informações comparáveis foram ampliadas, possibilitando a constituição de séries históricas e o acompanhamento dos resultados educacionais ao longo do tempo.

As reconfigurações ocorridas a partir dos anos 2000, com a ampliação das avaliações de base escolar e a consolidação de indicadores educacionais, reforçaram a compreensão de que a avaliação em larga escala não deveria ser utilizada apenas como diagnóstico pontual. Seus resultados passaram a integrar processos permanentes de planejamento, acompanhamento de metas e monitoramento das políticas educacionais em âmbito nacional, estadual e municipal.

Nesse percurso, a avaliação externa assumiu posição estratégica nas políticas públicas ao se articular aos instrumentos de gestão e às agendas relacionadas à qualidade da educação. A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), por exemplo, contribuiu para ampliar a visibilidade dos resultados e para estabelecer metas públicas de melhoria, combinando informações sobre desempenho e fluxo escolar.

A associação entre resultados, indicadores e metas também fortaleceu mecanismos de responsabilização institucional. Os dados passaram a influenciar a definição de prioridades, a organização de programas e a formulação de intervenções, além de constituírem referências para o acompanhamento público das redes de ensino.

Essa centralidade exige cautela, pois a utilização dos resultados pode assumir sentidos distintos. Quando acompanhada de apoio técnico, formação e condições de implementação, a avaliação pode contribuir para o planejamento e para a melhoria da aprendizagem. Quando reduzida à cobrança por resultados ou à comparação descontextualizada, pode favorecer práticas de classificação e culpabilização das escolas.

Soares (2004, 2012) destaca que as avaliações em larga escala oferecem elementos relevantes para o diagnóstico da qualidade e da equidade educacional, ao possibilitarem a identificação de padrões de aprendizagem e de desigualdades que nem sempre são visíveis nas análises internas das redes. Os resultados, entretanto, precisam ser interpretados em conjunto com informações sobre as condições de oferta, o território, o perfil dos estudantes e os processos pedagógicos desenvolvidos.

Bonamino e Sousa (2012) analisam como a consolidação das avaliações externas no Brasil produziu diferentes consequências para o currículo e para as práticas escolares. As autoras demonstram que os efeitos das avaliações dependem das formas de responsabilização associadas aos resultados, podendo variar desde usos predominantemente diagnósticos até políticas que vinculam desempenho a consequências simbólicas ou materiais.

Castro (2010) ressalta que os sistemas de avaliação contribuíram para a consolidação de uma cultura de acompanhamento da educação brasileira, fornecendo informações para a gestão e para a formulação das políticas públicas. A produção sistemática de dados tornou possível observar avanços, permanências e desigualdades, embora a existência das informações não garanta, isoladamente, sua transformação em ações educacionais.

As avaliações externas podem ser compreendidas, portanto, como parte da infraestrutura da gestão educacional. Elas produzem uma linguagem comum para descrever o desempenho, oferecem referências para a comparação temporal e territorial e subsidiam a pactuação e o monitoramento de metas. Essa infraestrutura não se limita aos instrumentos de aplicação dos testes, pois envolve bases de dados, escalas de proficiência, padrões de desempenho, indicadores, relatórios, sistemas de divulgação e processos institucionais de interpretação.

As contribuições de Brooke (2006) ajudam a compreender a relação entre a expansão das avaliações e o fortalecimento das políticas de responsabilização educacional. À medida que os resultados ganham visibilidade e passam a orientar metas e decisões, redes e escolas são chamadas a responder pelo desempenho apresentado.

A responsabilização, contudo, não deve ser compreendida como atribuição exclusiva de culpa aos profissionais das unidades escolares. A melhoria dos resultados depende de responsabilidades distribuídas entre os diferentes níveis da administração educacional,

envolvendo a oferta de recursos, formação, apoio técnico, condições de trabalho e acompanhamento das ações.

Brooke e Cunha (2011) demonstram que os sistemas estaduais de avaliação passaram a ser utilizados como instrumentos de gestão, apoiando a formulação de políticas, o estabelecimento de prioridades e a organização de intervenções. As experiências analisadas pelos autores mostram que os resultados podem assumir maior utilidade quando acompanhados de devolutivas, materiais pedagógicos, formação e mecanismos de apoio às escolas.

Essa compreensão também auxilia a explicar a expansão dos sistemas próprios de avaliação instituídos por estados e municípios. Embora o Saeb produza informações nacionais importantes, as redes subnacionais buscam diagnósticos mais frequentes e detalhados, capazes de considerar suas etapas, componentes curriculares, territórios e necessidades específicas.

Os sistemas estaduais podem produzir informações em períodos mais próximos das decisões de gestão e oferecer recortes por escola, etapa e componente curricular. Essa maior granularidade amplia as possibilidades de acompanhamento, mas também aumenta a responsabilidade das redes em organizar formas adequadas de comunicação e utilização dos dados.

A existência de um sistema próprio, portanto, não garante a apropriação dos resultados. A capacidade de produzir testes e indicadores precisa estar articulada à organização de circuitos institucionais de análise, devolutiva, formação, planejamento e monitoramento, para que as informações não permaneçam restritas aos setores técnicos responsáveis pela avaliação.

O SAEMS insere-se nesse movimento de expansão e institucionalização dos sistemas subnacionais. Sua trajetória está relacionada à necessidade de produzir informações específicas sobre a aprendizagem dos estudantes de Mato Grosso do Sul e de subsidiar o planejamento, o acompanhamento e a definição de prioridades da política educacional estadual.

Compreender o SAEMS como política pública significa reconhecer que sua função ultrapassa a aplicação de testes e a divulgação dos resultados. O sistema integra um conjunto mais amplo de processos de gestão, no qual a produção da evidência precisa ser acompanhada de mediação institucional, comunicação adequada e apoio à utilização pedagógica das informações.

2.1.2 Do diagnóstico ao uso: avaliação, gestão e mediação pedagógica dos resultados

A consolidação da apropriação dos resultados das avaliações externas tem levado a SED/MS a reconhecer que o uso pedagógico dos dados do SAEMS constitui uma responsabilidade institucional e uma condição para qualificar a gestão educacional. Esse entendimento encontra respaldo no Decreto Estadual nº 15.848, de 29 de dezembro de 2021, que institui o SAEMS como política pública permanente, e na Resolução/SED nº 4.032, de 11 de maio de 2022, que regulamenta a produção e a disponibilização de informações destinadas a subsidiar a reflexão e o aprimoramento das práticas pedagógicas.

A institucionalização do SAEMS também se relaciona às atribuições das unidades responsáveis pela avaliação no âmbito da Secretaria. A estrutura organizacional e o Regimento Interno da SED/MS conferem à COAV responsabilidades relacionadas à organização, à sistematização, à análise e à comunicação dos resultados educacionais, atribuições que sustentam a necessidade de promover processos de devolutiva, formação e acompanhamento junto às CREs e às unidades escolares.

O cumprimento dessas responsabilidades exige que a COAV estabeleça procedimentos voltados à governança dos dados e sua atuação compreende a definição de fluxos, responsabilidades e mecanismos destinados a assegurar a qualidade, a comparabilidade e a rastreabilidade das informações do SAEMS. Esse trabalho envolve a conferência e o saneamento das bases recebidas da instituição aplicadora, considerando aspectos como consistência, cobertura, participação e tempestividade, além da padronização dos indicadores, dos critérios de cálculo e das formas de apresentação dos resultados.

A organização técnica das informações amplia a confiabilidade das análises e oferece maior segurança para sua posterior divulgação e ao alcançar essa finalidade, a Coordenadoria também elabora dicionários de dados, notas metodológicas, registros de versões e procedimentos de acesso às bases, mantendo atenção à confidencialidade e à proteção das informações. A adoção desses mecanismos contribui para reduzir inconsistências e tornar mais transparentes as etapas de produção, tratamento e disponibilização dos resultados.

A qualidade técnica das bases precisa ser acompanhada pela organização dos procedimentos de análise. Por essa razão, a COAV estabelece calendários internos de leitura e produção de insumos, considerando componentes curriculares, etapas de ensino e recortes territoriais. Planilhas, relatórios, painéis e materiais explicativos passam, então, a estruturar as análises e a oferecer suporte às etapas posteriores de devolutiva, formação e monitoramento.

Os instrumentos produzidos possibilitam o acompanhamento de indicadores como proficiência, padrões de desempenho, participação e variação dos resultados ao longo do tempo. Para que essas informações sejam compreendidas adequadamente, sua apresentação precisa ser acompanhada de notas de contexto e explicações metodológicas que esclareçam o alcance dos dados e previnam interpretações que ultrapassem aquilo que os resultados permitem afirmar.

Embora a consistência das bases e das análises constitua uma condição indispensável, ela não assegura, isoladamente, que a avaliação produza efeitos pedagógicos. O desafio central está na passagem entre a evidência e a ação, uma vez que a disponibilização das informações não garante que elas sejam compreendidas, contextualizadas ou incorporadas às decisões de gestão e de planejamento.

A necessidade de construir essa passagem pode ser compreendida a partir das contribuições de Brooke (2006) e Brooke e Cunha (2011), cujas análises indicam que as avaliações externas, ao se tornarem referências para o acompanhamento do desempenho, podem influenciar a definição de prioridades, a focalização das ações e a organização da gestão educacional. O potencial de utilização desses resultados, entretanto, depende das condições institucionais estabelecidas para sua interpretação, comunicação e incorporação aos processos de planejamento e acompanhamento.

A interpretação dos resultados também requer sua aproximação com o currículo e com as necessidades concretas da rede. Soares (2012) ressalta que a simples divulgação das informações não produz mudança por si mesma, pois os dados precisam ser compreendidos em relação ao currículo, traduzidos em linguagem pedagógica e sustentados por processos de apoio e acompanhamento capazes de transformar o diagnóstico em decisão.

A tradução dos resultados em informações pedagogicamente compreensíveis exige mediação entre a produção técnica e o cotidiano educacional e os profissionais responsáveis pelas devolutivas precisam apresentar os dados de maneira clara, explicar as proficiências e os padrões de desempenho, relacionar os resultados às habilidades avaliadas e apoiar a identificação das prioridades de intervenção.

A mediação pedagógica amplia a compreensão de que o uso dos resultados ultrapassa a consulta a tabelas, médias ou índices. A apropriação pressupõe a organização de um circuito contínuo que articule leitura técnica, tradução pedagógica, planejamento, definição de responsáveis, estabelecimento de prazos e monitoramento das ações.

A leitura técnica constitui a etapa de verificação, organização e interpretação inicial das informações produzidas pelo sistema de avaliação e, quando essas informações são

relacionadas às habilidades, ao currículo, às necessidades dos estudantes e às condições concretas das escolas, inicia-se o processo de tradução pedagógica, que permite atribuir significado educacional aos resultados.

A tradução pedagógica oferece, por sua vez, elementos para o planejamento das ações. Com o diagnóstico conseguimos subsidiar a definição de propostas, responsáveis, prazos e formas de acompanhamento, enquanto o monitoramento permite verificar se os encaminhamentos foram implementados e se precisam ser mantidos, ajustados ou substituídos. A continuidade entre essas etapas evita que a devolutiva se encerre na apresentação dos resultados.

A organização desse circuito depende da participação das diferentes instâncias da rede, pois as análises produzidas no nível central precisam ser relacionadas às particularidades dos territórios e das unidades escolares. A COAV permanece responsável pela organização técnica e pela coordenação do processo, enquanto as CREs exercem função mediadora, apoiando a compreensão dos resultados e seu desdobramento junto às escolas. As equipes escolares, por sua vez, relacionam as evidências externas aos registros, às experiências e às condições presentes em seu cotidiano.

A articulação entre COAV, CREs e escolas não modifica as atribuições institucionais da Coordenadoria, mas amplia as possibilidades de utilização das informações. Os resultados produzidos pela avaliação ganham maior significado quando as análises técnicas dialogam com o conhecimento dos profissionais sobre os estudantes, as turmas, o território e as condições de implementação das ações pedagógicas.

O envolvimento das diferentes instâncias também permite compreender que a apropriação dos resultados não constitui uma responsabilidade individual do professor ou do gestor escolar e sim da rede em oferecer condições de formação, apoio, orientação e acompanhamento para que os profissionais possam interpretar e utilizar as evidências de maneira responsável, relacionando-as ao currículo e às necessidades de aprendizagem.

O fortalecimento dessas condições permite que o SAEMS seja compreendido não apenas como sistema de produção de medidas, mas como fonte de informações para a gestão e para o planejamento educacional e sua efetividade depende da capacidade institucional de manter articuladas as etapas de diagnóstico, interpretação, decisão, intervenção e acompanhamento, assegurando que os resultados sejam incorporados a processos contínuos de melhoria da aprendizagem.

2.1.3 Experiências subnacionais e lições para o uso pedagógico: devolutivas, apoio e rotinas

A expansão das avaliações em larga escala no Brasil impulsionou, nas últimas décadas, a criação e o fortalecimento de sistemas estaduais e municipais como estratégia para aprofundar diagnósticos, reduzir “zonas cegas” das políticas educacionais e construir respostas mais adequadas às desigualdades internas das redes. Esse movimento evidenciou, contudo, que as avaliações produzem informações, mas não promovem, por si mesmas, a melhoria pedagógica. As experiências mais consistentes são aquelas que articulam a avaliação a devolutivas estruturadas, formação docente, materiais de orientação e acompanhamento pedagógico, reforçando que a apropriação resulta de um processo institucionalmente organizado, e não de um efeito automático da aplicação dos testes (BROOKE; CUNHA, 2011).

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) é frequentemente citado como exemplo de avaliação que adquiriu maior densidade institucional ao se articular a dispositivos de gestão e de apoio às escolas. Nesses arranjos, o diferencial não está apenas no volume de resultados produzidos, mas na capacidade de traduzir os dados em informações acionáveis, isto é, em mensagens pedagógicas capazes de orientar o planejamento, as prioridades de intervenção e a organização do trabalho docente, reduzindo a distância entre evidência e decisão (ARELLANO, 2012). Essa mediação envolve relatórios em diferentes níveis, leitura orientada dos indicadores, definição de focos por habilidades e pactuação de metas acompanhadas por rotinas de monitoramento, permitindo que os resultados deixem de operar apenas como prestação de contas e passem a subsidiar a reorganização de estratégias, materiais e apoios.

No Espírito Santo, o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) e, particularmente, o Paebes Alfa, voltado à alfabetização, também ilustram como a avaliação se torna mais útil quando vinculada a estratégias de intervenção, acompanhamento e formação. Essas experiências associam devolutivas pedagógicas a materiais estruturados, como guias, cadernos de atividades e sequências didáticas, além do apoio de instâncias intermediárias e de ciclos de acompanhamento que favorecem a identificação de habilidades críticas e a recomposição das aprendizagens. A articulação entre esses elementos desloca o foco exclusivo do resultado final para a leitura orientada do percurso, contribuindo para a construção de rotinas de análise e decisão no interior das escolas.

Rezende (2020), ao comparar experiências estaduais de avaliação da alfabetização, evidencia que a consistência das devolutivas e a existência de rotinas de apropriação diferenciam iniciativas que se limitam ao diagnóstico daquelas que sustentam mudanças mais permanentes. Essa compreensão converge com Dusi (2017), para quem a apropriação pedagógica depende de condições institucionais concretas, como tempo e espaço para análise coletiva, clareza sobre a finalidade e as formas de utilização dos resultados, liderança pedagógica e mecanismos de acompanhamento. Soares (2012), por sua vez, destaca que a divulgação é insuficiente quando não vem acompanhada de letramento de dados e de tradução curricular, por meio dos quais proficiências, padrões e descritores são relacionados às expectativas de aprendizagem e às escolhas didáticas.

A convergência entre esses estudos permite sintetizar algumas lições para as redes que buscam fortalecer uma cultura formativa e colaborativa de uso dos dados: as devolutivas precisam ser tempestivas, compreensíveis e diferenciadas por público; os resultados ganham maior potencial quando relacionados ao currículo e a focos pedagógicos claros; o suporte deve ser materializado em instrumentos e rotinas; as instâncias intermediárias, como as CREs, exercem papel importante na mediação e no acompanhamento; e a equidade deve orientar as prioridades, assegurando maior apoio às escolas que enfrentam desafios mais intensos, e não apenas maior cobrança pelo alcance de metas.

As experiências subnacionais sugerem, portanto, que a passagem do diagnóstico ao uso pedagógico depende de uma organização institucional que articule informação, mediação e suporte contínuo. Mais do que produzir dados, torna-se necessário criar condições para que eles sejam compreendidos, discutidos e convertidos em ações concretas no cotidiano escolar, por meio de devolutivas qualificadas, formação e rotinas de acompanhamento que assegurem continuidade ao processo e reafirmem o compromisso com o direito à aprendizagem e com a redução das desigualdades educacionais (REZENDE, 2020; DUSI, 2017; SOARES, 2012; BROOKE; CUNHA, 2011).

2.1.4 O SAEMS no contexto sul-mato-grossense: currículo, normatização e dever institucional de uso

A análise do SAEMS no contexto das políticas educacionais do estado exige considerar sua articulação com o currículo e com os marcos normativos que conferem centralidade ao uso pedagógico dos resultados. Essa relação evidencia que a avaliação, para além da mensuração do desempenho, envolve responsabilidades institucionais e processos de

mediação capazes de transformar evidências em decisões e intervenções pedagógicas coerentes com a BNCC e com o CRMS.

O SAEMS insere-se nesse contexto como instrumento de diagnóstico educacional e de apoio à gestão, com potencial para produzir evidências mais sensíveis às especificidades da REE/MS e, quando pertinente, das redes municipais participantes. Em diálogo com a avaliação nacional, o sistema estadual amplia as possibilidades de leitura ao oferecer recortes por território, etapa, modalidade e componente curricular, permitindo identificar padrões de desempenho, desigualdades internas e tendências que podem permanecer pouco visíveis em análises mais agregadas. Essa característica assume relevância em um estado marcado por heterogeneidades territoriais e por diferentes condições de oferta, uma vez que possibilita focalizar ações, organizar apoios diferenciados e orientar políticas de recomposição das aprendizagens com maior precisão.

A articulação do SAEMS com a BNCC e com o CRMS também o caracteriza como elemento de coerência entre currículo, avaliação e planejamento. A avaliação ganha sentido como política pública quando permite verificar em que medida as expectativas de aprendizagem estão sendo asseguradas, identificar habilidades que demandam maior atenção, acompanhar progressos e orientar intervenções pedagógicas. Os resultados, nessa perspectiva, não devem ser interpretados como uma sentença sobre escolas ou estudantes, mas como evidências que, analisadas à luz do currículo, podem indicar prioridades formativas e didáticas, apoiar decisões sobre materiais e formações e contribuir para a definição de metas factíveis e passíveis de acompanhamento.

A consolidação do SAEMS como política estadual encontra respaldo no Decreto Estadual nº 15.848, de 29 de dezembro de 2021, que o instituiu como política pública permanente, fortalecendo a continuidade do sistema e sua importância para o acompanhamento da educação básica no estado. A Resolução/SED nº 4.032, de 11 de maio de 2022, por sua vez, orienta a produção e a disponibilização de informações como subsídio à reflexão e ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, reforçando a necessidade de que os resultados ultrapassem uma função meramente informativa e sejam incorporados aos processos de análise e tomada de decisão.

As atribuições relacionadas à organização, à análise e à comunicação dos resultados são desenvolvidas no âmbito da estrutura institucional da SED/MS, especialmente pela COAV. A estrutura organizacional e o Regimento Interno da Secretaria sustentam as responsabilidades da COAV na condução de processos de devolutiva, formação e acompanhamento, articulados às CREs e às unidades escolares.

O reconhecimento dessas responsabilidades permite compreender a avaliação não como um produto encerrado na publicação de boletins, mas como um processo contínuo que articula governança dos dados, leitura técnica, tradução pedagógica, devolutivas, formação continuada e monitoramento. Quando essas etapas se relacionam, os resultados podem apoiar o planejamento da rede, a organização das ações pedagógicas e o enfrentamento das desigualdades educacionais; quando permanecem fragmentadas, a avaliação tende a se restringir a um evento periódico e burocrático.

O SAEMS configura-se, portanto, no contexto sul-mato-grossense, como uma política que busca articular diagnóstico, currículo e gestão educacional. Sua efetividade depende não apenas da existência do instrumento avaliativo, mas da capacidade institucional de sustentar processos de mediação que convertam os resultados em orientações pedagógicas e em apoio continuado às CREs e às escolas. Essa compreensão conduz à seção seguinte, que aprofunda o papel da COAV na organização das devolutivas, na tradução pedagógica dos resultados e na construção de rotinas de uso dos dados na REE/MS.

2.2 O SAEMS, A COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO (COAV/SED-MS) E O USO DOS RESULTADOS

A SED/MS é o órgão central responsável por coordenar, normatizar e executar as políticas educacionais no âmbito estadual, assegurando condições para a efetivação do direito à educação e para a melhoria contínua da aprendizagem na REE/MS. Sua atuação envolve funções estratégicas, como planejamento, definição de diretrizes, elaboração de normativas e monitoramento de resultados, além de funções operacionais relacionadas ao suporte às unidades escolares e à articulação com as instâncias regionais e municipais. Essa organização permite relacionar currículo, formação, acompanhamento pedagógico e avaliação em uma agenda institucional coerente e contínua.

A SED/MS estrutura-se em unidades com atribuições distintas e complementares, incluindo áreas de condução político-administrativa, planejamento institucional, apoio e gestão, além das áreas finalísticas diretamente vinculadas à gestão pedagógica, à implementação do currículo, ao acompanhamento das escolas e ao monitoramento dos indicadores educacionais. Essa divisão expressa a necessidade de articular as decisões de política pública às condições concretas de implementação, reconhecendo que a qualidade educacional depende tanto de orientações pedagógicas consistentes quanto de suporte material, técnico e organizacional.

As CREs integram essa estrutura como instâncias intermediárias entre a SED/MS e as unidades escolares. Sua atuação envolve a mediação das orientações, o apoio ao planejamento pedagógico, o acompanhamento dos indicadores e a circulação das informações, contribuindo para que as políticas estaduais sejam contextualizadas nos diferentes territórios e incorporadas ao cotidiano escolar. Nesse nível, tornam-se mais visíveis as diferenças de capacidade técnica, infraestrutura, dinâmicas territoriais e necessidades formativas, o que exige mecanismos de apoio e acompanhamento adequados às realidades locais.

A gestão educacional orientada por evidências também requer uma estrutura capaz de produzir, organizar, interpretar e comunicar dados com finalidade pedagógica. Esse trabalho pressupõe governança, qualidade, consistência e tempestividade das informações, além da definição de responsabilidades e de rotinas que transformem os resultados em subsídios para as decisões. As políticas de avaliação educacional tornam-se relevantes nesse processo porque permitem acompanhar as aprendizagens em escala, identificar desigualdades internas, observar tendências e orientar intervenções, desde que seus resultados sejam mediados e traduzidos para os diferentes públicos da rede.

O SAEMS e a atuação da COAV inserem-se nesse arranjo institucional. A análise do SAEMS não pode ser dissociada do papel da COAV, uma vez que essa unidade participa da organização, da análise e da comunicação dos resultados produzidos pela avaliação. Mais do que acompanhar a aplicação dos testes e a divulgação dos boletins, importa compreender como a Coordenadoria organiza fluxos, instrumentos e rotinas capazes de aproximar os dados das decisões de gestão e das ações pedagógicas.

Esta seção examina a relação entre o SAEMS e a COAV, considerando a utilização dos resultados na definição de metas, no acompanhamento de indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Aprendizagem de Mato Grosso do Sul (IDAMS) e o Índice de Qualidade da Educação de Mato Grosso do Sul (IQE-MS), e na orientação de ações alinhadas à BNCC e ao CRMS. A discussão também contempla os limites e os desafios existentes para a consolidação de uma cultura institucional de uso efetivo e formativo dos resultados.

A trajetória da avaliação educacional em Mato Grosso do Sul apresenta antecedentes anteriores à institucionalização do SAEMS como política pública permanente. Em 2003, ocorreu a retomada da aplicação de avaliações em larga escala no estado, em continuidade às experiências iniciadas pelo antigo Programa de Avaliação Educacional de Mato Grosso do Sul (PAEMS), implementado em 1993 e descontinuado de forma sistemática no final da década de 1990. Essa retomada foi realizada pela SED/MS e resultou na aplicação de uma

avaliação censitária nas escolas públicas e particulares sul-mato-grossenses, com apoio do Inep.

A política estadual de avaliação foi reformulada e ampliada em 2007, quando o Decreto nº 12.358, de 2 de julho daquele ano, instituiu a avaliação externa de desempenho escolar na REE/MS. Esse marco ofereceu respaldo normativo à produção de evidências destinadas ao monitoramento e à análise do desempenho dos estudantes, com ênfase em Língua Portuguesa e Matemática, consolidando bases técnicas, metodológicas e organizacionais para a avaliação em larga escala no estado.

A experiência iniciada em 2007 constituiu um antecedente importante para a institucionalização do SAEMS como política pública permanente. A publicação do Decreto nº 15.848, de 29 de dezembro de 2021, conferiu caráter permanente ao sistema e consolidou a denominação SAEMS, fortalecendo sua continuidade e sua relevância para o acompanhamento da educação básica.

A realização das edições do SAEMS contou com instituições especializadas. Nos anos de 2022 e 2024, o Estado firmou parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), responsável por atividades relacionadas à elaboração dos instrumentos, à aplicação, ao processamento e à divulgação dos resultados. Em 2023, a aplicação foi realizada com a participação da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A produção dos resultados representa, contudo, apenas uma das etapas necessárias para que a avaliação cumpra sua função pública. Os dados precisam ser acompanhados por mediações institucionais que favoreçam sua compreensão e sua transformação em decisões e ações sustentadas ao longo do tempo. No âmbito da SED/MS, esse percurso envolve a organização das bases, a interpretação das informações, sua aproximação com o currículo, a comunicação dos resultados, o apoio às instâncias regionais e o acompanhamento de sua utilização.

A COAV participa desse percurso como unidade técnica responsável por organizar, analisar e comunicar as evidências produzidas pela avaliação. Sua atuação contribui para aproximar os resultados do SAEMS dos processos de planejamento e de intervenção desenvolvidos na REE/MS, embora a passagem do diagnóstico à ação dependa da articulação com outras áreas da Secretaria, com as CREs e com as unidades escolares.

O percurso entre diagnóstico e uso compreende a análise crítica dos resultados, a elaboração de devolutivas e materiais de orientação, a realização de ações formativas e a organização de mecanismos de acompanhamento. Essas etapas evidenciam que o uso

pedagógico dos dados não constitui um ato isolado após a divulgação, mas um processo contínuo de gestão e mediação, cuja consolidação pode contribuir para a melhoria das aprendizagens e para o fortalecimento de uma cultura formativa de uso das evidências.

O objeto deste estudo concentra-se na forma como a COAV/SED/MS se organiza para converter os resultados do SAEMS em evidências úteis à gestão e às práticas pedagógicas. A análise dos instrumentos produzidos e sua relação com o currículo, o planejamento e os processos decisórios permite examinar como a atuação técnico-pedagógica da Coordenadoria estrutura um circuito de utilização dos dados que ultrapassa sua divulgação e aproxima avaliação, currículo e intervenção.

As atribuições estabelecidas no Regimento Interno da SED/MS orientam a atuação da COAV na produção, na organização, na análise e na disseminação das informações educacionais. No exercício dessas atribuições, a equipe participa da elaboração de notas técnicas, mapas de habilidades e materiais de apoio destinados a facilitar a compreensão dos resultados e a relacioná-los às expectativas de aprendizagem e às fragilidades identificadas.

As devolutivas realizadas com as CREs constituem outro momento importante desse processo, pois possibilitam a apresentação dos resultados e a mediação da leitura dos indicadores. A partir dessas análises, podem ser definidos focos prioritários, metas e encaminhamentos, cuja transformação em ações requer a definição de etapas, responsáveis, prazos e formas de acompanhamento.

As ações de formação continuada também podem ser organizadas a partir das dificuldades e das prioridades identificadas nos resultados, combinando compreensão das habilidades avaliadas, análise de itens, planejamento pedagógico e discussão de instrumentos de avaliação formativa. A diferenciação das formações por componente curricular, etapa e público contribui para tornar as orientações mais adequadas às necessidades dos profissionais.

O acompanhamento das ações permite verificar como os encaminhamentos definidos são incorporados ao planejamento e às práticas da rede. Indicadores de processo, como o tempo entre a divulgação e a devolutiva, a participação nas formações e a elaboração dos planos de ação, podem ser relacionados aos indicadores de resultado, desde que essa interpretação considere que o desempenho educacional é influenciado por múltiplos fatores.

A incorporação das metas e das ações ao planejamento setorial contribui para a continuidade do processo. Os encaminhamentos podem dialogar com os planos anuais, com os instrumentos internos de gestão e, quando pertinente, com o IDAMS e o IQE-MS, aproximando o acompanhamento pedagógico das agendas de gestão sem reduzir o trabalho educacional ao alcance dos indicadores.

A sistematização das ações, dos resultados e das lições produzidas ao longo do ciclo favorece a retroalimentação do planejamento. Atas, relatórios e registros das devolutivas podem apoiar a revisão dos instrumentos, o aperfeiçoamento das rotinas e a identificação das dificuldades, permitindo que o uso dos resultados se configure progressivamente como um circuito contínuo de análise, tradução, devolutiva, formação e acompanhamento.

2.3 DESAFIOS DE DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS DADOS NA COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO (COAV/SED-MS)

A SED/MS enfrenta desafios relacionados à divulgação dos resultados das avaliações, especialmente quanto à forma de apresentá-los aos diferentes atores do processo educacional. A complexidade dessa tarefa decorre da necessidade de tornar as informações compreensíveis não apenas para gestores e técnicos, mas também para professores, estudantes e famílias. Soares (2012) argumenta que as avaliações em larga escala produzem maior efeito quando seus resultados são compreendidos e apropriados pelos atores escolares, enquanto Brooke, Alves e Oliveira (2015) destacam a importância de devolutivas utilizáveis e orientadas à ação. Luckesi (2011), por sua vez, contribui para essa discussão ao associar o feedback acessível à transformação das evidências de aprendizagem em decisões pedagógicas.

A divulgação dos dados envolve duas exigências complementares: traduzir resultados técnicos, como escalas, padrões de desempenho e indicadores de fluxo, em mensagens claras e adequadas a públicos distintos; e vincular essa tradução a rotinas institucionais que assegurem continuidade e acompanhamento. A literatura sobre o uso de dados recomenda a organização do trabalho colaborativo, o desenvolvimento do letramento de dados e a produção de devolutivas voltadas à aprendizagem, aspectos que ampliam as possibilidades de utilização dos resultados no planejamento e na definição de metas monitoráveis.

As comunicações personalizadas, livres de jargões e vinculadas a ações concretas também podem favorecer o envolvimento dos diferentes públicos. Bergman (2021) destaca que mensagens objetivas, capazes de indicar o que pode ser realizado na aula, nas atividades escolares ou no acompanhamento familiar, apresentam maior potencial de mobilização quando associadas a retornos frequentes e bidirecionais.

No contexto brasileiro, o Inep organiza a devolutiva do Saeb por meio de diferentes produtos e níveis de leitura, incluindo boletins, relatórios e painéis destinados a escolas, redes, municípios e unidades da Federação. Esse modelo busca evitar que os resultados circulem apenas como dados brutos, apresentando informações sobre participação, proficiência e

distribuição dos estudantes por níveis ou padrões de desempenho, além de recortes que permitem observar desigualdades internas e tendências.

A utilização desses produtos torna-se mais efetiva quando acompanhada por recursos de mediação, como glossários, guias de interpretação, explicações sobre proficiência e padrões de desempenho, exemplos de leitura e orientações que relacionem os resultados às decisões pedagógicas. A devolutiva passa, desse modo, a integrar uma rotina que articula leitura orientada, definição de prioridades, planejamento e acompanhamento, evitando que o processo se encerre com a publicação dos resultados.

A experiência nacional oferece referências para a organização das devolutivas do SAEMS, que podem articular resultados por escola, CRE e rede, painéis e relatórios de apoio à priorização, materiais ancorados na BNCC e no CRMS, além de um cronograma que relacione devolutiva, formação e monitoramento. A COAV ocupa posição importante nesse circuito, uma vez que participa da governança dos dados e da organização das mediações necessárias para aproximar os resultados do planejamento pedagógico e das intervenções educacionais.

A análise documental desenvolvida nesta pesquisa indica, entretanto, que a divulgação dos resultados do SAEMS ainda apresenta desafios para se converter, de forma regular, em compreensão compartilhada e em uso pedagógico sistemático. Entre os aspectos que demandam aperfeiçoamento encontram-se a padronização de guias de leitura para públicos distintos, a organização de rotinas calendarizadas de devolutiva, a definição de metas acompanhadas por evidências de execução e a criação de mecanismos que aproximem os resultados das ações pedagógicas priorizadas.

Os desafios de apropriação também alcançam o trabalho realizado no âmbito da própria Coordenadoria. O domínio técnico dos dados não assegura, isoladamente, sua incorporação às rotinas de planejamento e de apoio pedagógico, pois essa passagem depende da existência de tempos, instrumentos e procedimentos institucionalizados de leitura, interpretação e tradução. A questão não se refere à inexistência de iniciativas, mas à necessidade de fortalecer sua continuidade e sua integração ao cotidiano de trabalho.

A consolidação desse cotidiano técnico-pedagógico pressupõe a articulação entre letramento de dados, interpretação de proficiências e padrões de desempenho, identificação de habilidades críticas, análise de itens e produção de materiais orientadores. Esses elementos precisam se relacionar às devolutivas realizadas com as CREs e as escolas, às ações de formação continuada e aos mecanismos de acompanhamento, compondo um circuito capaz de transformar informações em orientações e decisões.

A verificação da institucionalização desse circuito pode considerar evidências de processo, como o tempo entre a divulgação e a realização das devolutivas, a existência de calendários e registros, o alcance das orientações e das formações e a produção de materiais de apoio. Também podem ser observadas evidências relacionadas à elaboração dos planos de ação, ao acompanhamento de sua execução e às formas pelas quais CREs e escolas relatam a utilização das informações recebidas.

Os indicadores de resultado, como variações de proficiência e mudanças na distribuição dos estudantes entre os padrões de desempenho, podem complementar essa análise, desde que sejam interpretados com cautela. Esses resultados são influenciados por múltiplos fatores e, por isso, não devem ser atribuídos diretamente e de maneira exclusiva às ações conduzidas pela COAV.

O desafio central consiste, portanto, em assegurar que a divulgação seja acompanhada por mediação, formação e acompanhamento contínuo e a estabilização dessas rotinas pode contribuir para que os resultados do SAEMS ultrapassem a função informativa e sejam incorporados ao planejamento institucional e pedagógico, preservando o caráter formativo da avaliação.

2.4 INDICADORES EDUCACIONAIS

No contexto nacional, a maior parte dos sistemas estaduais de avaliação em larga escala não se limita à produção de proficiências e de percentuais de estudantes por padrão de desempenho, uma vez que seus resultados também tendem a subsidiar indicadores sintéticos que articulam desempenho e aspectos relacionados ao rendimento ou ao fluxo escolar, aproximando-se da lógica do Ideb. Essa utilização pode ser observada em estados como Ceará, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo, nos quais avaliações próprias, como o SPAECE, o SIMAVE, o SAEP e o PAEBES, subsidiam índices destinados ao acompanhamento da evolução das redes, à pactuação de metas e à orientação de políticas de indução de resultados. Nesses casos, as avaliações externas assumem uma dupla função: de um lado, produzem evidências detalhadas sobre a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática; de outro, alimentam indicadores de gestão que dialogam com o planejamento, o financiamento, os mecanismos de premiação e as estratégias de responsabilização das escolas e das redes.

Em Mato Grosso do Sul, essa lógica assume contornos próprios com a criação de indicadores específicos relacionados aos resultados do SAEMS, entre os quais se destacam o

IDAMS e o IQE-MS. Ambos contribuem para traduzir informações produzidas pela avaliação em referências mais sintéticas para a gestão, embora possuam metodologias, finalidades e campos de aplicação distintos. O IDAMS, ao sintetizar resultados de aprendizagem da REE/MS em um indicador numérico de comunicação mais direta, permite acompanhar a evolução ao longo do tempo, definir metas graduais e apoiar decisões relacionadas às etapas, aos componentes curriculares e aos territórios educacionais. O IQE-MS, por sua vez, utiliza os resultados educacionais e os demais componentes previstos em sua metodologia oficial para compor um indicador destinado ao acompanhamento da qualidade da educação nas redes municipais e à distribuição da cota-parte do ICMS-Educação. Dessa maneira, os resultados do SAEMS passam a integrar uma estrutura mais ampla de acompanhamento da política educacional, relacionada ao planejamento, ao apoio técnico e à indução de ações voltadas à melhoria da aprendizagem.

A distinção entre as finalidades do IDAMS e do IQE-MS também orienta a atuação da COAV na sistematização, na análise e na utilização dos indicadores vinculados ao SAEMS. A interpretação desses resultados permite à SED/MS ampliar a leitura das proficiências e dos padrões de desempenho, considerando as especificidades da REE/MS, no caso do IDAMS, e das redes municipais, no caso do IQE-MS. Com base nessas informações, torna-se possível identificar etapas, componentes curriculares, escolas ou territórios que demandam maior atenção, bem como reconhecer habilidades e descritores que se apresentam como pontos críticos no percurso de aprendizagem dos estudantes.

A identificação dessas prioridades pode subsidiar a elaboração de devolutivas pedagógicas, a definição de ações voltadas à recomposição das aprendizagens, a produção de notas técnicas e mapas de habilidades alinhados à BNCC e ao CRMS, bem como a organização de formações continuadas por componente curricular. No âmbito da REE/MS, essas ações podem ser orientadas especialmente pela análise do IDAMS, enquanto o IQE-MS pode apoiar a identificação de necessidades de acompanhamento e de cooperação junto às redes municipais. A utilização articulada dessas informações contribui para qualificar a tomada de decisão da gestão educacional, ao oferecer subsídios para o planejamento, a intervenção pedagógica e o monitoramento das políticas voltadas à melhoria dos resultados educacionais.

O IDAMS assume maior centralidade no acompanhamento pedagógico das aprendizagens, enquanto o IQE-MS se configura como indicador sintético de qualidade educacional, relacionado à gestão, ao monitoramento e à indução de políticas públicas. O potencial formativo desses indicadores não reside apenas nos números que apresentam, mas

na capacidade da gestão educacional de interpretá-los criticamente, reconhecer desigualdades, identificar fragilidades de aprendizagem e transformar essas evidências em ações pedagógicas concretas, compreensão que se aproxima das contribuições de Bonamino e Sousa (2012), para quem os resultados das avaliações externas não devem ser reduzidos à mensuração do desempenho, mas utilizados como subsídios para a análise da qualidade educacional e para a formulação de ações pedagógicas e de gestão.

No âmbito da COAV, o IDAMS e o IQE-MS não são tomados como fins em si mesmos nem apenas como resultados numéricos destinados à divulgação, mas como instrumentos de leitura, análise e mediação da realidade educacional. Esses indicadores subsidiam a organização de diagnósticos, a identificação de desigualdades entre escolas e territórios, o acompanhamento das aprendizagens, a definição de prioridades de intervenção e o apoio à tomada de decisão pela gestão educacional, contribuindo para orientar o planejamento, qualificar as devolutivas e fortalecer a construção de respostas pedagógicas mais equitativas.

Em consonância com o Art. 17 do Regimento Interno da SED/MS (DOE n. 11.151, 9 de maio de 2023), o IDAMS organiza evidências para um ciclo contínuo de análise, devolutiva e acompanhamento a fim de transformar dados em aprendizagem efetiva, com atenção explícita à equidade entre estudantes, escolas e territórios.

O índice dialoga com a BNCC e com o CRMS, priorizando competências e habilidades essenciais e a trajetória dos estudantes e integra resultados do SAEMS (proficiências, distribuições dos estudantes por padrões de desempenho no componente avaliado). Essa composição possibilita uma visão multidimensional da aprendizagem, conectando níveis de desempenho, progressão longitudinal (com ênfase nos ciclos 2022–2024) e condições de oferta que impactam o ensino e a aprendizagem.

O uso dos resultados do IDAMS pela SED/MS deve ser compreendido no âmbito das diretrizes legais e institucionais que estruturam o Programa MS Alfabetiza e o próprio SAEMS. A Lei Estadual nº 5.724, de 23 de setembro de 2021, ao instituir o Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança, estabelece uma política voltada ao fortalecimento da aprendizagem e à melhoria dos indicadores educacionais. Nesse contexto, o Decreto nº 15.897, de 14 de março de 2022, regulamenta o IDAMS, previsto na referida lei, vinculando sua apuração aos resultados educacionais mensurados no âmbito do SAEMS. Além disso, o Decreto nº 15.848, de 29 de dezembro de 2021, ao instituir o SAEMS, define como finalidade avaliar e melhorar continuamente a qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes da educação básica, cabendo à Secretaria de Estado de Educação sua operacionalização. Essa orientação é reforçada pela Resolução/SED nº 4.032, de 11 de maio

de 2022, ao regulamentar o SAEMS como sistema de avaliação externa em larga escala destinado à produção e à disponibilização de dados e informações sobre os processos de ensino e de aprendizagem, com vistas a subsidiar a reflexão de gestores e profissionais das unidades escolares sobre o aperfeiçoamento das práticas educativas e da gestão escolar.

Dessa forma, o IDAMS não deve ser tomado apenas como instrumento de divulgação de resultados numéricos, mas como indicador que, articulado ao SAEMS e às diretrizes do Programa MS Alfabetiza, pode subsidiar análises contextualizadas, devolutivas pedagógicas, materiais orientadores, formações, oficinas, painéis de acompanhamento e ações voltadas à recomposição e ao fortalecimento das aprendizagens. Nessa perspectiva, seu uso institucional precisa preservar o sentido público da avaliação, evitando leituras meramente classificatórias ou estigmatizantes e favorecendo interpretações que reconheçam desigualdades, valorizem boas práticas e orientem intervenções pedagógicas especialmente em contextos de maior vulnerabilidade.

A governança do IDAMS, no âmbito da SED/MS, articula-se às competências institucionais da COAV, considerando que a execução, o acompanhamento e o monitoramento dos processos avaliativos referem-se, de modo mais direto, à aplicação e à organização do SAEMS. O IDAMS, por sua vez, constitui-se como um indicador derivado desse processo avaliativo, mobilizado pela Secretaria como instrumento de leitura, sistematização e acompanhamento dos resultados de aprendizagem, especialmente no contexto das políticas voltadas à alfabetização e à melhoria dos indicadores educacionais da rede.

Nessa perspectiva, o IDAMS não se apresenta de forma isolada, mas é utilizado pela SED/MS como referência para subsidiar instrumentos de planejamento e programas estratégicos do Estado, como o PES, o PPA, o MS Alfabetiza e o MS Ativo Municipalismo¹. No âmbito desses programas, o índice pode contribuir para a identificação de escolas, municípios ou territórios que demandam maior apoio técnico; para a definição e pactuação de metas; para o acompanhamento da evolução dos resultados; e para a revisão de estratégias de formação docente, recomposição das aprendizagens e intervenção pedagógica. Assim, o uso do IDAMS permite que a gestão educacional observe não apenas o resultado expresso pelo

¹ O Plano Estratégico da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (PES) e o Plano Plurianual (PPA) constituem instrumentos de planejamento, definição de prioridades, metas e acompanhamento das ações governamentais. O Programa MS Alfabetiza, instituído pela Lei Estadual nº 5.724/2021, orienta ações voltadas ao fortalecimento da alfabetização e à melhoria dos indicadores de aprendizagem. O MS Ativo Municipalismo configura-se como iniciativa do Governo do Estado voltada ao fortalecimento da cooperação entre Estado e municípios, com foco na gestão orientada por dados, metas e resultados, incluindo ações relacionadas à educação.

indicador, mas também as desigualdades, os avanços e as fragilidades que precisam ser consideradas na formulação e no monitoramento das ações públicas.

Para qualificar essa leitura, a SED/MS, por meio da COAV, busca organizar instrumentos de apoio à interpretação dos dados, como notas técnicas, glossários, materiais orientadores, painéis de acompanhamento e registros explicativos sobre os procedimentos de cálculo, as fontes utilizadas, os recortes considerados e as possibilidades de uso do indicador. As notas técnicas contribuem para explicitar a metodologia adotada, os critérios de composição do índice e os cuidados necessários em sua interpretação. Os glossários, por sua vez, auxiliam na padronização dos conceitos utilizados, favorecendo uma compreensão comum entre gestores, técnicos, CREs e escolas. Já os materiais orientadores e painéis de acompanhamento permitem traduzir os resultados em informações mais acessíveis, favorecendo devolutivas pedagógicas e decisões apoiadas em evidências.

Desse modo, a SED/MS busca evitar interpretações simplificadoras do IDAMS, especialmente aquelas restritas ao ranqueamento, à comparação descontextualizada ou à leitura meramente numérica do índice. Ao situá-lo no conjunto das políticas educacionais do Estado, a Secretaria procura fortalecer uma leitura contextualizada dos resultados, considerando as condições de oferta, as desigualdades territoriais, os desafios de aprendizagem e a necessidade de acompanhamento contínuo das ações desenvolvidas. Esse movimento se relaciona às atribuições institucionais da COAV previstas no Regimento Interno da SED/MS, publicado no Diário Oficial nº 11.151, de 9 de maio de 2023, ao mesmo tempo em que evidencia a centralidade da Coordenadoria na produção, organização e mediação do uso dos dados educacionais na REE/MS.

Por outro lado, o IQE-MS é o indicador oficial instituído pela Lei Estadual nº 5.941/2022 para aferir a melhoria dos resultados educacionais nas redes municipais e compor a distribuição da cota-parte do ICMS-Educação entre os municípios do estado. Seu regimento e metodologia estão definidos no Decreto nº 16.225/2023 e atualizados pelos Decretos nº 16.240/2023 e nº 16.634/2025. Esses atos normativos estabelecem prazos, responsabilidades e a forma de cálculo, incluindo a divulgação anual de índices provisórios e finais.

Como mecanismo de indução de políticas públicas, o IQE-MS é construído a partir da sistematização de resultados de aprendizagem, aferidos pelo SAEMS, e de outros componentes definidos na metodologia oficial do indicador. No âmbito da SED/MS, a COAV exerce papel relevante nesse processo, especialmente na organização das bases de dados, na conferência das informações utilizadas, na aplicação dos critérios metodológicos

estabelecidos, na produção dos coeficientes municipais e na disponibilização dos resultados para fins de gestão educacional. Desse modo, a construção do IQE-MS não se limita a uma operação estatística, mas envolve um conjunto de procedimentos técnicos e institucionais voltados a garantir consistência, comparabilidade, transparência e possibilidade de uso dos dados pela gestão pública.

O IQE-MS produz um coeficiente comparável entre municípios, utilizado para fins de repartição de receitas vinculadas ao ICMS-Educação e para acompanhamento de metas educacionais. Sua finalidade primária, portanto, é normativa e distributiva, uma vez que se relaciona ao cumprimento da legislação estadual e à definição de critérios para o rateio de recursos. Contudo, ao mesmo tempo em que cumpre essa função legal, o indicador também pode subsidiar agendas pedagógicas locais, ao evidenciar desigualdades de desempenho, necessidades de apoio técnico, prioridades de intervenção e possibilidades de pactuação entre Estado e municípios.

Assim, para esta pesquisa, a construção do IQE-MS pela COAV constitui aspecto central, pois permite compreender como a Secretaria transforma resultados educacionais em indicador sintético, como organiza tecnicamente esse processo e de que modo esse produto passa a orientar decisões de gestão, mecanismos de indução e políticas de melhoria da qualidade educacional em Mato Grosso do Sul.

A governança do IQE-MS envolve a SED/MS e instâncias estaduais correlatas, com etapas formais de cálculo, publicação e contestação previstas em decreto (índice provisório, possibilidade de impugnação pelas prefeituras e homologação do índice final). O cronograma e os anexos metodológicos – que explicitam componentes, fórmulas e pesos – são parte integrante dos atos oficiais e orientam a transparência do processo.

Importa frisar que o IQE-MS não se confunde com o IDAMS: enquanto o IDAMS é um índice formativo de uso pedagógico interno à REE/MS (COAV/SED/MS), o IQE-MS tem escopo interfederativo e efeito financeiro vinculante para os municípios, orientando a repartição da receita do ICMS-Educação e estimulando melhorias estruturadas nos resultados educacionais locais. Os índices citados são calculados a partir da avaliação em leitura do 2º ano do ensino fundamental.

Em suma, o IDAMS é simples em seu cálculo, pois a metodologia é um produto da proficiência padronizada das escolas, participação na avaliação e pesos aplicados na distribuição dos estudantes nos níveis dos padrões de desempenho relacionado ao desvio padrão da amostra de escolas. Enquanto isso, o cálculo do IQE-MS é um pouco mais complexo, visto que além de utilizar os indicadores do SAEMS, como participação na

avaliação, proficiência padronizada dos municípios e distribuição dos estudantes nos níveis dos padrões de desempenho, utiliza também a aprovação na etapa 1º e 2º anos do ensino fundamental, atendimento da rede municipal na etapa e o índice socioeconômico. O tratamento destes dados se dá apenas com as escolas da rede municipal.

Para compreender a constituição da atual política de avaliação educacional de Mato Grosso do Sul, é importante retomar suas primeiras iniciativas institucionais. Nesse percurso, destaca-se o Programa de Avaliação Educacional da Escola Pública Estadual de Mato Grosso do Sul (PAEMS), criado pelo Decreto nº 7.497, de 10 de novembro de 1993, como uma das primeiras ações normatizadas voltadas ao acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes da rede pública estadual. O programa esteve vigente entre 1993 e 1997, sendo posteriormente interrompido no período de 1998 a 2002, o que implicou a suspensão temporária das ações avaliativas então desenvolvidas. Nesse sentido, assim como em outros sistemas estaduais, a correlação entre avaliação externa e indicadores sintéticos, no caso de MS, SAEMS, IDAMS e IQE-MS revelam uma aposta na produção e no uso de evidências como eixo estruturante da gestão educacional, ao mesmo tempo em que recoloca o desafio de garantir que esses indicadores sejam apropriados criticamente pelos sujeitos da rede e revertidos em ações concretas de melhoria da aprendizagem.

2.5 O USO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS COMO MEDIAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, GESTÃO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Consideradas em conjunto, as evidências de participação, proficiência e distribuição dos estudantes pelos padrões de desempenho no SAEMS não se encerram na leitura dos resultados da avaliação externa, mas constituem a base sobre a qual são produzidos, interpretados e mobilizados indicadores educacionais como o IDAMS e o IQE-MS. Essa compreensão dialoga com Bonamino e Sousa (2012), ao destacarem que os resultados das avaliações em larga escala não devem ser reduzidos à mensuração do desempenho, mas compreendidos como subsídios para a análise da qualidade educacional e para a formulação de ações de gestão e de intervenção pedagógica. Nesse sentido, o desafio central não está apenas em conhecer os dados, mas em compreender de que maneira esses indicadores são utilizados pela SED/MS e pela COAV para orientar decisões pedagógicas, subsidiar ações de gestão, acompanhar desigualdades e induzir estratégias voltadas à melhoria da aprendizagem na REE/MS.

A análise desenvolvida neste capítulo evidencia que o IDAMS e o IQE-MS ampliam a leitura dos resultados do SAEMS ao sintetizarem informações relevantes sobre desempenho, participação e qualidade educacional. Entretanto, o potencial desses indicadores não reside somente em sua capacidade de mensurar ou comparar resultados, mas na forma como são apropriados pelos diferentes sujeitos da gestão educacional. Conforme Brooke e Cunha (2011), as avaliações externas podem contribuir para a regulação e o aprimoramento das políticas educacionais quando seus resultados são incorporados a processos de análise, planejamento e acompanhamento das redes de ensino. Nessa perspectiva, quando utilizados de maneira contextualizada, o IDAMS e o IQE-MS podem favorecer a definição de prioridades, a pactuação de metas, a organização de formações continuadas, a elaboração de devolutivas pedagógicas e o acompanhamento das escolas e territórios que apresentam maiores desafios.

Por outro lado, o uso desses indicadores também exige cautela analítica. Como advertem Bauer, Alavarse e Oliveira (2015), a centralidade dos resultados avaliativos pode produzir efeitos indesejados quando vinculada a leituras simplificadoras, classificatórias ou excessivamente orientadas por metas, desconsiderando a complexidade dos processos escolares. Assim, quando interpretados de modo restrito, descontextualizado ou meramente comparativo, o IDAMS e o IQE-MS correm o risco de reduzir a realidade educacional a números, rankings ou diagnósticos pouco conectados às condições concretas das escolas. Por essa razão, a apropriação dos indicadores precisa considerar as desigualdades territoriais, sociais e pedagógicas que atravessam a rede, de modo que os dados não sejam utilizados para estigmatizar escolas ou estudantes, mas para reconhecer necessidades, orientar apoios e fortalecer práticas pedagógicas.

Nesse movimento, os indicadores educacionais analisados nesta pesquisa podem ser compreendidos como instrumentos de mediação entre a avaliação externa e a ação pública. Sua relevância está na possibilidade de transformar dados em evidências qualificadas para o planejamento, a intervenção pedagógica e o monitoramento das políticas educacionais. Soares e Xavier (2013), ao discutirem o uso de indicadores educacionais, contribuem para essa compreensão ao evidenciarem que índices e medidas sintéticas precisam ser lidos com responsabilidade, considerando os elementos que os compõem e os limites de sua interpretação. Desse modo, o uso do IDAMS e do IQE-MS impõe desafios à COAV e à SED/MS, especialmente no que se refere à transparência metodológica, à comunicação clara dos resultados, à formação das equipes para leitura dos indicadores e à construção de estratégias que considerem as diferentes realidades escolares.

A discussão proposta permite deslocar o olhar da avaliação como simples produção de resultados para a análise dos usos institucionais dos indicadores derivados do SAEMS. Nesse movimento, situa-se o problema central desta dissertação, que busca compreender como o IDAMS e o IQE-MS vêm sendo mobilizados como instrumentos de gestão, monitoramento e indução de políticas educacionais, bem como quais limites, tensões e possibilidades se apresentam para que esses indicadores contribuam, de modo efetivo, para a melhoria da qualidade da educação e para a redução das desigualdades na REE/MS.

3 REFERENCIAIS TEÓRICOS, QUADRO CONCEITUAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O USO DOS RESULTADOS DO SAEMS NA COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO (COAV/SED-MS)

Este capítulo consolida o arcabouço teórico, o quadro conceitual e o percurso metodológico que sustentam a investigação sobre como os resultados do SAEMS são apropriados no âmbito da COAV/SED-MS. Parte-se da premissa de que avaliações em larga escala produzem evidências valiosas para diagnóstico do sistema, mas não geram, por si, melhoria da aprendizagem: esse efeito depende de como o dado é governado, interpretado, traduzido e incorporado a rotinas institucionais de decisão, devolutiva, apoio e acompanhamento (SOARES, 2012; BONAMINO; SOUSA, 2012).

O SAEMS se apresenta como fonte estruturante de evidências sobre a aprendizagem dos estudantes da REE/MS. A partir de seus resultados, são produzidos dois indicadores centrais para esta pesquisa: o IDAMS, compreendido como indicador de desempenho e resultado, associado a mecanismos de indução, reconhecimento e mobilização da rede pública estadual; e o IQE-MS, indicador sintético articulado ao arranjo federativo e ao ICMS-Educação, no qual assume papel relevante tanto no cálculo da repartição dos recursos quanto na exigência de participação e consistência das bases de estudantes.

A escolha por analisar esses dois indicadores decorre da orientação teórico-metodológica assumida nesta dissertação, em diálogo com as contribuições da orientação acadêmica, a partir do entendimento de que seria necessário “caminhar com o indicador”, isto é, tomar o IDAMS e o IQE-MS como núcleo analítico capaz de organizar a discussão sobre avaliação, responsabilização, gestão e apropriação dos resultados. Essa opção busca conferir coerência interna ao estudo, evitando a fragmentação teórica e a repetição meramente descritiva sobre o SAEMS, ao mesmo tempo em que permite compreender como os indicadores derivados da avaliação externa são mobilizados pela gestão educacional para orientar decisões, induzir políticas e produzir sentidos sobre qualidade da educação na REE/MS. Essa compreensão apoia-se na literatura que discute as avaliações em larga escala não apenas como instrumentos de mensuração do desempenho, mas como dispositivos capazes de produzir evidências para orientar políticas, práticas de gestão e intervenções pedagógicas. Bonamino e Sousa (2012) destacam que os resultados das avaliações externas ganham maior relevância quando são apropriados pelas redes e escolas para subsidiar decisões educacionais, e não quando permanecem restritos à divulgação de médias ou rankings. Na mesma direção, Brooke e Cunha (2011) assinalam que os sistemas de avaliação

podem contribuir para a regulação e o aprimoramento das políticas públicas quando articulados a processos de análise, responsabilização e acompanhamento. Essa perspectiva também dialoga com Soares e Xavier (2013), ao tratarem dos indicadores educacionais como medidas sintéticas que exigem interpretação cuidadosa, pois sua utilidade depende da compreensão dos elementos que os compõem e dos usos institucionais que deles são feitos.

Entende-se que o conjunto de etapas, decisões e mediações que vão da produção e validação das informações à sua leitura, comunicação e uso na orientação de práticas e políticas educacionais, se complementam na composição do processo avaliativo. Nessa perspectiva, indicadores de gestão, como o IDAMS e o IQE-MS, podem funcionar como dispositivos de tradução do processo, na medida em que sintetizam dimensões do desempenho e favorecem a priorização de ações; contudo, sua potência depende de estarem articulados a mediações pedagógicas consistentes e a mecanismos institucionais de suporte, capazes de transformar números em sentidos e sentidos em ações concretas. Com base nesse enquadramento, o capítulo organiza-se em quatro blocos: (I) avaliação em larga escala, equidade e direito à aprendizagem (3.1); (II) os fundamentos da apropriação e suas mediações (3.2); (III) a gestão do dado e dos indicadores no ciclo de uso (3.3); (IV) o desenho metodológico, o corpus e as estratégias de análise (3.4); e, (V) os aspectos éticos e as responsabilidades inerentes à gestão da informação (3.5).

3.1 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA, DIREITO À EDUCAÇÃO E EQUIDADE: LIMITES DA MENSURAÇÃO E SENTIDO PÚBLICO DO DADO

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza documental e descritivo-analítica, por compreender que os documentos públicos constituem registros institucionais relevantes para analisar como a política de avaliação educacional de Mato Grosso do Sul é formalizada, comunicada e articulada aos processos de gestão, monitoramento e indução de políticas públicas. Nesse sentido, o estudo volta-se à análise de fontes oficialmente disponíveis, buscando compreender como o SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS são apresentados, organizados e mobilizados no âmbito da SED/MS.

A escolha pela pesquisa documental justifica-se pelo objetivo de examinar os sentidos atribuídos aos resultados avaliativos e aos indicadores educacionais nos documentos institucionais, sem a pretensão de apreender percepções individuais de gestores, técnicos ou profissionais da rede. Assim, a investigação concentra-se naquilo que se encontra registrado em normativas, relatórios, materiais orientadores, boletins, painéis públicos e demais

documentos oficiais relacionados à avaliação externa e aos indicadores educacionais do Estado.

O corpus documental da pesquisa será composto por documentos públicos relacionados ao SAEMS, ao IDAMS e ao IQE-MS, incluindo decretos, resoluções, normativas, notas técnicas, relatórios pedagógicos, boletins de resultados, documentos orientadores, materiais de devolutiva institucional, painéis públicos e publicações disponibilizadas pela SED/MS ou por instituições responsáveis pela organização técnica das avaliações. A análise desse conjunto documental permitirá observar como os resultados são apresentados, quais dimensões da aprendizagem e da qualidade educacional são priorizadas, quais critérios orientam a composição dos indicadores e de que modo se estabelece a relação entre avaliação externa, currículo, gestão por evidências, responsabilização e equidade.

Os procedimentos de análise envolverão leitura exploratória, organização do material, identificação das fontes, categorização temática e interpretação dos documentos à luz do objetivo da pesquisa. As categorias analíticas serão definidas em diálogo com o referencial teórico e com o próprio objeto investigado, contemplando dimensões como apropriação dos resultados, tradução pedagógica dos dados, gestão por indicadores, devolutivas, monitoramento, responsabilização, currículo e equidade. Dessa forma, os documentos públicos serão tratados como evidências institucionais que permitem compreender como a SED/MS estrutura, comunica e orienta o uso dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS.

Ao explicitar o corpus e os procedimentos de análise, busca-se assegurar transparência metodológica quanto às escolhas realizadas e aos limites do estudo. Por se tratar de uma pesquisa documental, os achados estarão vinculados ao que se encontra formalizado em fontes públicas, não sendo possível inferir percepções individuais, decisões internas ou práticas não registradas nos documentos analisados. Ainda assim, esse percurso permite examinar como a política de avaliação e seus indicadores são institucionalmente apresentados e como esses registros produzem sentidos sobre o uso dos dados na gestão educacional da REE/MS.

Esse debate torna-se ainda mais necessário quando os resultados passam a se vincular a políticas de responsabilização e incentivos. Como discutem Bonamino e Sousa (2012), as avaliações em larga escala assumem sentidos distintos conforme seus resultados são utilizados apenas para diagnóstico ou passam a produzir consequências para redes e escolas. Ball (2002; 2005), ao tratar da performatividade nas políticas educacionais, contribui para compreender que a centralidade conferida a metas, indicadores e comparações pode produzir pressão institucional sobre escolas, gestores e professores, induzindo comportamentos e

reorganizando práticas em função dos resultados esperados. Assim, ao demarcar todo o processo avaliativo, desde a produção do dado até sua apropriação, torna-se possível reconhecer que parte das tensões se expressa como resistência: resistência ao instrumento, à leitura do resultado, ao modo como o dado circula ou ao uso do resultado como mecanismo de cobrança e responsabilização.

A apropriação dos resultados das avaliações externas deve ser compreendida como um processo mediado, e não como consequência automática da divulgação de dados, boletins ou indicadores. Essa compreensão aproxima-se da perspectiva de Soares (2012), para quem a avaliação educacional somente adquire sentido quando o diagnóstico produzido é interpretado e utilizado para orientar decisões pedagógicas e de gestão. Nessa abordagem, o dado não possui valor formativo por si mesmo; ele precisa ser lido, contextualizado e convertido em ações que incidam sobre as condições de ensino e aprendizagem.

Essa discussão também dialoga com Bonamino e Sousa (2012), especialmente quando as autoras analisam as diferentes gerações das avaliações em larga escala no Brasil. Ao distinguirem usos mais diagnósticos de usos vinculados à responsabilização, as autoras evidenciam que os resultados das avaliações podem assumir sentidos distintos conforme as mediações institucionais que os acompanham. Desse modo, a apropriação dos resultados depende da capacidade das redes de ensino de transformar a mensuração do desempenho em subsídio para o planejamento, o acompanhamento e a intervenção pedagógica, evitando que a avaliação se restrinja à comparação entre escolas ou à divulgação de rankings.

Bauer, Alavarse e Oliveira (2015), por sua vez, contribuem para problematizar os limites e os riscos do uso das avaliações em larga escala quando seus resultados são mobilizados sem apoio formativo, sem contextualização e sem diálogo com o trabalho escolar. Ao sistematizarem o debate sobre essas avaliações, os autores chamam atenção para a necessidade de compreender os dados avaliativos em sua complexidade, reconhecendo que sua utilização pode tanto favorecer processos de melhoria quanto reforçar lógicas classificatórias e de pressão sobre as escolas. Assim, a apropriação exige mediações institucionais consistentes, como devolutivas qualificadas, linguagem acessível, formação continuada, acompanhamento sistemático e estratégias que permitam transformar os resultados em informações pedagogicamente relevantes.

Nessa perspectiva, apropriar-se dos resultados do SAEMS e dos indicadores dele derivados, como o IDAMS e o IQE-MS, não significa apenas conhecer os números produzidos pela avaliação, mas compreender seus sentidos, seus limites e suas possibilidades de uso. Trata-se de um movimento que envolve leitura técnica, tradução pedagógica e decisão

institucional, de modo que os indicadores possam subsidiar o planejamento, orientar intervenções e fortalecer práticas de gestão comprometidas com a melhoria da aprendizagem e com a redução das desigualdades educacionais.

Esta pesquisa não pretende explicar a totalidade dos fatores que influenciam as proficiências dos estudantes, tampouco atribuir aos resultados do SAEMS a responsabilidade exclusiva pela melhoria da aprendizagem. O estudo busca analisar como esses resultados são organizados, interpretados e mobilizados pela SED/MS, especialmente por meio do IDAMS e do IQE-MS, como subsídio à gestão educacional, ao monitoramento da rede e à formulação de ações voltadas ao enfrentamento das desigualdades de aprendizagem. Assim, a investigação concentra-se na dimensão institucional do uso dos dados, observando de que modo os indicadores derivados ou articulados à avaliação externa são relacionados ao currículo, comunicados aos diferentes atores da rede e incorporados a processos de planejamento, acompanhamento pedagógico e tomada de decisão.

3.2 APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SAEMS: TRADUÇÃO PEDAGÓGICA, LEGIBILIDADE E RESISTÊNCIA NO CICLO “DADO → DECISÃO → AÇÃO”

A apropriação dos resultados das avaliações em larga escala é compreendida, nesta pesquisa, como um processo institucional e pedagógico que ultrapassa o acesso a boletins, painéis, relatórios e indicadores. Os dados produzidos pela avaliação podem permanecer restritos à mensuração e à comparação de desempenhos ou podem subsidiar processos de diagnóstico, planejamento, intervenção e acompanhamento, a depender dos sentidos que lhes são atribuídos e das mediações construídas pelas redes de ensino (BONAMINO; SOUSA, 2012).

No campo da gestão educacional, Brooke e Cunha (2011) destacam que a efetividade das avaliações externas depende da capacidade dos sistemas de transformar os resultados em informações relevantes para a tomada de decisão. Isso significa que a produção técnica do dado constitui apenas uma etapa de um percurso mais amplo. Para adquirir função pedagógica, a informação precisa ser validada, interpretada, contextualizada, comunicada e incorporada às rotinas de trabalho dos profissionais responsáveis por planejar, implementar e acompanhar as ações educacionais.

Soares (2012) contribui para essa compreensão ao defender que o diagnóstico produzido pela avaliação somente assume sentido formativo quando orienta decisões capazes de incidir sobre o ensino e a aprendizagem. Nessa perspectiva, apropriar-se de um resultado não

corresponde apenas a conhecer a proficiência média, identificar um padrão de desempenho ou compreender a fórmula de um indicador. A apropriação ocorre quando as evidências passam a integrar processos coletivos de análise, definição de prioridades, planejamento de intervenções e acompanhamento de seus efeitos.

No caso do SAEMS, esse percurso envolve diferentes níveis e atores da política educacional. A SED/MS e a COAV são responsáveis pela qualidade das bases, pela organização dos resultados, pela produção de materiais orientadores e pela coordenação das devolutivas. As CREs exercem função de mediação entre a gestão central e as unidades escolares. Gestores, coordenadores pedagógicos e professores, por sua vez, possuem conhecimentos sobre o contexto, as condições de oferta, as trajetórias dos estudantes e as práticas de ensino que não podem ser integralmente apreendidos pelos indicadores.

A apropriação, portanto, depende da articulação entre o conhecimento técnico da avaliação e o conhecimento contextual produzido pelos profissionais da rede. Essa articulação impede que os resultados sejam apresentados como interpretações prontas e reconhece que a escola não é apenas destinatária das informações, mas espaço no qual as evidências precisam ser discutidas, confrontadas com outros registros e convertidas em hipóteses e ações pedagógicas.

Nesse processo, três dimensões assumem centralidade: tradução pedagógica, legibilidade e resistência. Elas não correspondem a etapas isoladas, mas a condições que atravessam o percurso entre a produção do dado e sua transformação em ação educacional.

A tradução pedagógica consiste na conversão de informações técnicas como proficiências, padrões de desempenho, descritores, escalas e indicadores em orientações que possam ser relacionadas ao currículo, às aprendizagens e às decisões dos profissionais da educação. Traduzir não significa eliminar a complexidade técnica da avaliação nem ocultar seus fundamentos metodológicos. Significa distinguir a linguagem necessária à validação e à transparência do sistema daquela destinada aos sujeitos que precisam utilizar os resultados para compreender problemas e organizar intervenções.

Nessa direção, os padrões de desempenho constituem uma mediação importante entre os resultados quantitativos e sua interpretação qualitativa. Ao agruparem os estudantes em categorias associadas a habilidades que provavelmente desenvolveram, permitem uma leitura mais próxima das aprendizagens. Contudo, sua utilidade não decorre apenas da classificação dos estudantes em padrões, mas das perguntas que essa informação permite formular: quais habilidades estão consolidadas? Quais ainda precisam ser desenvolvidas? Que grupos

demandam maior atenção? Que outras evidências da escola confirmam ou problematizam essa leitura? Que ação pode ser realizada para favorecer o avanço dos estudantes?

A legibilidade refere-se à capacidade de organizar e comunicar os resultados de forma clara, contextualizada e socialmente compreensível. Um indicador legível explicita o que apresenta, como foi construído, quais comparações são possíveis, quais são seus limites e como pode ser relacionado a decisões de gestão e de planejamento. A legibilidade não corresponde à simplificação indevida da realidade educacional, mas à criação de condições para que os diferentes sujeitos compreendam o significado e os limites das informações disponibilizadas.

Essa compreensão é especialmente relevante porque gestores e professores não precisam dominar integralmente os procedimentos estatísticos e psicométricos utilizados na construção das proficiências para mobilizar os resultados de maneira responsável. Precisam, entretanto, conhecer as premissas essenciais da medida, compreender os padrões de desempenho, reconhecer os limites das médias e dos indicadores sintéticos e relacionar essas informações ao currículo e às evidências produzidas no cotidiano escolar.

A terceira dimensão é a resistência, entendida como o conjunto de tensões e disputas de sentido que pode surgir quando a avaliação é percebida como mecanismo de controle, pressão ou responsabilização desarticulada do apoio pedagógico. Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) alertam para os riscos de usos classificatórios e descontextualizados das avaliações externas. Ball (2002; 2005), ao discutir a materialização, mostra que metas, comparações e indicadores podem reorganizar práticas e produzir pressão sobre escolas, gestores e professores.

Entretanto, a resistência não deve ser interpretada automaticamente como desconhecimento, desinteresse ou recusa à mudança. Em determinadas situações, ela pode indicar que a representação produzida pelo indicador não contempla suficientemente as experiências, as condições e os conhecimentos dos sujeitos responsáveis por implementar a política. Pode também revelar ausência de tempo institucional, descontinuidade das equipes, insuficiência de formação, falta de recursos ou pouca participação dos profissionais na construção dos encaminhamentos.

Nessa perspectiva, a resistência pode assumir caráter ativo. Isso ocorre quando os profissionais reconhecem a necessidade de mudança, mas procuram inserir no processo suas preocupações, interpretações e condições concretas de trabalho. Em vez de tratar essas manifestações apenas como obstáculos, a gestão pode compreendê-las como informações relevantes para aperfeiçoar materiais, rotinas, formações e estratégias de acompanhamento.

A consideração da resistência como dado analítico também permite relativizar explicações que atribuem à escola, isoladamente, a responsabilidade pelo baixo uso dos resultados. A apropriação é condicionada pelo modo como as informações são produzidas e comunicadas, pelas oportunidades de participação, pelos apoios oferecidos e pela possibilidade de adaptar as orientações às realidades institucionais. Assim, as dificuldades de utilização dos dados podem estar situadas em diferentes pontos do ciclo, e não exclusivamente na ponta escolar.

Essa discussão evidencia a necessidade de articular movimentos institucionais descendentes e processos construídos a partir das unidades escolares. Uma orientação centralizada é necessária para assegurar consistência técnica, transparência, continuidade e equidade no sistema. Contudo, sua transformação em ação depende de processos de interpretação e contextualização realizados pelos profissionais que conhecem a realidade das escolas. Não se trata, portanto, de substituir uma lógica *top-down* por uma dinâmica exclusivamente *bottom-up*, mas de criar espaços de interlocução entre ambas.

Reuniões de análise, oficinas, formações, devolutivas dialogadas e momentos de planejamento podem funcionar como espaços dessa interlocução. Neles, o indicador deixa de ser apresentado como conclusão definitiva e passa a atuar como disparador de perguntas, diálogo e investigação. A construção coletiva favorece a elaboração de interpretações mais contextualizadas e amplia a possibilidade de que as decisões sejam incorporadas às rotinas dos profissionais.

A Figura 1 sintetiza esse percurso ao articular dado, decisão e ação. No centro do modelo está a compreensão de que a avaliação somente alcança finalidade educacional quando a evidência é transformada em diagnóstico, o diagnóstico orienta escolhas e as escolhas são acompanhadas em sua implementação. Ao redor desse núcleo, tradução pedagógica, legibilidade e resistência representam condições que podem fortalecer ou interromper o ciclo.

A tradução aproxima a informação técnica das questões pedagógicas; a legibilidade permite compreender os significados, limites e possibilidades de uso; e a análise das resistências torna visíveis tensões, condições de implementação e conhecimentos dos atores envolvidos. Essas dimensões demonstram que o percurso entre o dado e a ação não é automático nem linear, pois depende da capacidade institucional de combinar rigor técnico, comunicação acessível, participação e acompanhamento.

No âmbito desta pesquisa, o ciclo “dado → decisão → ação” constitui um recurso analítico para examinar como os resultados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS são

organizados e mobilizados pela COAV/SED-MS. Seu objetivo não é oferecer uma representação fechada da política, mas identificar as mediações necessárias e os pontos nos quais a informação pode perder potência pedagógica. Desse modo, os indicadores são compreendidos como instrumentos de apoio à gestão e à intervenção, e não como fins em si mesmos.

Figura 1 - Ciclo analítico para leitura do uso do SAEMS



Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com base no referencial teórico da pesquisa.

A Figura 1 representa a articulação entre a produção do dado, sua interpretação e sua transformação em ação educacional. O modelo evidencia que tradução pedagógica, legibilidade e resistência não constituem elementos periféricos, mas dimensões que condicionam a continuidade do ciclo. Quando a informação é confiável, compreensível, contextualizada e discutida com os atores envolvidos, ampliam-se as possibilidades de sua incorporação às rotinas de planejamento e acompanhamento. Em sentido contrário, a ausência de mediação, a linguagem excessivamente técnica, a descontextualização e os usos predominantemente classificatórios podem interromper o percurso e ampliar o distanciamento entre a avaliação e o trabalho pedagógico.

3.2.1 Apropriação como processo: do diagnóstico à ação situada

A apropriação dos resultados, no campo da avaliação educacional, não se reduz ao acesso aos dados nem à consulta de relatórios, boletins ou painéis. Trata-se de um processo institucional e pedagógico construído ao longo do tempo, por meio de mediações que articulam evidências, interpretação, decisão, ação e acompanhamento. Essa compreensão permite superar explicações que atribuem exclusivamente à escola a responsabilidade pelo uso insuficiente dos resultados e favorece a identificação dos pontos em que o percurso pode ser interrompido ou fragilizado.

Brooke e Cunha (2011) e Calderón e Borges (2020) evidenciam que os resultados das avaliações externas podem ser mobilizados com diferentes finalidades. Em alguns contextos, predominam usos vinculados ao controle, à prestação de contas e à responsabilização; em outros, os dados são articulados a processos de formação, apoio técnico, planejamento e intervenção pedagógica. A diferença entre esses usos não está apenas na qualidade das informações produzidas, mas nas condições institucionais construídas para interpretá-las e incorporá-las às rotinas da gestão e das escolas.

Nessa direção, Boudett, City e Murnane (2013), por meio do Data Wise, apresentam um processo sistemático e colaborativo de utilização de dados educacionais, organizado em etapas que abrangem a preparação das equipes, a investigação das evidências, a identificação de problemas de aprendizagem, o planejamento das ações, sua implementação e o monitoramento dos resultados. Nesta dissertação, o Data Wise é utilizado como referência metodológica para estruturar o percurso de apropriação dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS, especialmente no que se refere à passagem entre produção do dado, interpretação, decisão, intervenção e acompanhamento.

A utilização do Data Wise não corresponde à transposição mecânica de todas as suas etapas para a realidade da SED/MS. Trata-se de uma adaptação orientada pelas características institucionais da COAV, pelas atribuições das CREs e pelas necessidades das unidades escolares. Seus princípios de colaboração, investigação, foco no problema de aprendizagem, planejamento e monitoramento fundamentam a organização dos sete movimentos analíticos propostos nesta pesquisa e a elaboração do Guia Orientativo e da Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada.

Um aspecto central do Data Wise é a participação dos profissionais da escola na interpretação das evidências. A unidade escolar não é compreendida apenas como destinatária de resultados produzidos externamente, mas como espaço de análise, formulação de hipóteses

e definição de estratégias. Desse modo, os dados do SAEMS ganham sentido quando são relacionados ao currículo, aos registros internos, às condições de oferta e ao conhecimento que gestores, coordenadores pedagógicos e professores possuem sobre os estudantes e o contexto em que atuam.

Mandinach e Gummer (2016) também contribuem para essa discussão ao afirmarem que a tomada de decisão orientada por dados depende da transformação da informação em conhecimento educacional acionável. Esse movimento exige competências técnicas, pedagógicas e organizacionais. Não basta localizar um resultado ou reconhecer uma variação de proficiência; é necessário compreender o que a evidência permite afirmar, formular perguntas relevantes, relacioná-la a outras informações e definir ações que possam ser implementadas e acompanhadas.

Com base nesse referencial, esta pesquisa organiza a apropriação dos resultados do SAEMS em sete movimentos analíticos. Esses movimentos não correspondem a um modelo fechado nem à reprodução direta de uma única formulação teórica. Constituem uma adaptação construída a partir do Data Wise e do diálogo com estudos sobre avaliação externa, uso pedagógico dos resultados, indicadores educacionais, responsabilização, gestão por evidências e equidade.

O primeiro movimento refere-se à governança do dado, que envolve cobertura, consistência, comparabilidade, participação e transparência. Antes de qualquer interpretação pedagógica, é necessário assegurar que as informações sejam confiáveis e que os critérios utilizados em sua produção estejam claramente apresentados. A qualidade das bases condiciona a legitimidade das análises e das decisões tomadas a partir delas.

O segundo movimento corresponde à análise e interpretação dos resultados, nessa etapa, proficiências, padrões de desempenho, habilidades avaliadas e recortes territoriais são examinados com o objetivo de identificar tendências, desigualdades e grupos que demandam maior atenção. A leitura não deve se restringir às médias gerais, pois resultados agregados podem ocultar diferenças relevantes entre escolas, turmas, territórios e grupos de estudantes.

O terceiro movimento diz respeito à tradução e comunicação. Trata-se de transformar informações técnicas em linguagem compreensível e pedagogicamente útil para os diferentes públicos da rede. Essa tradução deve preservar os fundamentos e os limites dos indicadores, evitando tanto o excesso de tecnicismo quanto a simplificação indevida. Seu objetivo é permitir que os resultados sejam relacionados a perguntas concretas sobre aprendizagem, currículo, planejamento e intervenção.

O quarto movimento envolve a devolutiva e a pactuação. A devolutiva não deve ser concebida apenas como apresentação de resultados, mas como espaço de diálogo, interpretação compartilhada e definição de compromissos. Nesse processo, é necessário estabelecer o que será devolvido, para quem, com quais perguntas orientadoras e de que maneira as decisões decorrentes da análise serão registradas e acompanhadas.

A pactuação, nessa perspectiva, não se limita à imposição de metas pela gestão central. Ela pressupõe interlocução entre SED/MS, COAV, CREs e escolas, de modo que as prioridades sejam tecnicamente fundamentadas e, ao mesmo tempo, relacionadas às condições concretas de implementação. A participação dos atores amplia a possibilidade de que as decisões sejam reconhecidas como legítimas e incorporadas às rotinas institucionais.

O quinto movimento corresponde à formação e ao suporte. A apropriação dos dados exige processos formativos que ultrapassem a exposição de conceitos, índices ou resultados gerais. As formações precisam promover leitura orientada de evidências, análise de habilidades, identificação de desigualdades, formulação de hipóteses e planejamento de ações. Também demandam materiais de apoio, protocolos, exemplos de interpretação e acompanhamento técnico.

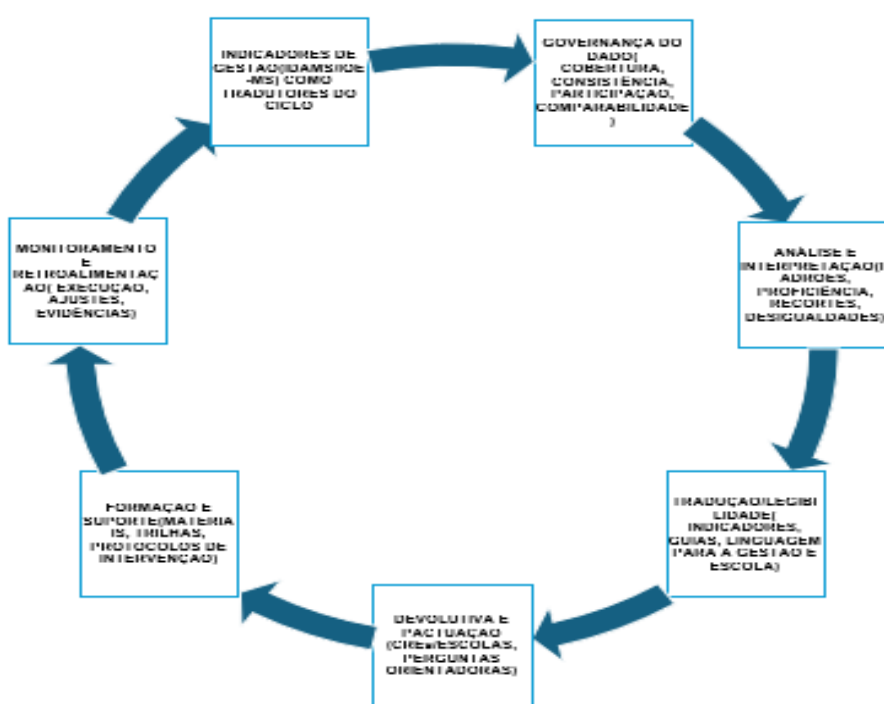
O sexto movimento refere-se ao monitoramento e à retroalimentação. As decisões tomadas a partir dos resultados precisam ser acompanhadas para verificar se as ações foram implementadas, quais dificuldades surgiram e que ajustes são necessários. Esse movimento impede que o ciclo se encerre na devolutiva e permite que novas evidências sejam incorporadas ao planejamento, produzindo aprendizagem institucional.

O sétimo movimento contempla os indicadores de gestão, especialmente o IDAMS e o IQE-MS. Esses instrumentos sintetizam dimensões do processo avaliativo e podem favorecer a comunicação, a definição de prioridades e o acompanhamento da política educacional. Contudo, não devem ser tratados como sínteses suficientes da realidade escolar. Seu uso precisa estar articulado à análise dos padrões de desempenho, das habilidades, dos contextos e das desigualdades.

A articulação entre esses sete movimentos permite compreender que a apropriação não ocorre de maneira linear. Em determinadas situações, o ciclo pode avançar na produção e na divulgação dos dados, mas encontrar dificuldades na interpretação, na formação, na pactuação ou no acompanhamento. Em outras, a existência de rotinas participativas pode favorecer a identificação dos limites dos indicadores e a construção de respostas mais coerentes com as realidades escolares.

A Figura 2 apresenta graficamente esse ciclo e evidencia que os movimentos se relacionam de forma contínua. A governança do dado sustenta a confiabilidade das informações; a análise produz interpretações; a tradução favorece a compreensão; a devolutiva cria espaços de diálogo; a formação apoia a ação; o monitoramento permite ajustes; e os indicadores sintetizam informações para a gestão e cabe ressaltar que nenhuma dessas dimensões, isoladamente, assegura a apropriação.

Figura 2 - Ciclo de apropriação do SAEMS e papel dos indicadores (IDAMS/IQE-MS) como tradutores do processo



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A Figura 2 demonstra que o percurso entre a produção da evidência e sua transformação em ação depende da articulação entre dimensões técnicas, pedagógicas e institucionais. O modelo permite identificar tanto os pontos de continuidade quanto as possíveis interrupções do ciclo. Também evidencia que o IDAMS e o IQE-MS ocupam posição de mediação: podem organizar e comunicar informações relevantes, mas sua capacidade de orientar decisões depende da qualidade das análises, das devolutivas, da participação dos atores e do acompanhamento das ações.

Nesse sentido, os indicadores não aparecem como produtos finais da avaliação, mas como instrumentos inseridos em um circuito mais amplo de produção de sentidos. Quando

articulados a processos colaborativos de leitura, planejamento e monitoramento, podem contribuir para transformar resultados em prioridades e ações. Quando apresentados de forma isolada, exclusivamente como notas, rankings ou mecanismos de cobrança, tendem a ampliar a opacidade e a resistência.

A apropriação dos resultados do SAEMS deve, portanto, ser entendida como ação situada. Isso significa reconhecer que as decisões não são aplicadas de maneira idêntica em todos os contextos, pois dependem das características dos territórios, das escolas, das equipes e dos grupos de estudantes. A existência de orientações comuns é necessária para assegurar coerência e equidade, mas sua implementação exige interpretação, participação e adaptação responsável.

Essa compreensão orienta a análise desenvolvida nesta dissertação. Ao examinar os documentos e materiais institucionais da SED/MS e da COAV, busca-se identificar como os sete movimentos aparecem formalizados, quais responsabilidades são atribuídas aos diferentes níveis da rede e que condições são previstas para a transformação dos resultados em ação. Por se tratar de pesquisa documental, não se pretende afirmar como cada profissional ou escola realiza esse percurso, mas analisar como ele é institucionalmente concebido e orientado.

3.2.2 Tradução e legibilidade: quando o indicador vira linguagem de gestão e precisa fazer sentido para escola

O rigor técnico e metodológico das avaliações externas em larga escala não garante, por si só, que seus resultados sejam apropriados como conhecimento pedagógico pela gestão educacional e pelas escolas. Bonamino e Sousa (2012) indicam que os resultados dessas avaliações assumem diferentes sentidos conforme os usos institucionais que deles são feitos, podendo subsidiar processos de planejamento e intervenção ou restringir-se à mensuração e à comparação de desempenhos. Do mesmo modo, Soares e Xavier (2013) destacam que indicadores educacionais e medidas sintéticas exigem leitura cuidadosa de seus componentes e limites, pois condensam dimensões complexas da realidade escolar.

Assim, proficiências médias, padrões de desempenho, descritores, escalas e recortes por componente curricular, etapa de ensino ou unidade escolar constituem evidências importantes sobre a aprendizagem dos estudantes. Contudo, sua potência analítica depende das mediações institucionais que permitem interpretá-los, contextualizá-los e vinculá-los a decisões concretas de planejamento, intervenção e acompanhamento pedagógico. O resultado avaliativo não fala

por si mesmo: precisa ser lido, comparado com cautela, relacionado ao currículo e transformado em perguntas pedagógicas capazes de orientar a tomada de decisão.

Essa compreensão dialoga com Soares (2012), ao destacar que os resultados das avaliações educacionais precisam ser pedagogicamente mediados para que possam contribuir com a melhoria da aprendizagem. A simples disponibilização dos indicadores, sem contextualização, formação e orientação, tende a reduzir a avaliação a um procedimento meramente informativo ou classificatório. Para que o dado cumpra uma função educacional, é necessário transformá-lo em questões relevantes para a gestão e para a escola: quais habilidades apresentam maior fragilidade? Quais grupos de estudantes demandam maior atenção? Em quais padrões de desempenho se concentra a maior parte dos estudantes? Que desigualdades internas aparecem nos resultados? Que aspectos do currículo precisam ser retomados, aprofundados ou reorganizados? Que ações podem ser planejadas e acompanhadas a partir dessas evidências?

Nesse processo, traduzir significa tornar o dado legível. A legibilidade, nesta pesquisa, é compreendida como a capacidade de organizar, comunicar e contextualizar os resultados avaliativos de modo que possam ser compreendidos pelos diferentes sujeitos da rede e utilizados com responsabilidade na tomada de decisão. Não corresponde à simplificação indevida da informação, tampouco à redução da complexidade educacional a números, médias ou índices sintéticos. Tornar o dado legível significa apresentar a informação de forma clara, preservando sua densidade metodológica, seus limites interpretativos e sua relação com o contexto educacional.

Essa compreensão aproxima-se de Mandinach e Gummer (2016), para quem o uso efetivo dos dados depende de sua transformação em conhecimento acionável, capaz de subsidiar decisões educacionais. Assim, a legibilidade envolve esclarecer o que o resultado mostra, o que ele não permite afirmar, quais comparações são metodologicamente possíveis, quais recortes precisam ser priorizados e que hipóteses pedagógicas podem ser formuladas a partir das evidências disponíveis.

A tradução dos resultados constitui, portanto, mediação necessária entre a produção técnica da avaliação e sua utilização pedagógica. Ela permite que os dados do SAEMS e os indicadores dele derivados, como o IDAMS e o IQE-MS, sejam apropriados não apenas como registros de desempenho, mas como subsídios para o planejamento, o acompanhamento e a intervenção educacional.

Essa tradução não exige que gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores dominem integralmente os procedimentos psicométricos empregados na

construção das escalas e no cálculo dos indicadores. O domínio aprofundado desses procedimentos é indispensável às equipes técnicas responsáveis pela produção, validação e governança das informações. Aos profissionais que atuam nas escolas, contudo, devem ser asseguradas condições para compreender o significado educacional dos resultados, reconhecer seus limites e relacioná-los às necessidades dos estudantes e às possibilidades de intervenção.

Os padrões de desempenho ocupam papel relevante nesse processo, pois organizam as proficiências em categorias interpretativas que favorecem uma leitura inicial sobre as aprendizagens demonstradas pelos estudantes. Entretanto, não devem ser utilizados como rótulos fixos atribuídos a estudantes, turmas ou escolas. Sua função é orientar o aprofundamento da análise por meio das habilidades avaliadas, dos descritores, dos itens, da distribuição dos estudantes e das informações produzidas no cotidiano escolar.

A passagem do quantitativo para o qualitativo ocorre quando a proficiência, o percentual ou o padrão de desempenho deixam de representar apenas uma posição em uma escala e passam a favorecer a compreensão das aprendizagens consolidadas e dos desafios que ainda precisam ser enfrentados. Isso exige que a devolutiva não se limite à apresentação do resultado, mas ofereça perguntas orientadoras e elementos que apoiem sua interpretação pedagógica.

Bonamino e Sousa (2012), ao analisarem as diferentes gerações da avaliação da educação básica no Brasil, evidenciam que os efeitos das avaliações dependem dos sentidos e dos usos atribuídos aos resultados. Quando os dados são mobilizados prioritariamente para comparação, responsabilização ou ranqueamento, sua contribuição pedagógica pode se tornar limitada e produzir efeitos indesejados no cotidiano escolar. Por outro lado, quando são articulados ao currículo, à gestão pedagógica e à reflexão sobre as práticas escolares, podem subsidiar processos mais consistentes de planejamento e acompanhamento da aprendizagem.

Indicadores sintéticos, como o IDAMS e o IQE-MS, desempenham papel estratégico na gestão educacional ao organizarem, em uma medida de síntese, diferentes dimensões da realidade educacional. Essa função permite acompanhar tendências, comparar resultados ao longo do tempo, identificar desigualdades e subsidiar processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Conforme discute Jannuzzi (2005), os indicadores sociais constituem instrumentos importantes para o diagnóstico e o acompanhamento de programas e políticas, desde que sejam compreendidos como medidas construídas a partir de escolhas conceituais, metodológicas e políticas. O indicador não expressa a realidade em sua totalidade, mas seleciona determinados aspectos dela, tornando-os visíveis para a tomada de decisão.

No campo educacional, essa discussão aproxima-se das contribuições de Fernandes (2007), ao apresentar o Ideb como indicador construído pela combinação entre desempenho em exames padronizados e fluxo escolar. Ao articular essas dimensões, o autor demonstra que um indicador educacional não expressa apenas o resultado da aprendizagem nem somente a aprovação ou a progressão dos estudantes, mas a relação entre aprender e avançar no percurso escolar.

Essa formulação é relevante para a análise do IDAMS e do IQE-MS, pois permite compreender que os indicadores sintetizam escolhas conceituais e metodológicas sobre o que se entende por qualidade, desenvolvimento e acompanhamento da rede. Ao mesmo tempo, Fernandes (2007) reconhece que a combinação entre dimensões distintas envolve uma taxa de troca, o que exige cautela na interpretação dos resultados e de seus efeitos sobre as redes e as escolas.

Guimarães e Jannuzzi (2005), ao analisarem criticamente os indicadores sintéticos, alertam que essas medidas possuem grande capacidade de comunicação e comparação, mas podem ocultar desigualdades internas quando utilizadas de forma isolada ou descontextualizada. Desse modo, embora o IDAMS e o IQE-MS possam evidenciar tendências relevantes e apoiar decisões de gestão, não substituem a análise pedagógica detalhada dos padrões de desempenho, das habilidades avaliadas, dos recortes territoriais, das condições de oferta e dos contextos escolares.

A síntese é útil para orientar o olhar da gestão, mas não pode encerrar a interpretação da realidade educacional. Um indicador agregado deve funcionar como ponto de partida para novas perguntas e para o aprofundamento da análise de seus componentes. Essa leitura é especialmente necessária para a promoção da equidade, pois médias gerais podem ocultar desigualdades existentes dentro de uma mesma escola, entre turmas, componentes curriculares ou grupos de estudantes.

Os indicadores sintéticos também não são neutros em seus efeitos. Fernandes (2007) demonstra que medidas dessa natureza podem produzir incentivos e induzir comportamentos nas escolas e redes de ensino, especialmente quando associadas a metas, monitoramento e mecanismos de responsabilização. Essa questão é importante para esta pesquisa porque o IDAMS e o IQE-MS, ao traduzirem resultados do SAEMS em parâmetros de gestão, podem orientar prioridades e apoiar o planejamento, mas exigem mediações que impeçam sua redução a instrumentos de pressão institucional ou responsabilização descontextualizada.

Os achados de Almeida (2024) aprofundam essa problematização ao evidenciarem que os indicadores de qualidade podem influenciar decisões escolares relativas à aprovação e à

reprovação dos estudantes. Na percepção de professores e diretores investigados pela autora, a gestão e os indicadores interferem na tomada de decisão sobre o percurso escolar dos alunos e podem ser associados à perda de autonomia docente. Esse achado contribui para compreender que os indicadores, quando mobilizados sem mediações pedagógicas e institucionais consistentes, podem produzir tensões no cotidiano da escola.

Nessa perspectiva, o uso do IDAMS e do IQE-MS exige uma leitura articulada entre síntese e aprofundamento, ou seja, a síntese permite à gestão visualizar o cenário geral da rede, estabelecer prioridades e acompanhar tendências; o aprofundamento impede que a complexidade da aprendizagem seja reduzida a um único número. Esses indicadores devem, portanto, ser compreendidos como dispositivos de apoio à gestão e à apropriação dos resultados do SAEMS, e não como fins em si mesmos.

Sua contribuição para a melhoria da qualidade educacional depende das mediações institucionais que possibilitam transformar o indicador em pergunta pedagógica, análise contextualizada e ação concreta voltada à redução das desigualdades e ao fortalecimento da aprendizagem. Nesse sentido, a consolidação de uma metodologia própria de gestão por resultados, fundamentada em vivências, políticas educacionais e demandas locais, mostra-se essencial para a continuidade e a sustentabilidade das ações (DUSI, 2017).

Como alertam Bauer, Alavarse e Oliveira (2015), o uso de indicadores educacionais exige cautela, porque as avaliações em larga escala precisam ser analisadas a partir de seus usos, efeitos e limites e quando os resultados são reduzidos a rankings, médias gerais ou comparações simplificadas, há o risco de empobrecer a compreensão da realidade educacional e induzir respostas pouco sensíveis às especificidades de cada escola.

No contexto do SAEMS, essa preocupação é particularmente relevante, pois os indicadores derivados da avaliação precisam apoiar a gestão sem apagar a complexidade dos processos de ensino e aprendizagem. O modo como a SED/MS busca apresentar e mobilizar o IDAMS, o IQE-MS e os demais instrumentos de monitoramento junto à rede indica que esses indicadores não devem ser tratados como explicações suficientes da realidade escolar, mas como referências iniciais para a leitura dos resultados, a identificação de desigualdades e a definição de prioridades.

A legibilidade dos dados não se alcança apenas com painéis, gráficos, boletins ou sistemas informatizados, os recursos são importantes porque organizam, sistematizam e disponibilizam informações, mas seu uso pela rede depende de escolhas intencionais de comunicação, formação e mediação pedagógica. No âmbito da SED/MS, especialmente por meio da atuação da COAV e em articulação com outras áreas da Secretaria, essa mediação

pode ser oportunizada por materiais orientadores, devolutivas, painéis de acompanhamento, reuniões técnicas, formações e oficinas com as CREs e as equipes escolares.

Nesses espaços, os dados podem deixar de ser apresentados apenas como números ou rankings e passar a ser discutidos como evidências para compreender desigualdades, identificar fragilidades de aprendizagem, orientar o planejamento pedagógico e acompanhar as ações desenvolvidas na rede. Para isso, são necessários guias de leitura, roteiros de devolutiva, exemplos de interpretação por padrão de desempenho, análises por habilidades e orientações que auxiliem os profissionais a relacionar os resultados às práticas de ensino.

Essa mediação também precisa explicitar a relação entre os resultados do SAEMS, a BNCC e o CRMS, de modo que a avaliação não seja percebida como ação externa ao currículo, mas como fonte de evidências sobre determinadas aprendizagens. Quando os resultados são relacionados às habilidades avaliadas, aos objetos de conhecimento e às expectativas previstas nos documentos curriculares, ampliam-se as possibilidades de utilização das informações na reorganização do planejamento e na recomposição das aprendizagens.

Essa articulação não significa reduzir o currículo ao que é avaliado pelo SAEMS. A avaliação externa contempla somente parte das aprendizagens previstas e precisa ser analisada em conjunto com avaliações internas, registros escolares, observações docentes e demais informações produzidas no cotidiano da escola. Seu papel é ampliar e qualificar o diagnóstico, e não substituir o julgamento pedagógico dos profissionais.

A discussão sobre a legibilidade dos indicadores também se aproxima dos dilemas contemporâneos da gestão escolar. Brooke e Rezende (2020) destacam que a função gestora ultrapassa o cumprimento de tarefas administrativas e exige capacidade de liderança pedagógica, organização do trabalho coletivo, acompanhamento da aprendizagem e tomada de decisão orientada por evidências. Os dados das avaliações externas podem apoiar esse trabalho, desde que sejam apresentados de modo compreensível, contextualizado e vinculado às necessidades reais da escola.

A gestão escolar não apenas recebe orientações da rede, mas as interpreta, negocia sentidos, mobiliza a equipe e organiza condições para que as ações ocorram. Por isso, a tradução dos indicadores precisa considerar a forma como a informação chega à escola e como pode ser incorporada a rotinas já existentes, como reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamento coletivo, acompanhamento de turmas e definição de estratégias de recomposição das aprendizagens.

Luckesi (2011) também contribui para essa discussão ao defender que a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem e da tomada de decisão pedagógica. Avaliar não se resume a medir, classificar ou produzir resultados, mas implica diagnosticar uma realidade para intervir sobre ela. Essa compreensão é fundamental para as avaliações externas, cujos resultados só ganham potência formativa quando são lidos em articulação com o trabalho pedagógico, as condições de ensino e as desigualdades que atravessam a trajetória escolar dos estudantes.

A devolutiva dos resultados constitui, desse modo, uma etapa decisiva para que o SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS sejam apropriados como instrumentos de análise e planejamento e quando se limita à apresentação de médias, posições relativas ou rankings, há o risco de reforçar leituras defensivas, competitivas ou burocráticas. Bonamino e Sousa (2012) mostram que os resultados podem subsidiar diagnóstico e planejamento ou, quando associados a consequências e comparações públicas, aproximar-se de lógicas de responsabilização.

Nessa mesma direção, Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) alertam que a centralidade excessiva atribuída aos resultados pode reduzir a complexidade dos processos escolares quando a avaliação é apropriada de modo classificatório. Almeida (2024), por sua vez, evidencia que a visibilidade dos indicadores pode gerar pressão sobre gestores e professores e interferir em decisões pedagógicas e administrativas.

Quando a escola recebe os resultados apenas como cobrança externa, a avaliação tende a perder sua potência formativa, assim para se conseguir fazer que os dados contribuam efetivamente para a melhoria da aprendizagem, a devolutiva precisa oferecer leitura contextualizada, explicitação dos limites dos indicadores, identificação de habilidades críticas e construção coletiva de encaminhamentos pedagógicos.

Nesse processo, manifestações de dúvida, questionamento ou resistência não devem ser interpretadas automaticamente como falta de interesse ou desconhecimento dos profissionais, contudo podem revelar dificuldades de compreensão, inadequações na comunicação, ausência de condições institucionais ou discordância em relação aos usos atribuídos aos indicadores. Quando acolhidas como informações sobre a implementação, essas manifestações podem contribuir para o aperfeiçoamento da política e para a construção de mediações mais coerentes com a realidade das escolas.

Brooke e Alves (2015) ajudam a compreender que os sistemas de avaliação e responsabilização precisam ser analisados não apenas pelo que medem, mas também pelos usos que induzem e pelas condições que oferecem para que os resultados sejam interpretados

e mobilizados de modo qualificado. Essa perspectiva permite deslocar a discussão da simples produção de resultados para a análise das condições de sua utilização.

A tradução pedagógica dos indicadores deve, portanto, ser compreendida como um trabalho institucional e exige tempo, equipe técnica, materiais de apoio, protocolos de leitura, formação continuada, acompanhamento das ações e coerência entre aquilo que se mede e aquilo que se propõe como intervenção. Não se trata apenas de disponibilizar boletins ou painéis, mas de construir condições para que gestores, coordenadores pedagógicos e professores compreendam os dados e possam relacioná-los às práticas escolares.

Nesse ponto, a atuação da COAV assume centralidade, pois a Coordenadoria não se restringe à produção, ao cálculo ou à divulgação dos resultados, mas participa da construção dos sentidos atribuídos a esses dados no âmbito da SED/MS e da REE/MS. A COAV pode ser compreendida como instância de mediação entre a técnica avaliativa e a ação educacional, organizando informações, qualificando leituras, produzindo instrumentos de devolutiva, apoiando processos de monitoramento e contribuindo para que os resultados sejam transformados em linguagem de gestão e orientação pedagógica.

Essa mediação não deve ocorrer exclusivamente de forma vertical, com interpretações prontas encaminhadas pela gestão central às escolas e os princípios colaborativos do Data Wise, utilizados nesta dissertação, reforçam a importância da participação das CREs, dos gestores, dos coordenadores pedagógicos e dos professores na formulação de perguntas, na análise das evidências, na construção de hipóteses e na definição das ações. A gestão central oferece orientações, parâmetros e suporte, enquanto os profissionais das escolas contribuem com o conhecimento situado sobre os estudantes, as rotinas e as condições de implementação.

No âmbito da SED/MS, a tradução dos indicadores precisa considerar diferentes públicos e finalidades para a gestão central, os dados podem orientar políticas, metas e estratégias de acompanhamento; para as CREs, podem subsidiar o apoio às escolas; para os gestores escolares, podem contribuir para a definição de prioridades; e, para professores e coordenadores pedagógicos, podem apoiar a reorganização das práticas de ensino e do acompanhamento das aprendizagens.

Assim, a tradução e a legibilidade dos indicadores constituem dimensões fundamentais da governança educacional e permitem que a avaliação externa deixe de ser percebida somente como instrumento de controle ou prestação de contas e passe a ser mobilizada como recurso para o planejamento, a recomposição das aprendizagens e a redução das desigualdades.

No contexto do SAEMS, a produção de indicadores como o IDAMS e o IQE-MS precisa estar articulada a uma política de devolutiva, formação e acompanhamento que favoreça a leitura pedagógica dos resultados, respeite as especificidades das escolas e fortaleça o compromisso da SED/MS com a qualidade e a equidade na REE/MS.

No âmbito desta pesquisa, contudo, a análise da tradução e da legibilidade está circunscrita aos documentos, materiais e instrumentos institucionais relacionados ao SAEMS, ao IDAMS e ao IQE-MS. Dessa forma, busca-se compreender como os resultados são apresentados, como os indicadores são explicados e quais orientações são formalmente destinadas aos diferentes níveis da rede.

Em razão do caráter documental da investigação, não se pretende afirmar como esses conteúdos são efetivamente compreendidos, utilizados, negociados ou contestados pelos profissionais das escolas e das CREs. A investigação dessas percepções, por meio de entrevistas, grupos de discussão ou observação das rotinas de devolutiva, constitui possibilidade relevante para pesquisas posteriores.

Portanto, fazer o indicador falar a linguagem da gestão e da escola não significa empobrecer a análise técnica, mas ampliar sua capacidade de produzir sentido para os sujeitos que atuam na política educacional. Significa transformar dados em informações compreensíveis, informações em diagnósticos compartilhados, diagnósticos em decisões institucionais e decisões em ações acompanhadas.

Essa cadeia de tradução é essencial para que os resultados do SAEMS sejam apropriados não apenas como números, mas como evidências capazes de sustentar uma gestão educacional mais intencional, pedagógica, participativa e comprometida com a aprendizagem dos estudantes sul-mato-grossenses.

3.3 GESTÃO DO DADO POR INDICADORES NA SED/MS: SAEMS, IDAMS E IQE-MS COMO DISPOSITIVOS DE TRADUÇÃO, INDUÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

A discussão desenvolvida nesta seção parte do entendimento de que os resultados das avaliações externas não se convertem automaticamente em decisões de gestão ou em práticas pedagógicas. Entre a produção do dado e sua apropriação pelos diferentes sujeitos da política educacional, existem mediações institucionais, técnicas e pedagógicas que condicionam o modo como a informação é compreendida, legitimada e utilizada. Nesse sentido, a gestão do dado por indicadores deve ser analisada não apenas como procedimento técnico de organização de informações, mas como parte de uma racionalidade de gestão que seleciona

prioridades, orienta decisões, induz comportamentos e produz sentidos sobre a qualidade educacional.

No campo das políticas educacionais, a ampliação das avaliações em larga escala no Brasil tem sido associada à emergência de formas de regulação por resultados, nas quais os indicadores passam a ocupar papel central no acompanhamento dos sistemas de ensino. Bonamino e Sousa (2012), ao analisarem as diferentes gerações da avaliação da educação básica brasileira, evidenciam que os sistemas avaliativos deixaram progressivamente de cumprir apenas uma função diagnóstica e passaram a assumir também funções de monitoramento, indução e responsabilização das redes e das escolas. Essa mudança não elimina a dimensão pedagógica da avaliação, mas exige atenção aos usos que os resultados assumem no interior das políticas públicas.

Nessa direção, Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) destacam que as avaliações em larga escala devem ser compreendidas a partir de seus usos, efeitos e limites. Os dados produzidos podem contribuir para a gestão educacional ao oferecerem evidências sobre aprendizagem, desigualdades e trajetória dos estudantes. Contudo, quando interpretados de forma isolada ou reduzidos a rankings, médias gerais e classificações simplificadas, podem produzir leituras empobrecidas da realidade escolar. A potência dos indicadores não está, portanto, apenas em sua capacidade de sintetizar informações, mas na forma como são contextualizados, comunicados e articulados ao planejamento, à formação e ao acompanhamento.

No caso da SED/MS, o SAEMS constitui importante base de evidências sobre o desempenho dos estudantes, ao produzir informações relativas às proficiências, aos padrões de desempenho, aos componentes curriculares e a diferentes recortes da REE/MS. Essas informações possibilitam identificar avanços, vulnerabilidades, desigualdades e desafios relacionados à aprendizagem. Entretanto, a existência dessa base avaliativa não garante, por si só, sua incorporação às decisões institucionais e às práticas escolares.

Para que os resultados cumpram sua função pública, precisam ser interpretados à luz do currículo, relacionados a outras evidências e transformados em instrumentos de planejamento, formação e monitoramento. É nesse percurso que o IDAMS e o IQE-MS assumem papel estratégico. Ao organizarem informações oriundas do SAEMS em medidas sintéticas, esses indicadores podem favorecer a comunicação dos resultados, apoiar pactuações institucionais, orientar metas, organizar prioridades e subsidiar o acompanhamento da política educacional.

Desse modo, o IDAMS e o IQE-MS operam como dispositivos de tradução entre a avaliação externa e a gestão pública, pois tornam mais visíveis determinadas dimensões da aprendizagem e da qualidade educacional. Contudo, essa capacidade de síntese é ambivalente:

ao mesmo tempo que facilita a comunicação e a tomada de decisão, pode simplificar excessivamente a realidade escolar quando o indicador é utilizado como explicação suficiente da qualidade de uma rede ou de uma unidade escolar.

Dessa análise decorre uma compreensão central para esta pesquisa: o IDAMS e o IQE-MS não devem ser tratados apenas como produtos finais derivados do SAEMS, mas como instrumentos cujo valor depende dos usos institucionais que deles são feitos. Quando articulados à leitura pedagógica dos resultados, às devolutivas qualificadas, à formação continuada e ao monitoramento das ações, podem contribuir para organizar prioridades e orientar intervenções mais coerentes com as necessidades da rede. Quando utilizados de forma isolada e descontextualizada, podem reforçar leituras classificatórias, ampliar resistências e reduzir a complexidade da aprendizagem a resultados numéricos.

A questão central não consiste, portanto, apenas em produzir ou divulgar indicadores, mas em construir condições institucionais para que sejam mobilizados como ferramentas de análise, diálogo e ação. Essa compreensão subsidia a elaboração do Plano de Ação Educacional, ao indicar que o aprimoramento do uso do IDAMS e do IQE-MS exige qualificação das devolutivas, formação das equipes para a leitura dos dados, produção de materiais orientadores e acompanhamento sistemático das ações decorrentes dos resultados.

No contexto de Mato Grosso do Sul, essa racionalidade de gestão por indicadores ganha materialidade na forma como os resultados do SAEMS se articulam à constituição de índices voltados ao acompanhamento da aprendizagem e da qualidade educacional. O IDAMS e o IQE-MS expressam, em diferentes dimensões, o esforço de converter resultados avaliativos em parâmetros de leitura, gestão, indução e tomada de decisão. Por isso, não são apenas produtos técnicos, mas dispositivos institucionais que organizam sentidos sobre aprendizagem, qualidade, equidade e responsabilização no âmbito da política educacional sul-mato-grossense.

O IDAMS, regulamentado pelo Decreto nº 15.897, de 14 de março de 2022, articula-se ao Programa MS Alfabetiza, instituído pela Lei nº 5.724, de 23 de setembro de 2021, e ao Prêmio Escola Destaque. Sua configuração normativa demonstra que o indicador não se limita à aferição de uma média de desempenho, pois considera a distribuição dos estudantes nos níveis de aprendizagem, aspecto que demanda uma leitura pedagógica dos resultados.

Nessa perspectiva, a apropriação do IDAMS exige que a gestão e as escolas identifiquem em quais níveis se concentram os estudantes, que aprendizagens demandam maior atenção e quais ações podem ser planejadas para assegurar avanços, especialmente

entre aqueles que se encontram nas situações de maior vulnerabilidade educacional (MATO GROSSO DO SUL, 2021; 2022).

A vinculação entre avaliação, indicador e premiação aproxima o IDAMS do debate sobre responsabilização educacional. Bonamino e Sousa (2012) indicam que as avaliações em larga escala, durante sua consolidação no Brasil, passaram a assumir diferentes funções, desde o diagnóstico até modalidades mais intensas de responsabilização. Brooke e Cunha (2011), por sua vez, destacam que a avaliação externa pode se constituir em instrumento de gestão quando seus resultados são utilizados para orientar decisões, induzir ações e fortalecer a capacidade institucional das redes.

Esses usos, entretanto, exigem cautela. Quando a responsabilização não é acompanhada de apoio técnico, devolutiva pedagógica, formação e condições institucionais para a intervenção, o indicador pode ser reduzido a mecanismo de pressão ou comparação entre escolas. O problema não reside na existência do indicador em si, mas nos usos que dele são feitos e nas condições oferecidas para que os profissionais possam compreendê-lo e responder aos desafios identificados.

Complementarmente, o IQE-MS, regulamentado pelo Decreto nº 16.225, de 7 de julho de 2023, amplia a discussão sobre qualidade educacional ao articular resultados de desempenho, fluxo escolar e outras dimensões previstas em sua composição. Ao estabelecer a análise comparativa anual dos indicadores, o Decreto reforça a lógica da gestão por resultados e da colaboração entre Estado e municípios.

A análise do IQE-MS torna-se relevante para esta pesquisa porque evidencia como os resultados do SAEMS ultrapassam a dimensão estritamente diagnóstica e passam a compor mecanismos de gestão, monitoramento, indução e responsabilização pública. Sua utilização demanda, portanto, transparência quanto aos componentes e aos critérios de cálculo, bem como atenção aos efeitos produzidos sobre os sistemas de ensino.

Brooke e Alves (2015) contribuem para compreender que os sistemas de avaliação precisam ser analisados para além de sua capacidade de medir resultados. É necessário observar os comportamentos que induzem, as prioridades que estabelecem, as formas de responsabilização que produzem e os apoios que oferecem às escolas e às equipes gestoras. Essa perspectiva é particularmente importante para a análise do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS, pois esses instrumentos não apenas descrevem a realidade educacional, mas também contribuem para organizá-la simbolicamente, ao indicar o que deve ser acompanhado, priorizado e respondido pela gestão.

Dessa forma, os indicadores educacionais podem ser compreendidos como dispositivos de tradução, indução e responsabilização. São dispositivos de tradução porque sintetizam informações e tornam os resultados mais comunicáveis para gestores, técnicos, CREs e escolas. São dispositivos de indução porque orientam prioridades, influenciam rotinas de acompanhamento e sinalizam as dimensões da aprendizagem e da qualidade educacional que devem receber maior atenção. São dispositivos de responsabilização porque produzem expectativas institucionais sobre os resultados das redes e das escolas, podendo incidir sobre pactuações, metas, monitoramento, premiações, colaboração interinstitucional e alocação de esforços.

A responsabilização educacional, entretanto, não deve ser confundida com a culpabilização dos profissionais ou das unidades escolares. Fernandes e Gremaud (2020), ao discutirem avaliação e *accountability* no contexto brasileiro, indicam que os sistemas de responsabilização precisam ser analisados em sua complexidade, considerando tanto a necessidade de transparência e acompanhamento público quanto os riscos de usos simplificadores dos resultados.

Nessa direção, a gestão por indicadores somente se torna legítima quando combina clareza dos critérios, consistência das bases de dados, transparência nos cálculos, compromisso com a equidade e oferta de apoio às escolas. Sem esses elementos, o indicador pode perder sua função pedagógica e converter-se em instrumento de pressão desarticulado das condições concretas de ensino.

Essa discussão também dialoga com Luckesi (2011), para quem a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem e da tomada de decisão. A perspectiva defendida pelo autor permite compreender que o dado avaliativo somente cumpre sua finalidade educacional quando favorece o diagnóstico, a reflexão e a intervenção. Aplicada às avaliações externas, essa compreensão desloca a centralidade da simples medição para o uso pedagógico da informação.

Assim, indicadores como o IDAMS e o IQE-MS podem apoiar decisões, mas não substituem a análise das habilidades, dos padrões de desempenho, dos contextos escolares e das condições concretas de ensino. Sua função é orientar e qualificar o diagnóstico, e não determinar automaticamente as respostas pedagógicas ou administrativas que devem ser adotadas.

Soares (2012), ao discutir qualidade e equidade na educação básica, também contribui para problematizar o uso dos indicadores. A qualidade educacional não pode ser compreendida apenas como elevação das médias de desempenho, pois envolve a capacidade

do sistema de garantir aprendizagem com justiça educacional. Isso significa que a gestão do dado precisa considerar não somente os resultados agregados, mas também as desigualdades existentes no interior da rede e das próprias escolas.

Nesse sentido, é necessário identificar quais estudantes permanecem nos padrões mais baixos de desempenho, quais unidades escolares concentram maiores vulnerabilidades, quais componentes curriculares demandam maior apoio e quais condições institucionais interferem na aprendizagem. A leitura dos indicadores deve estar comprometida não apenas com a eficiência gerencial, mas também com a equidade e com a garantia do direito à educação.

Essa perspectiva implica compreender o SAEMS como base de evidências e os indicadores dele derivados como instrumentos de organização da ação pública. O SAEMS permite identificar resultados e produzir recortes importantes sobre a aprendizagem. O IDAMS e o IQE-MS, por sua vez, funcionam como sínteses que favorecem a comunicação e a incorporação de determinadas informações às rotinas de gestão.

Os documentos institucionais e os materiais orientadores analisados indicam que, no âmbito da SED/MS, esses indicadores são apresentados em articulação com processos de devolutiva, formação, monitoramento e apoio técnico-pedagógico. Essa articulação se materializa em relatórios, painéis, reuniões técnicas, formações e materiais de orientação que buscam transformar os dados avaliativos em subsídios para o planejamento, a definição de prioridades e o acompanhamento das ações.

Por se tratar de pesquisa documental, essa constatação se refere ao modo como tal articulação aparece formalizada nos documentos e instrumentos institucionais. Não permite afirmar, contudo, que os indicadores sejam compreendidos ou mobilizados de maneira uniforme pelas CREs e pelas escolas. As formas de recepção, interpretação, negociação e utilização dos resultados pelos profissionais constituem dimensão que poderá ser aprofundada em pesquisas posteriores.

A COAV ocupa posição estratégica nesse circuito. Sua atuação não se restringe ao cálculo, à sistematização ou à divulgação dos resultados, mas envolve a mediação entre a dimensão técnica da avaliação e sua utilização pela gestão educacional. Essa mediação é importante para que os indicadores sejam compreendidos como meios para o aprimoramento da política e das práticas escolares, e não como o destino final da gestão.

Quando a leitura se encerra na nota, no índice ou na comparação entre escolas, perde-se a possibilidade de compreender os aspectos pedagógicos, curriculares, sociais e institucionais relacionados ao resultado. Por outro lado, quando os indicadores são articulados à análise das

habilidades, aos documentos curriculares, às devolutivas qualificadas, à formação e ao acompanhamento, tornam-se instrumentos mais potentes para orientar a ação pública.

A contribuição de Brooke e Rezende (2020) mostra-se relevante nesse ponto, ao evidenciarem que a gestão escolar contemporânea exige mais do que o cumprimento de rotinas administrativas. A função gestora envolve liderança pedagógica, organização do trabalho coletivo, acompanhamento da aprendizagem e tomada de decisão orientada por evidências. Para que os indicadores produzidos ou mobilizados pela SED/MS façam sentido para a escola, precisam ser apresentados em linguagem compreensível e relacionados às demandas concretas da gestão e do trabalho pedagógico.

A gestão escolar, contudo, não deve ser considerada apenas receptora de orientações elaboradas pelo órgão central. Os profissionais das unidades escolares interpretam as políticas, mobilizam conhecimentos sobre seus estudantes e constroem respostas a partir das condições locais. Por essa razão, a gestão por indicadores precisa favorecer espaços de participação, nos quais as evidências produzidas pelo SAEMS possam dialogar com os registros escolares, com o currículo e com a experiência dos profissionais.

Portanto, a gestão do dado por indicadores na SED/MS deve ser compreendida como dimensão da governança educacional. Ela envolve a capacidade institucional de produzir informações confiáveis, organizar indicadores relevantes, comunicar os resultados de forma legível, induzir prioridades pedagógicas e acompanhar as respostas da rede. Esse processo exige equilíbrio entre responsabilização e apoio.

A responsabilização mostra-se necessária na medida em que a educação pública demanda transparência, compromisso com os resultados e garantia do direito à aprendizagem. Contudo, precisa estar acompanhada de condições para que as escolas respondam aos desafios identificados, como formação, orientação curricular, materiais de apoio, acompanhamento técnico e tempo institucional para análise e planejamento.

Dessa forma, SAEMS, IDAMS e IQE-MS podem contribuir para estruturar um ciclo de gestão por evidências tecnicamente consistente, pedagogicamente orientado e sensível às desigualdades. Para isso, é necessário que sejam compreendidos como instrumentos de leitura e intervenção, e não como sínteses fechadas da realidade educacional.

A qualidade da gestão do dado não se mede apenas pela precisão dos cálculos, mas pela capacidade de transformar evidências em ação pública qualificada. Nesse percurso, a COAV assume papel central na sustentação de uma política de avaliação que não se limite a medir resultados, mas que contribua para interpretá-los, devolvê-los, acompanhá-los e convertê-los em decisões voltadas à melhoria da aprendizagem na REE/MS.

Em síntese, a gestão por indicadores exige reconhecer que avaliar, sintetizar, induzir e responsabilizar são dimensões interligadas, mas que precisam ser orientadas por uma finalidade pedagógica e pública. No caso da SED/MS, o desafio não consiste apenas em produzir indicadores derivados do SAEMS, mas em assegurar que o IDAMS, o IQE-MS e os demais instrumentos de acompanhamento atuem como mediadores entre evidências, decisões e ações.

Assim, a governança do dado precisa preservar a consistência técnica das informações, garantir transparência e legitimidade aos critérios de cálculo e, sobretudo, manter os indicadores vinculados ao currículo, à equidade e ao direito dos estudantes à aprendizagem.

3.3.1 SAEMS como base de evidências e como campo de confiança: governança do dado antes da devolutiva

A governança de dados, no contexto desta pesquisa, é compreendida como o conjunto de princípios, rotinas e decisões institucionais que asseguram a qualidade, a confiabilidade, a transparência e a possibilidade de utilização das informações produzidas pela avaliação externa. Não se trata apenas de uma etapa técnica anterior à divulgação dos resultados, mas de uma condição para que os dados possam ser reconhecidos como evidências legítimas pelos diferentes sujeitos da rede.

Essa compreensão dialoga com Boudett, City e Murnane (2013), ao sistematizarem, no processo Data Wise, que o uso dos dados educacionais para a melhoria do ensino e da aprendizagem exige uma sequência organizada de preparação, investigação das evidências, formulação de problemas de aprendizagem, planejamento de ações, implementação, monitoramento e revisão do percurso. Nessa perspectiva, os dados não produzem mudanças por si mesmos: precisam ser organizados, analisados coletivamente e relacionados a decisões pedagógicas e institucionais.

A utilização do Data Wise nesta pesquisa reforça que a preparação dos dados antecede e sustenta sua interpretação. Antes de formular hipóteses sobre a aprendizagem ou propor ações, é necessário verificar se as informações são consistentes, representativas e adequadas às análises pretendidas. A confiança no dado não decorre apenas da precisão técnica de seu cálculo, mas também da clareza dos procedimentos adotados e da possibilidade de os atores compreenderem como a informação foi produzida.

Se a avaliação pretende orientar decisões e contribuir para a redução das desigualdades, a primeira condição é que os dados sejam reconhecidos como confiáveis, compreensíveis e

úteis. Por isso, a governança do SAEMS antecede a devolutiva e integra o próprio processo de apropriação dos resultados. Trata-se de um conjunto de rotinas que envolve cobertura, consistência, comparabilidade, participação e transparência metodológica.

Quando um sistema de avaliação alimenta indicadores e agendas de responsabilização, esses elementos deixam de ser apenas requisitos técnicos e passam a constituir requisitos de legitimidade pública e essa dimensão é particularmente relevante porque o IDAMS e o IQE-MS dependem da qualidade das bases que os compõem e da clareza dos procedimentos que sustentam sua produção, seu cálculo e sua interpretação.

No cotidiano institucional da COAV, a governança do dado envolve procedimentos relacionados tanto ao SAEMS quanto aos indicadores que se articulam aos seus resultados e esses procedimentos incluem a definição de critérios para validação das bases, o tratamento das ausências, o cálculo da participação, as verificações de coerência e a organização de recortes por rede, escola, etapa, componente curricular, padrão de desempenho e habilidades avaliadas.

A governança também envolve a explicitação dos limites interpretativos dos resultados com uma base tecnicamente consistente não autoriza qualquer tipo de conclusão, se faz necessário observar o desenho da avaliação, os públicos avaliados, a cobertura alcançada, os critérios de participação e as possibilidades metodológicas de comparação. Essa cautela contribui para evitar leituras que atribuam aos resultados significados que eles não podem sustentar.

No caso dos indicadores, a governança se expressa na conferência das informações utilizadas, na aplicação dos critérios metodológicos, na produção dos coeficientes, na definição dos recortes possíveis e na comunicação transparente sobre o que cada medida permite ou não permite afirmar. Como o IDAMS e o IQE-MS sintetizam diferentes informações, sua legitimidade depende tanto da consistência dos componentes quanto da clareza das escolhas metodológicas realizadas.

A qualidade da informação utilizada na composição dos indicadores é particularmente importante porque eventuais inconsistências podem repercutir na interpretação dos resultados e nas decisões associadas a eles. Por essa razão, a governança demanda procedimentos documentados, critérios conhecidos e mecanismos de verificação que permitam identificar e corrigir possíveis divergências antes da divulgação e da utilização institucional dos dados.

A governança possui, ainda, uma dimensão pedagógica indireta, uma vez que a qualidade do dado condiciona a qualidade das interpretações possíveis com informações consistentes, documentadas e metodologicamente transparentes que favorecem leituras mais

justas sobre a distribuição dos estudantes nos padrões de desempenho, as diferenças territoriais, as desigualdades entre grupos e as situações de escolas que atuam em contextos distintos.

Essa leitura é fundamental para uma perspectiva de equidade, pois desloca o olhar da média geral para a identificação de quem permanece em situações de maior vulnerabilidade educacional, em quais habilidades, etapas ou territórios e sob quais condições escolares. A média pode oferecer uma visão geral, mas não revela, isoladamente, como os resultados se distribuem entre os estudantes nem quais grupos demandam maior atenção.

A análise da participação também integra essa perspectiva, pois taxas de participação insuficientes podem comprometer a representatividade dos resultados e dificultar sua utilização para determinados recortes. Além disso, a ausência de grupos de estudantes na avaliação pode tornar menos visíveis desigualdades que deveriam orientar o planejamento e a definição de apoios. A participação, portanto, não deve ser compreendida apenas como requisito operacional, mas como dimensão relacionada à qualidade, à legitimidade e à equidade da informação produzida.

Essa compreensão aproxima-se do Data Wise, na medida em que o uso dos dados deve conduzir à formulação de problemas de aprendizagem e à construção de respostas pedagógicas, e não apenas à identificação de resultados gerais ou à comparação entre unidades escolares. A análise precisa partir de evidências confiáveis, mas também deve considerar o conhecimento dos profissionais sobre os estudantes, o currículo, os registros internos e as condições de ensino.

Nesse sentido, a governança centralizada das bases e dos procedimentos técnicos não elimina a participação das instâncias regionais e escolares no processo de construção de sentidos. Cabe à COAV assegurar a consistência das informações e orientar sua leitura, enquanto as CREs e as escolas podem contribuir com a contextualização dos resultados, a identificação de situações específicas e a formulação de perguntas relacionadas ao cotidiano educacional.

Antes de qualquer intervenção, portanto, a governança do SAEMS cria o fundamento sobre o qual o uso consequente dos resultados pode ocorrer. Isso significa que a apropriação não começa somente na apresentação dos boletins, relatórios ou painéis, mas nas condições que tornam o dado confiável, inteligível, legítimo e passível de utilização.

Nessa direção, Mandinach e Gummer (2016) defendem que a tomada de decisão orientada por dados requer a transformação da informação em conhecimento acionável, processo que depende de competências técnicas, pedagógicas e organizacionais. A

governança do dado não se limita, assim, à administração das bases, pois integra o próprio ciclo de apropriação ao estabelecer as condições para que os resultados sejam compreendidos, legitimados e convertidos em ações de planejamento, formação, monitoramento e intervenção pedagógica.

No âmbito desta pesquisa, a análise concentra-se na forma como essa etapa aparece organizada nos documentos, nos materiais e nos instrumentos institucionais da COAV e da SED/MS onde busca-se identificar quais procedimentos são formalizados para assegurar cobertura, consistência, comparabilidade, participação e transparência, bem como quais orientações são apresentadas para a produção e a utilização dos resultados.

Essa delimitação é necessária porque a pesquisa documental não permite afirmar diretamente como os dados são recebidos pelas CREs e pelas escolas nem quais ruídos são percebidos pelos profissionais durante sua utilização, assim não permite verificar de maneira direta em que medida os procedimentos formalizados são executados uniformemente em todos os contextos da rede.

As percepções dos profissionais, as dificuldades encontradas na leitura das informações e os efeitos da governança sobre a confiança nos resultados constituem dimensões relevantes que poderão ser aprofundadas em investigações posteriores, mediante entrevistas, grupos de discussão ou observação das rotinas institucionais.

Com base no corpus documental analisado, a governança pode ser compreendida como parte do território de mediação da COAV e como uma condição institucional para que os resultados sejam convertidos em agenda de ação na articulação de cobertura, consistência, comparabilidade, participação e transparência metodológica. Essa etapa contribui para que o SAEMS e os indicadores dele derivados, especialmente o IDAMS e o IQE-MS, possam subsidiar o planejamento, a intervenção pedagógica e o monitoramento das políticas educacionais.

A governança do dado, portanto, não se encerra na garantia de precisão técnica e sua finalidade pública se concretiza quando a qualidade das informações favorece interpretações responsáveis, amplia a confiança nos resultados e sustenta decisões comprometidas com a aprendizagem e com a redução das desigualdades educacionais.

3.3.2 IQE-MS e ICMS - Educação: composição do indicador, participação como regra e efeitos no clima de apropriação

O IQE-MS insere a avaliação educacional em um cenário de política pública no qual os resultados passam a compor mecanismos de financiamento, indução e monitoramento da gestão. Instituído pela Lei nº 5.941, de 24 de agosto de 2022, e regulamentado pelo Decreto nº 16.225, de 7 de julho de 2023, o IQE-MS foi criado para aferir a melhoria dos resultados de aprendizagem e o aumento da equidade, sendo utilizado na composição do Índice de Participação dos Municípios no rateio do ICMS-Educação.

A vinculação do IQE-MS ao ICMS-Educação faz com que o indicador deixe de operar apenas como uma síntese técnica dos resultados do SAEMS e passe a integrar uma política de redistribuição de recursos e de indução de prioridades educacionais. Essa configuração amplia sua visibilidade na agenda governamental e influencia o modo como seus resultados são recebidos pelos municípios e pelas redes de ensino, uma vez que o índice passa a produzir consequências que ultrapassam o campo estritamente pedagógico.

A análise dessa configuração exige diálogo com a literatura sobre indicadores e responsabilização educacional. Fernandes (2007), ao discutir a formulação do Ideb, demonstra que indicadores sintéticos combinam diferentes dimensões da política educacional, como desempenho e fluxo, podendo produzir incentivos às redes e às escolas, especialmente quando associados a metas, monitoramento e consequências institucionais. Bonamino e Sousa (2012), por sua vez, evidenciam que as avaliações em larga escala, ao longo de suas diferentes gerações, passaram de uma função predominantemente diagnóstica para usos vinculados à responsabilização, à indução e ao acompanhamento dos sistemas de ensino.

A articulação do IQE-MS com o ICMS-Educação altera, portanto, a posição ocupada pela avaliação no interior da política pública. Os resultados do SAEMS deixam de ser interpretados somente como diagnóstico da aprendizagem e passam a integrar também mecanismos de regulação, pactuação e distribuição de recursos, o que amplia a relevância da qualidade das bases, da transparência dos critérios e da compreensão pública sobre a composição do indicador.

Essa mudança pode produzir efeitos distintos sobre o clima de apropriação dos resultados. O vínculo entre o IQE-MS e o ICMS-Educação pode fortalecer o compromisso dos municípios com a participação no SAEMS, com a consistência das bases de estudantes e com o acompanhamento sistemático da aprendizagem, uma vez que o índice passa a ter repercussão administrativa e financeira. A própria regulamentação associa o indicador à melhoria dos resultados e à equidade, tornando a participação e a qualidade da informação condições essenciais para a validade do cálculo e para a legitimidade da política.

A mesma vinculação, contudo, pode deslocar o debate pedagógico para uma lógica predominantemente burocrática ou defensiva quando o índice é compreendido apenas como critério de rateio, comparação entre municípios ou cobrança por desempenho. Esse risco reforça a necessidade de mediações institucionais que expliquem a composição do indicador, seus critérios de cálculo, seus limites interpretativos e as possibilidades de sua utilização no planejamento educacional.

A análise do IQE-MS não pode, desse modo, restringir-se à sua fórmula ou ao papel desempenhado na distribuição do ICMS-Educação. É necessário compreender que um indicador dessa natureza organiza prioridades, produz expectativas e influencia decisões administrativas e pedagógicas. Guimarães e Jannuzzi (2005) alertam que os indicadores sintéticos possuem elevada capacidade de comunicação e comparação, mas podem ocultar desigualdades internas quando utilizados de forma isolada ou descontextualizada.

A leitura do índice precisa, por essa razão, ultrapassar a identificação do valor alcançado por cada município e avançar para a análise dos componentes que contribuíram para o resultado. O indicador deve ser relacionado aos padrões de desempenho, às habilidades avaliadas, aos dados de fluxo, à participação dos estudantes e às características dos territórios, permitindo que a síntese inicial conduza a perguntas mais específicas sobre aprendizagem, equidade e condições de oferta.

A participação ocupa uma posição central nessa discussão porque a validade dos dados que compõem o IQE-MS depende da abrangência e da representatividade das informações consideradas no cálculo. Uma avaliação com baixa participação pode não representar adequadamente o conjunto dos estudantes e pode comprometer a interpretação dos resultados, especialmente quando determinados grupos, escolas ou territórios estão sub-representados.

Essa preocupação dialoga com Fernandes (2007), ao demonstrar que um indicador educacional sintético precisa articular bases consistentes para expressar, de forma adequada, as dimensões que pretende acompanhar. Embora o autor trate especificamente da relação entre desempenho e fluxo na construção do Ideb, sua contribuição reforça a importância da qualidade, da abrangência e da coerência das informações utilizadas na composição de qualquer indicador educacional.

No caso do SAEMS e do IQE-MS, as regras de participação mínima e as consequências previstas para situações de baixa adesão reforçam a relevância da cobertura avaliativa e da consistência das bases. Essas exigências não devem, entretanto, ser apresentadas apenas como obrigações administrativas, pois a participação está diretamente relacionada à

representatividade dos resultados e à possibilidade de identificar desigualdades existentes entre os estudantes e os territórios.

Quando as regras de participação são comunicadas exclusivamente como cobrança institucional ou como condição para o acesso a recursos, podem intensificar tensões e favorecer interpretações defensivas. Bonamino e Sousa (2012) ajudam a compreender esse risco ao mostrarem que as avaliações em larga escala podem assumir funções de responsabilização e indução que ultrapassam sua dimensão diagnóstica. A participação, quando passa a repercutir sobre índices e distribuição de recursos, integra o próprio clima de apropriação dos resultados.

A gestão do IQE-MS requer, nesse contexto, um equilíbrio entre transparência e apoio institucional. A transparência envolve explicar os componentes do índice, os critérios de participação, os procedimentos de cálculo, os limites das comparações e as consequências previstas na legislação. O apoio institucional pressupõe criar condições para que municípios, redes e escolas compreendam os resultados, identifiquem suas necessidades e planejem ações voltadas à melhoria da aprendizagem.

A análise das taxas de participação também deve ser articulada à perspectiva de equidade, uma vez que a ausência de estudantes, escolas ou territórios pode invisibilizar situações de maior vulnerabilidade educacional. Uma base aparentemente consistente em termos quantitativos pode ainda ocultar desigualdades caso determinados grupos estejam sub-representados, razão pela qual a leitura da participação deve considerar não apenas o percentual geral, mas também a distribuição dos participantes.

A atuação da COAV assume relevância nesse processo porque envolve a produção, a conferência e a comunicação das informações utilizadas na composição do indicador. Seu papel não se limita à divulgação do IQE-MS, mas compreende a mediação entre as regras técnicas e normativas do índice e os diferentes públicos que precisam interpretá-lo e utilizá-lo no planejamento.

Os documentos e materiais institucionais analisados permitem compreender que o IDAMS e o IQE-MS podem funcionar como portas de entrada para o aprofundamento da leitura dos resultados do SAEMS. Quando relacionados aos padrões de desempenho, às habilidades avaliadas, aos recortes territoriais e às desigualdades identificadas, esses indicadores podem contribuir para a definição de prioridades, para a organização de devolutivas e para o acompanhamento das políticas educacionais.

A pesquisa documental permite examinar de que maneira essa articulação é formalmente apresentada nos normativos, nos materiais orientadores e nos instrumentos

institucionais. Não permite, porém, afirmar diretamente como o IQE-MS circula nos territórios, que sentidos produz entre os gestores e as equipes escolares ou de que maneira é efetivamente incorporado às rotinas de planejamento.

As percepções dos gestores municipais, das CREs e dos profissionais das escolas constituem uma dimensão relevante para pesquisas posteriores, especialmente porque podem revelar como a vinculação entre avaliação e financiamento interfere na recepção dos resultados, na confiança no indicador e nas decisões tomadas em cada contexto.

A potência do IQE-MS não reside apenas em sua capacidade de sintetizar resultados, mas na possibilidade de orientar análises institucionais e pedagógicas mais qualificadas. Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) alertam que as avaliações em larga escala, quando apropriadas por lógicas classificatórias ou desvinculadas de processos formativos, podem produzir efeitos não pretendidos, como padronização excessiva, estreitamento curricular e pressão sobre as escolas.

A utilização do indicador como síntese suficiente da qualidade educacional pode reduzir a complexidade dos processos de aprendizagem e oferecer pouca orientação para intervenções concretas. O índice adquire maior relevância quando serve de ponto inicial para a investigação dos componentes que explicam o resultado, para a identificação de grupos que demandam apoio e para a definição de estratégias de formação, acompanhamento e recomposição das aprendizagens.

A articulação entre IQE-MS e ICMS-Educação precisa, portanto, preservar a finalidade pública da política sem reduzir a qualidade educacional a um mecanismo financeiro. O repasse de recursos pode funcionar como instrumento de indução e colaboração federativa, mas deve permanecer vinculado à garantia do direito à aprendizagem, à redução das desigualdades e à criação de condições para que os municípios possam responder aos desafios identificados.

A responsabilização decorrente dessa política torna-se mais legítima quando os critérios são transparentes, as bases são confiáveis, os resultados são contextualizados e os municípios recebem suporte técnico e pedagógico. A ausência dessas condições pode transformar um instrumento de incentivo e cooperação em fonte de pressão, disputa ou incompreensão, enfraquecendo a apropriação formativa dos resultados.

A análise desenvolvida nesta seção permite compreender que participação, financiamento, indução e apropriação não constituem dimensões separadas. Elas integram um mesmo processo de gestão no qual a qualidade das informações, a clareza das regras e a oferta de apoio condicionam os sentidos atribuídos ao IQE-MS e às decisões dele decorrentes.

O desafio institucional consiste em assegurar que a repercussão administrativa e financeira do indicador não substitua sua finalidade educacional. Para tanto, a comunicação do IQE-MS precisa favorecer a compreensão de sua composição, estimular a leitura contextualizada dos resultados e orientar o aprofundamento das análises, mantendo o foco na aprendizagem e na equidade.

A atuação da COAV, nesse percurso, relaciona-se à construção das condições técnicas e comunicacionais necessárias para que o indicador seja compreendido como instrumento de gestão e não apenas como resultado final. Essa mediação envolve governança das bases, transparência metodológica, produção de materiais orientadores, organização de devolutivas e articulação com os setores responsáveis pelo apoio às redes e às escolas.

O IQE-MS pode contribuir para o aprimoramento da política educacional quando sua utilização combina responsabilização, colaboração e suporte. A participação dos estudantes assegura maior legitimidade às informações; a transparência fortalece a confiança no cálculo; a desagregação dos resultados permite identificar desigualdades; e o acompanhamento institucional cria condições para transformar o índice em agenda de ação.

Essa compreensão reforça que o valor do IQE-MS não se encerra na posição alcançada pelos municípios nem no efeito produzido sobre o rateio do ICMS-Educação. Sua contribuição depende da capacidade de converter o resultado em conhecimento sobre a realidade educacional e de mobilizar ações voltadas à melhoria da aprendizagem, à equidade e ao fortalecimento da gestão pública.

3.3.3 IDAMS e CNCA: monitoramento da alfabetização

A relação entre o IDAMS e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) amplia a compreensão sobre o uso dos indicadores como instrumentos de acompanhamento da política educacional. Instituído pelo Decreto nº 11.556/2023, o CNCA estabelece como finalidade pública a garantia da alfabetização das crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, mediante regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Ao orientar ações destinadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens nos anos iniciais, o CNCA reforça a necessidade de instrumentos capazes de diagnosticar, acompanhar e monitorar os resultados educacionais, especialmente em contextos marcados por desigualdades. No caso de Mato Grosso do Sul, essa diretriz dialoga com o IDAMS,

indicador derivado dos resultados do SAEMS e articulado ao Programa MS Alfabetiza, que pode contribuir para tornar visíveis os avanços e os desafios relacionados à alfabetização.

A contribuição do IDAMS não se restringe à síntese dos resultados de desempenho, uma vez que sua utilização pode favorecer a identificação de escolas, territórios e grupos de estudantes que demandam maior atenção. Quando relacionado aos padrões de desempenho, às habilidades avaliadas e às condições de oferta, o indicador pode apoiar a definição de prioridades e a organização de respostas pedagógicas mais direcionadas.

O Plano de Trabalho Anual do CNCA para Mato Grosso do Sul explicita essa orientação ao estabelecer metas progressivas de alfabetização. Entre as metas previstas, encontram-se a garantia de 63% das crianças alfabetizadas até dezembro de 2026 e o alcance de, pelo menos, 80% de alfabetização plena ao final do 2º ano do Ensino Fundamental até 2030.

Inserido nesse contexto, o IDAMS pode ser compreendido como mediação entre a meta pública de alfabetização e a rotina de gestão pedagógica da rede. Sua contribuição está na possibilidade de transformar o acompanhamento das metas em perguntas educacionais: quais escolas e territórios estão mais distantes dos resultados esperados? Quais estudantes permanecem nos padrões mais baixos de desempenho? Quais habilidades precisam receber maior atenção nos processos de formação e intervenção? Que ações devem ser acompanhadas para que as metas se convertam em aprendizagem efetiva?

Essa leitura aproxima-se de Jannuzzi (2005), para quem os indicadores sociais devem estar vinculados ao problema público que pretendem acompanhar. Sua finalidade não consiste em representar a realidade em sua totalidade, mas em selecionar aspectos relevantes para o diagnóstico, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas. No caso da alfabetização, o indicador precisa contribuir para identificar tendências, desigualdades e necessidades de intervenção, sem ser tomado como explicação completa da realidade educacional.

A articulação entre CNCA e IDAMS permite compreender que o indicador estadual pode operar como ferramenta de acompanhamento da política de alfabetização, desde que sua leitura ultrapasse a comparação de resultados ou a definição de metas gerais. Guimarães e Jannuzzi (2005) alertam que os indicadores sintéticos possuem forte capacidade de comunicação e comparação, mas podem ocultar desigualdades internas quando utilizados de forma isolada ou descontextualizada.

A contribuição do IDAMS para a qualidade e a equidade depende, portanto, de sua articulação com os padrões de desempenho, as habilidades avaliadas, os recortes territoriais, as condições de oferta e as ações de apoio destinadas às escolas. O indicador não substitui a

análise pedagógica, mas pode funcionar como ponto de partida para seu aprofundamento, orientando a identificação dos estudantes e territórios que necessitam de maior suporte.

Essa discussão também dialoga com Fernandes (2007), ao demonstrar que indicadores educacionais expressam escolhas conceituais e metodológicas sobre o que se entende por desenvolvimento e qualidade da educação, além de poder induzir comportamentos nas redes e nas escolas. No caso do IDAMS, essa reflexão mostra-se relevante porque sua utilização pode contribuir para transformar as metas do CNCA em uma agenda estadual vinculada a ações concretas de formação, recomposição e fortalecimento das aprendizagens.

Quando reduzido a uma nota ou empregado somente como mecanismo de cobrança, o indicador pode perder sua potência formativa e produzir leituras restritas da qualidade educacional. Seu potencial para promover a alfabetização com equidade depende das mediações realizadas pela SED/MS e pela COAV, especialmente por meio de devolutivas qualificadas, materiais orientadores, formação continuada, análise das habilidades críticas e monitoramento das ações planejadas.

O CNCA estabelece uma agenda progressiva de alfabetização, orientada pelo acompanhamento do percentual de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. No âmbito nacional, o resultado apurado para 2025 foi de 66% de crianças alfabetizadas, superando a meta estabelecida para o período. As metas nacionais seguintes correspondem a 67% em 2026, 71% em 2027, 74% em 2028, 77% em 2029 e, no mínimo, 80% em 2030.

Para Mato Grosso do Sul, o Plano de Trabalho Anual do CNCA prevê alcançar 63% de crianças alfabetizadas até dezembro de 2026 e, pelo menos, 80% de alfabetização plena ao final do 2º ano do Ensino Fundamental até 2030. Os resultados divulgados permitem observar o percurso realizado pelo Estado em relação a essas metas.

Em 2023, Mato Grosso do Sul registrou aproximadamente 47% das crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, com participação de 88% dos estudantes das redes públicas sul-mato-grossenses na avaliação. No ano de 2024, o percentual avançou para 55,8%, superando a meta estadual prevista para o período, que correspondia a 52,8%.

Os dados divulgados referentes a 2025 indicaram que Mato Grosso do Sul alcançou 66% de crianças alfabetizadas, superando a meta prevista para o ano, de 58%, e ultrapassando antecipadamente a meta estadual estabelecida para 2026, de 63%. A superação antecipada representa um avanço relevante, mas precisa ser interpretada com cautela, considerando que o

indicador é apurado anualmente e que a continuidade dos resultados depende da sustentação das políticas e das ações pedagógicas desenvolvidas.

A Tabela 1 apresenta as metas pactuadas e os resultados apurados em Mato Grosso do Sul, permitindo visualizar o percurso estadual no âmbito do CNCA.

Tabela 1 - CNCA x SAEMS

ANO	METAS	ÍNDICE APURADO EM MS	SITUAÇÃO EM MS
2023	ANO INICIAL DA POLÍTICA	47%	RESULTADO INICIAL APURADO PELO MEC
2024	52,80%	55,80%	META SUPERADA
2025	58%	66%	META SUPERADA
2026	63%	A APURAR	A APURAR
2027	68%	A APURAR	A APURAR
2028	72%	A APURAR	A APURAR
2029	76%	A APURAR	A APURAR
2030	>=80%	A APURAR	A APURAR

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam que Mato Grosso do Sul superou as metas intermediárias estabelecidas para 2024 e 2025, sinalizando avanços importantes na política de alfabetização. A superação das metas, entretanto, não encerra a análise, pois permanece necessário compreender em quais territórios esses avanços se concentram, quais escolas ainda apresentam maiores dificuldades e quais estudantes continuam distantes dos padrões esperados de aprendizagem.

A análise orientada pela equidade exige que o avanço da média estadual seja acompanhado da observação das diferenças internas. Um resultado geral positivo pode coexistir com desigualdades entre municípios, escolas, turmas e grupos de estudantes, razão pela qual o monitoramento precisa considerar tanto o percentual global quanto a distribuição das aprendizagens.

O IDAMS pode contribuir com essa leitura ao articular os resultados da alfabetização a recortes por escola, território, participação e desempenho. Sua utilização permite que as metas nacionais e estaduais sejam relacionadas a situações concretas da rede, favorecendo a identificação de prioridades e a organização de estratégias de formação, apoio pedagógico e acompanhamento.

A relação entre o IDAMS e o CNCA situa o indicador estadual em uma agenda mais ampla de monitoramento da alfabetização e de redução das desigualdades. Os resultados alcançados demonstram avanços no percentual de crianças alfabetizadas, mas também

reforçam a necessidade de continuidade das ações, uma vez que a manutenção e a ampliação desses resultados dependem de acompanhamento sistemático e de intervenções voltadas aos contextos que permanecem em situação de maior vulnerabilidade.

A mobilização do IDAMS como instrumento de gestão precisa estar articulada a processos que permitam compreender o que está por trás do resultado sintetizado. A análise deve avançar para as habilidades avaliadas, os padrões de desempenho, os níveis de participação, os registros produzidos pelas escolas e as condições concretas de ensino, evitando que o indicador seja utilizado como explicação suficiente da qualidade da alfabetização.

No âmbito da pesquisa documental, a análise concentra-se na forma como o IDAMS, o CNCA e as metas de alfabetização aparecem articulados nos documentos, nos materiais orientadores e nos instrumentos institucionais da SED/MS. O estudo permite identificar as finalidades atribuídas ao indicador e as possibilidades formalmente previstas para sua utilização no monitoramento da alfabetização.

Essa delimitação não permite afirmar diretamente como o IDAMS é compreendido e mobilizado pelos profissionais das escolas, das CREs e das redes municipais, tampouco verificar como suas informações são incorporadas às rotinas pedagógicas em cada território. Essas dimensões poderão ser aprofundadas em pesquisas posteriores por meio da escuta dos profissionais e da observação dos processos de devolutiva, formação e acompanhamento.

A análise desenvolvida subsidia o Plano de Ação Educacional ao demonstrar que o uso do IDAMS precisa estar acompanhado de instrumentos concretos de interpretação, pactuação e monitoramento, capazes de transformar o índice em agenda de intervenção. O indicador não é tratado como fim em si mesmo, mas como dispositivo de mediação entre evidência, decisão e ação pedagógica, com foco na alfabetização, na melhoria da aprendizagem e na redução das desigualdades na REE/MS.

3.4 IQE-MS E ICMS-EDUCAÇÃO: INDICADOR, EQUIDADE E INDUÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O IQE-MS deve ser compreendido no interior de uma política nacional mais ampla de indução da qualidade educacional por meio da redistribuição da cota-parte municipal do ICMS. A base dessa política decorre da Emenda Constitucional nº 108/2020, que tornou permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e alterou os critérios de distribuição do imposto

pertencente aos municípios, determinando que parte dessa cota seja vinculada a indicadores de melhoria dos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos estudantes.

A alteração constitucional atribui à avaliação educacional uma posição estratégica que ultrapassa sua função diagnóstica, uma vez que os resultados de aprendizagem passam a integrar mecanismos de indução de políticas públicas e de distribuição de recursos. Essa articulação aproxima avaliação, financiamento e equidade, tornando necessário compreender não apenas a composição técnica dos indicadores, mas também os comportamentos, prioridades e decisões que podem ser estimulados por sua utilização.

No âmbito estadual, Mato Grosso do Sul regulamentou essa diretriz por meio da Lei nº 5.941, de 24 de agosto de 2022, que dispõe sobre os indicadores destinados à distribuição da cota municipal do ICMS referente à educação e estabelece o IQE-MS. A Lei define o índice como instrumento voltado à aferição da melhoria dos resultados de aprendizagem dos estudantes sul-mato-grossenses e ao aumento da equidade, incorporando à política educacional objetivos relacionados à redução das desigualdades educacionais, socioeconômicas e raciais verificadas por meio do SAEMS.

Entre as diretrizes previstas na legislação encontram-se o fortalecimento da colaboração entre Estado e municípios, o estímulo ao engajamento dos gestores e servidores públicos e a valorização da alfabetização na idade adequada. A norma também estabelece que o IQE-MS reúne informações oriundas do SAEMS e que os municípios devem aderir à avaliação conforme as regras definidas pelo Poder Executivo Estadual, o que torna a participação e a qualidade das bases elementos centrais para a legitimidade do indicador.

O Decreto nº 16.225, de 7 de julho de 2023, regulamenta o IQE-MS e o define como indicador da qualidade da educação básica das redes municipais de ensino de Mato Grosso do Sul. A partir dessa regulamentação, o índice passa a compor o cálculo do ICMS-Educação, vinculando os resultados do SAEMS à distribuição de recursos aos municípios e ampliando sua relevância política, administrativa e financeira.

A destinação de parte do rateio do ICMS com base no IQE-MS faz com que os resultados avaliativos deixem de circular somente como informações sobre a aprendizagem e passem a produzir consequências sobre a gestão municipal. Essa vinculação pode estimular maior atenção à participação dos estudantes, à consistência das bases, ao acompanhamento das metas e à organização das ações educacionais, mas também exige cautela para que a finalidade pedagógica não seja substituída por uma lógica exclusivamente financeira.

A discussão teórica sobre indicadores sintéticos contribui para compreender os limites e as possibilidades dessa política. Jannuzzi (2005) explica que os indicadores sociais constituem instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas públicas, mas não expressam a realidade em sua totalidade. Ao selecionarem determinadas dimensões para orientar a ação pública, os indicadores resultam de escolhas conceituais, metodológicas e políticas sobre aquilo que se pretende tornar visível e acompanhar.

Aplicada ao IQE-MS, essa compreensão permite reconhecer que o índice não constitui um retrato completo da qualidade educacional dos municípios. Sua composição expressa determinadas prioridades da política estadual, como melhoria da aprendizagem, equidade, participação no SAEMS e gestão orientada por resultados, mas não contempla isoladamente todas as dimensões pedagógicas, sociais, territoriais e institucionais que interferem na educação.

A análise de Fernandes (2007), ao discutir o Ideb, também auxilia a compreensão da lógica do IQE-MS, uma vez que demonstra como indicadores educacionais sintéticos combinam dimensões distintas e podem induzir comportamentos nas redes e nas escolas, especialmente quando associados a metas, monitoramento e consequências institucionais. A relação entre desempenho, fluxo, participação e financiamento evidencia que a leitura de um índice deve considerar os componentes que o constituem e os possíveis incentivos produzidos por sua utilização.

No caso do IQE-MS, a potência indutora decorre da articulação entre avaliação, participação e distribuição de recursos. O indicador pode criar incentivos para que os municípios acompanhem a aprendizagem, mobilizem suas redes, fortaleçam a adesão ao SAEMS e organizem estratégias destinadas à melhoria dos resultados. Essa capacidade, entretanto, não assegura automaticamente a melhoria da qualidade educacional, pois os efeitos produzidos dependem das condições de implementação, dos apoios oferecidos e dos sentidos atribuídos ao índice.

Guimarães e Jannuzzi (2005) alertam que indicadores sintéticos possuem elevada capacidade de comunicação e comparação, mas podem ocultar desigualdades internas quando utilizados de forma isolada ou descontextualizada. O IQE-MS pode favorecer uma leitura geral da situação educacional dos municípios, mas não substitui a análise detalhada dos padrões de desempenho, das habilidades avaliadas, das condições de oferta, dos contextos territoriais e das desigualdades existentes entre e dentro dos municípios.

A síntese produzida pelo indicador precisa ser acompanhada de recortes analíticos, devolutivas qualificadas e ações de apoio técnico-pedagógico, permitindo que o valor geral

conduza ao aprofundamento das questões que explicam sua composição. A observação das médias e dos índices deve ser complementada pela identificação dos estudantes, escolas e territórios que permanecem em situação de maior vulnerabilidade, evitando que avanços globais ocultem desigualdades persistentes.

A relação entre o IQE-MS e a equidade exige atenção especial porque a melhoria do resultado agregado não significa necessariamente que todos os grupos tenham avançado de maneira semelhante. Um município pode elevar seu índice e, ainda assim, manter diferenças significativas entre escolas, territórios, turmas ou grupos de estudantes. O compromisso com a equidade demanda que a política considere não apenas quanto o resultado aumentou, mas quem foi alcançado por essa melhoria e quem continua distante dos níveis esperados de aprendizagem.

Bonamino e Sousa (2012) demonstram que as avaliações em larga escala passaram, ao longo de suas diferentes gerações, de uma função predominantemente diagnóstica para usos associados à responsabilização, à indução e ao monitoramento das redes e das escolas. Essa transformação permite compreender por que a vinculação entre avaliação e financiamento amplia o poder de influência dos resultados sobre as decisões públicas.

Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) chamam atenção para os riscos decorrentes de usos classificatórios das avaliações, especialmente quando os resultados são convertidos em rankings, metas ou mecanismos de pressão sem mediações formativas. O IQE-MS pode fortalecer a cooperação e o planejamento quando utilizado como instrumento de leitura, pactuação e apoio, mas pode gerar tensões quando apropriado apenas como critério de repasse financeiro, comparação entre municípios ou cobrança por resultados.

A responsabilização vinculada ao IQE-MS precisa, por essa razão, ser acompanhada de transparência, suporte técnico e condições institucionais para a intervenção. A divulgação clara dos critérios de cálculo, dos componentes do índice, das regras de participação e dos limites das comparações constitui condição para que os municípios compreendam a política e reconheçam sua legitimidade.

A oferta de apoio pedagógico também integra essa legitimidade, pois a cobrança por resultados não pode ser dissociada das condições necessárias para que as redes enfrentem os desafios identificados. Formação, orientação curricular, materiais de apoio, acompanhamento técnico e espaços de planejamento são elementos que permitem transformar o indicador em instrumento de melhoria, e não apenas em mecanismo de pressão.

A centralidade do IQE-MS nesta pesquisa não se encontra somente em sua fórmula ou em sua função no ICMS-Educação, mas nos usos institucionais que pode produzir. Como

indicador vinculado ao SAEMS, o IQE-MS permite examinar de que maneira os resultados da avaliação externa são convertidos em parâmetros de gestão, financiamento, indução e responsabilização no âmbito da política educacional de Mato Grosso do Sul.

Sua contribuição para a qualidade e para a equidade depende da capacidade da SED/MS, da COAV e dos municípios de transformarem o índice em agenda educacional, articulando leitura dos resultados, identificação das desigualdades, definição de prioridades, formação das equipes, apoio às escolas e monitoramento das ações. A função indutora do indicador alcança maior legitimidade quando está associada a processos de colaboração e quando direciona esforços para os contextos que mais necessitam de apoio.

A atuação da COAV ocupa posição estratégica nessa articulação porque envolve tanto a governança técnica das informações quanto a mediação de seus usos. A produção de resultados confiáveis, a explicitação dos procedimentos metodológicos e a organização de materiais de devolutiva constituem condições para que o IQE-MS seja compreendido pelos diferentes públicos e relacionado às decisões educacionais.

A mediação institucional também precisa evitar que o índice seja tomado como resposta completa sobre a situação de um município. O valor alcançado deve estimular perguntas sobre os componentes que o formaram, as aprendizagens demonstradas, a participação dos estudantes, as desigualdades existentes e as ações que podem ser planejadas. Essa leitura transforma o indicador em ponto de partida para a análise, preservando sua capacidade de síntese sem reduzir a complexidade da realidade educacional.

No âmbito desta pesquisa documental, a análise está concentrada na forma como a legislação e os documentos institucionais definem o IQE-MS, organizam sua relação com o ICMS-Educação e atribuem ao indicador funções de aprendizagem, equidade, colaboração, indução e responsabilização. O estudo permite examinar os sentidos formalmente atribuídos à política, mas não possibilita afirmar como esses sentidos são efetivamente compreendidos ou negociados pelos gestores municipais e pelos profissionais das redes de ensino.

A investigação das percepções dos municípios, das equipes técnicas e das escolas constitui possibilidade relevante para estudos posteriores, especialmente para compreender como a vinculação entre avaliação e financiamento interfere nas decisões locais, na confiança no índice e nas estratégias adotadas para a melhoria dos resultados.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidencia que o IQE-MS não deve ser compreendido como fim em si mesmo, mas como dispositivo de mediação entre avaliação, gestão, financiamento e melhoria da aprendizagem. Sua contribuição pública depende da

articulação entre consistência técnica, transparência, equidade, colaboração e apoio institucional.

Essa compreensão sustenta a passagem para o Plano de Ação Educacional apresentado no capítulo seguinte, uma vez que os desafios identificados não se concentram apenas na produção dos indicadores, mas na construção de condições para que sejam compreendidos, devolvidos, discutidos e convertidos em decisões acompanhadas. O Guia Orientativo e a Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada são apresentados como respostas a essa necessidade de fortalecer a mediação entre os resultados do SAEMS, os indicadores derivados e a atuação dos diferentes níveis da rede.

4 GUIA ORIENTATIVO E MATRIZ DE ROTINAS PARA A APROPRIAÇÃO PEDAGÓGICA DO SAEMS, DO IDAMS E DO IQE-MS

Este capítulo apresenta o Plano de Ação Educacional elaborado a partir das análises desenvolvidas ao longo da pesquisa e estabelece uma articulação direta com as discussões realizadas no capítulo 3. A análise anterior evidenciou a centralidade dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS na política educacional de Mato Grosso do Sul, bem como os desafios relacionados à compreensão, à interpretação e à incorporação dessas informações às rotinas da gestão educacional e do trabalho pedagógico.

O Guia Orientativo e a Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada constituem desdobramentos práticos do percurso investigativo, e não elementos externos à pesquisa. Sua proposição está vinculada à finalidade do mestrado profissional e à necessidade de produzir uma contribuição aplicável à realidade institucional da SED/MS, especialmente à atuação da COAV.

O Plano de Ação Educacional tem como foco a elaboração de um Guia Orientativo e de uma Matriz de Rotinas voltados à apropriação pedagógica dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS no âmbito da REE/MS. A COAV constitui a destinatária prioritária da proposta, por ocupar posição estratégica na produção, na organização, na tradução, na devolutiva e no acompanhamento dos dados educacionais.

A definição da COAV como destinatária prioritária não significa concentrar exclusivamente no órgão central a interpretação dos resultados ou a definição das ações. A proposta reconhece que a apropriação dos dados depende da articulação entre a SED/MS, as CREs e as unidades escolares, de modo que a consistência técnica das informações dialogue com o conhecimento que os profissionais possuem sobre os estudantes, os currículos e os contextos de implementação.

Os dados produzidos pelas avaliações externas e pelos indicadores educacionais alcançam sua finalidade pública quando são compreendidos, contextualizados e transformados em decisões e ações capazes de contribuir para a melhoria da aprendizagem. A existência de relatórios, painéis, boletins e índices constitui condição necessária para o acompanhamento da política, mas não assegura, isoladamente, que essas informações sejam incorporadas ao planejamento ou às práticas pedagógicas.

Entre a produção do dado e sua conversão em ação educacional, encontram-se mediações relacionadas à legibilidade das informações, à tradução pedagógica, à formação dos profissionais, à participação dos atores e às condições institucionais de utilização dos

resultados. As resistências também integram esse processo, pois podem revelar dificuldades de compreensão, divergências sobre os usos dos indicadores, ausência de condições para a implementação ou percepção de que os resultados estão sendo mobilizados predominantemente para comparação e cobrança.

Essas dimensões orientam a elaboração do produto educacional, que busca tornar os resultados mais compreensíveis sem comprometer o rigor técnico, favorecer análises contextualizadas e apoiar a transformação das evidências em estratégias de planejamento, intervenção, acompanhamento e recomposição das aprendizagens. O produto também procura evitar leituras reducionistas ou classificatórias, especialmente aquelas que tomam índices e médias como explicações completas da qualidade educacional.

O Guia Orientativo tem a finalidade de sistematizar conceitos, procedimentos e possibilidades de leitura dos resultados e indicadores, favorecendo uma compreensão acessível, responsável e pedagogicamente orientada do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS. Sua utilização pretende apoiar a COAV na organização das ações de análise, devolutiva, orientação e acompanhamento, considerando que seus desdobramentos alcançam as CREs, as equipes gestoras e os profissionais envolvidos no acompanhamento das aprendizagens.

A função do Guia não consiste em substituir a análise contextual realizada pelas instâncias regionais e pelas escolas, nem em apresentar respostas padronizadas para diferentes realidades educacionais. O instrumento busca oferecer referências, perguntas orientadoras e critérios de leitura que permitam aos profissionais relacionar os resultados externos ao currículo, aos registros internos, às condições de oferta e às necessidades dos estudantes.

A Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada organiza um conjunto de ações periódicas relacionadas à preparação dos dados, à análise, à tradução, à devolutiva, ao planejamento, à formação, ao monitoramento e ao replanejamento. Sua elaboração responde à necessidade de instituir um fluxo mais sistemático e contínuo de utilização dos resultados, articulando os diferentes níveis da gestão educacional e tendo a COAV como instância responsável pela coordenação e pela mediação do processo.

A organização dessas rotinas procura evitar que a utilização dos dados fique restrita aos momentos de divulgação dos resultados ou à realização de reuniões pontuais. A proposta busca favorecer a incorporação das evidências às práticas regulares de gestão e acompanhamento, possibilitando que as decisões sejam registradas, que as responsabilidades sejam definidas e que as ações planejadas possam ser retomadas e avaliadas ao longo do tempo.

A concepção do produto dialoga com os princípios do Data Wise adotados nesta dissertação, sobretudo com a organização sistemática do trabalho com dados, a investigação colaborativa das evidências, a identificação de problemas de aprendizagem, o planejamento das ações e o acompanhamento de sua implementação. Esses princípios são adaptados à realidade institucional da SED/MS e à articulação entre COAV, CREs e unidades escolares.

A utilização do Data Wise reforça que a escola não deve ser compreendida apenas como destinatária de resultados e orientações produzidas pelo nível central. Gestores, coordenadores pedagógicos e professores participam da construção de sentidos sobre as evidências, formulando hipóteses, relacionando os resultados ao contexto e contribuindo para a definição das ações. A COAV preserva sua responsabilidade técnica e articuladora, enquanto as instâncias regionais e escolares colaboram com o conhecimento situado necessário à utilização pedagógica dos dados.

A avaliação em larga escala é compreendida, nesta proposta, como instrumento de diagnóstico, reflexão e indução de políticas, e não apenas como mecanismo de mensuração ou responsabilização. O IDAMS e o IQE-MS também são considerados dispositivos de leitura e acompanhamento que podem orientar decisões mais equitativas, desde que sejam analisados em diálogo com os padrões de desempenho, as habilidades avaliadas, os contextos escolares, as condições de oferta e as desigualdades existentes entre os grupos de estudantes.

O Guia Orientativo e a Matriz de Rotinas constituem instrumentos complementares. O primeiro concentra-se na compreensão, na interpretação e na tradução pedagógica dos resultados e indicadores; o segundo organiza os procedimentos institucionais necessários para que essas informações sejam discutidas, incorporadas às decisões e acompanhadas durante a implementação das ações.

A complementaridade entre os dois instrumentos permite articular conhecimento e rotina, evitando que a formação sobre os dados permaneça dissociada das práticas institucionais ou que a matriz se transforme em uma sequência burocrática de tarefas. O Guia oferece fundamentos para a leitura, enquanto a Matriz estrutura o percurso pelo qual essa leitura pode gerar decisões, responsabilidades, ações e monitoramento.

Com essa proposição, pretende-se contribuir para que o SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS sejam mobilizados de forma mais formativa, colaborativa e comprometida com a melhoria da aprendizagem e com a redução das desigualdades educacionais. O produto não encerra as possibilidades de utilização dos resultados, mas oferece uma estrutura inicial que poderá ser analisada, validada e aperfeiçoada pelos profissionais envolvidos em sua implementação.

4.1 DA ANÁLISE DOS INDICADORES À PROPOSIÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL

A discussão desenvolvida no Capítulo 3 evidenciou que a apropriação dos resultados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS não se realiza apenas pela disponibilização dos dados à rede, pois depende de mediações institucionais capazes de transformar informações técnicas em subsídios compreensíveis, contextualizados e pedagogicamente acionáveis. Os indicadores educacionais possuem relevância para o monitoramento da política pública, mas podem ter seu potencial reduzido quando são interpretados somente como números finais, rankings ou instrumentos de cobrança.

A necessidade de fortalecer o letramento em dados, a leitura crítica dos resultados, a articulação com o currículo e a formulação de encaminhamentos pedagógicos fundamenta a proposição do produto educacional apresentado neste capítulo. O desafio identificado ao longo da pesquisa não consiste em criar uma nova avaliação ou substituir os instrumentos existentes, mas em organizar um percurso metodológico que favoreça a compreensão, a comunicação e a utilização pedagógica dos dados produzidos pelo SAEMS e pelos indicadores dele derivados.

O produto educacional volta-se prioritariamente à COAV da SED/MS e consiste na elaboração de um Guia Orientativo e de uma Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada. Os dois instrumentos são concebidos como apoios à gestão educacional, à organização dos processos internos da Coordenadoria e à qualificação da apropriação pedagógica dos resultados relacionados ao SAEMS, ao IDAMS e ao IQE-MS.

Embora a proposta tenha a COAV como destinatária inicial, seus desdobramentos alcançam as CREs e as unidades escolares. O foco prioritário na Coordenadoria decorre de sua posição institucional na sistematização, na interpretação, na devolutiva e no acompanhamento dos resultados, mas não significa que o processo de apropriação deva ocorrer de maneira exclusivamente centralizada.

A participação das instâncias regionais e escolares mostra-se necessária para que as informações produzidas pela avaliação sejam relacionadas aos diferentes contextos da rede. Gestores, coordenadores pedagógicos e professores dispõem de conhecimentos sobre os estudantes, as condições de oferta, as rotinas escolares e os desafios de aprendizagem que não podem ser plenamente apreendidos apenas pelos dados externos. A proposta busca, por isso, combinar a responsabilidade técnica e articuladora da COAV com processos de análise e construção compartilhada de sentidos.

O Guia Orientativo terá a finalidade de apoiar a tradução da linguagem técnica dos resultados e indicadores em orientações acessíveis aos diferentes atores da rede. Seu conteúdo deverá explicar o que o SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS expressam, quais são seus componentes, que limites precisam ser considerados e de que maneira as informações podem subsidiar decisões pedagógicas e institucionais.

A tradução proposta não pretende simplificar excessivamente os conceitos nem retirar dos resultados sua consistência metodológica. O Guia deverá preservar o rigor técnico e, simultaneamente, organizar as informações em torno de questões educacionais concretas, permitindo que os profissionais compreendam o significado dos resultados sem a exigência de domínio integral dos procedimentos psicométricos empregados na produção das escalas e dos indicadores.

A Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada organizará etapas, responsabilidades, perguntas orientadoras e momentos de acompanhamento, contribuindo para a instituição de uma rotina de análise, devolutiva e uso dos dados. A COAV atuará como instância articuladora desse processo junto às demais áreas da SED/MS, às CREs e às unidades escolares, favorecendo a continuidade das ações para além dos momentos de divulgação.

A proposta parte do entendimento de que o SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS precisam ser compreendidos de maneira articulada. O SAEMS produz evidências sobre o desempenho dos estudantes em larga escala; o IDAMS favorece a leitura da distribuição das aprendizagens e dos padrões de desempenho; e o IQE-MS sintetiza dimensões da qualidade educacional, especialmente no contexto da colaboração entre Estado e municípios e da política do ICMS-Educação.

A utilização fragmentada desses instrumentos pode dificultar a compreensão de suas finalidades e limitar as possibilidades de intervenção. A mediação proposta busca relacionar os resultados às habilidades avaliadas, ao CRMS, às metas educacionais e às ações de recomposição e fortalecimento das aprendizagens, permitindo que os indicadores funcionem como pontos de partida para análises mais aprofundadas.

O eixo central do produto educacional corresponde à tradução pedagógica dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS, compreendidos como dimensões complementares de um mesmo processo de análise. Essa tradução envolve explicar como os resultados são produzidos, quais componentes integram os indicadores, como interpretar os padrões de desempenho, de que modo os dados podem evidenciar desigualdades e quais perguntas podem orientar a construção de encaminhamentos pedagógicos e institucionais.

Os resultados e os indicadores passam, nessa perspectiva, a integrar um ciclo contínuo de preparação, análise, devolutiva, formação, planejamento, implementação, monitoramento e retroalimentação das ações. A organização desse ciclo dialoga com os princípios do Data Wise utilizados nesta dissertação, especialmente com a investigação colaborativa das evidências, a identificação de problemas de aprendizagem e o acompanhamento das ações planejadas.

A adaptação do Data Wise ao contexto da SED/MS não corresponde à transposição mecânica de suas etapas. O modelo oferece princípios para estruturar a utilização sistemática dos dados, enquanto a organização concreta das rotinas considera as atribuições da COAV, o papel das CREs, as condições das unidades escolares e os instrumentos já existentes na política avaliativa de Mato Grosso do Sul.

A proposta também busca reconhecer e fortalecer o papel institucional da COAV na mediação dos dados educacionais. A Coordenadoria atua na organização e no monitoramento dos processos avaliativos, além de participar da elaboração de leituras, materiais, painéis, devolutivas e orientações que apoiam a gestão central, as CREs e as escolas. O produto sistematiza essa função mediadora ao propor um percurso mais estruturado para que os resultados sejam utilizados de maneira ética, contextualizada e orientada à equidade.

A responsabilidade inicial pela condução da proposta será do pesquisador-proponente, em articulação com a COAV/SED-MS, considerando que o produto educacional tem a finalidade de apoiar a organização interna da Coordenadoria e qualificar os processos de apropriação pedagógica. O público prioritário será composto pelos técnicos da COAV, com a participação de representantes das CREs em momentos relacionados à devolutiva estruturada, ao acompanhamento das escolas e à adaptação das orientações aos diferentes contextos da rede.

A participação dos profissionais ocorrerá em formato híbrido, combinando momentos presenciais destinados à discussão coletiva, ao alinhamento conceitual e à construção colaborativa das rotinas com atividades remotas voltadas à leitura orientada, à análise dos materiais, à validação dos instrumentos e à realização de ajustes. A carga horária prevista será de 20 horas, distribuídas em quatro encontros formativos de quatro horas cada, acrescidos de quatro horas destinadas ao estudo dos materiais e ao registro das contribuições dos participantes.

A organização da proposta será estruturada em quatro módulos formativos e operacionais, cuja sequência pretende articular compreensão conceitual, interpretação pedagógica, uso ético dos resultados e institucionalização das rotinas. Os módulos não

constituem ações isoladas, mas partes de um percurso no qual os conhecimentos desenvolvidos em uma etapa subsidiam as atividades seguintes.

O primeiro módulo terá como foco o letramento em dados, com a finalidade de desmistificar os resultados e os indicadores educacionais de Mato Grosso do Sul. Serão abordados o significado do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS, seus componentes, seus limites interpretativos e suas possibilidades de utilização na gestão, criando uma base conceitual comum para as etapas posteriores.

O segundo módulo tratará do ciclo de tradução pedagógica, relacionando os resultados do SAEMS às habilidades avaliadas, aos padrões de desempenho e ao CRMS. O objetivo será favorecer a conversão das evidências em perguntas de análise, orientações para o planejamento, possibilidades de intervenção e critérios para o acompanhamento das aprendizagens.

O terceiro módulo abordará o uso ético e equitativo dos resultados e indicadores, oferecendo orientações para evitar leituras punitivas, rankings descontextualizados e processos de estigmatização de escolas, estudantes ou territórios em situação de maior vulnerabilidade. A análise considerará as condições de oferta, as desigualdades educacionais, a distribuição dos resultados e os diferentes contextos escolares.

O quarto módulo será voltado à institucionalização das rotinas e à ampliação das possibilidades de utilização do produto em outros anos, etapas e componentes avaliados. A discussão buscará fortalecer o uso sistemático dos dados na formulação de devolutivas, no monitoramento das ações, na formação dos profissionais e na promoção da equidade educacional.

O percurso formativo e colaborativo previsto indica que a proposta não se limita à entrega de um produto material. O Guia Orientativo e a Matriz de Rotinas deverão ser analisados e validados pelos profissionais envolvidos, permitindo que suas contribuições sejam incorporadas à versão utilizada pela COAV e que possíveis inadequações sejam identificadas antes de sua institucionalização.

A validação colaborativa também responde à necessidade de evitar que o produto seja produzido exclusivamente pelo nível central e encaminhado às demais instâncias como orientação concluída. A escuta dos técnicos da COAV e dos representantes das CREs poderá favorecer a adequação da linguagem, das perguntas orientadoras, das responsabilidades e dos procedimentos às condições reais de implementação.

O Guia e a Matriz são instrumentos complementares, mas possuem funções distintas. O Guia concentra-se na explicitação conceitual e pedagógica dos resultados e indicadores,

enquanto a Matriz organiza procedimentos, responsabilidades, perguntas e momentos de acompanhamento. A articulação entre ambos procura impedir que o conhecimento sobre os dados permaneça dissociado das rotinas institucionais ou que as rotinas sejam executadas sem compreensão de seus fundamentos.

A Matriz será apresentada prioritariamente à COAV como instrumento operacional de apoio à sistematização das etapas de preparação, análise, devolutiva, pactuação, planejamento e monitoramento. Sua organização pretende favorecer a construção de um fluxo institucional contínuo e articulado, no qual as decisões decorrentes dos resultados sejam registradas, acompanhadas e retomadas durante o replanejamento.

Embora a COAV seja a destinatária inicial e a principal articuladora do processo, a Matriz deverá indicar responsabilidades compartilhadas entre o nível central da SED/MS, as CREs e as unidades escolares. Essa definição busca evitar que a divulgação dos indicadores ocorra de maneira pontual, sem continuidade, sem participação dos atores e sem encaminhamentos pedagógicos claros.

Cada etapa da Matriz deverá contribuir para transformar o dado em diagnóstico, o diagnóstico em decisão e a decisão em ação acompanhada. O percurso proposto pretende fortalecer a devolutiva estruturada, o planejamento pedagógico, a formação e o monitoramento das ações educacionais, mantendo o foco na aprendizagem dos estudantes e na redução das desigualdades na REE/MS.

4.2 FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A proposição do Guia Orientativo e da Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada fundamenta-se nos referenciais discutidos ao longo desta dissertação sobre o uso educacional dos dados, a tomada de decisão orientada por evidências, o letramento em dados, a apropriação pedagógica dos resultados das avaliações externas e os cuidados necessários na utilização dos indicadores educacionais. Esses referenciais sustentam a compreensão de que a produção e a disponibilização das informações, embora indispensáveis, não asseguram mudanças nas práticas escolares ou nas rotinas de gestão.

A transformação dos resultados em conhecimento educacional depende de processos de interpretação, comunicação, contextualização e análise coletiva. Os dados precisam ser relacionados ao currículo, aos registros produzidos pelas escolas, às condições de oferta e às necessidades de aprendizagem dos estudantes, permitindo que as evidências orientem o

planejamento, a intervenção e o acompanhamento, sem substituir o julgamento pedagógico dos profissionais.

Boudett, City e Murnane (2013), ao apresentarem o processo Data Wise, contribuem para a fundamentação do produto ao demonstrarem que o uso pedagógico das evidências exige organização sistemática do trabalho. O percurso proposto pelos autores envolve preparação das equipes, organização e investigação dos dados, identificação de problemas de aprendizagem, elaboração de planos de ação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias adotadas.

A incorporação do Data Wise ao Plano de Ação Educacional não corresponde à reprodução mecânica de um modelo externo, mas à adaptação de seus princípios à organização institucional da SED/MS. A proposta considera as atribuições da COAV, o papel mediador das CREs e a participação das unidades escolares na contextualização dos resultados, na formulação de perguntas e na construção dos encaminhamentos pedagógicos.

A investigação colaborativa das evidências ocupa posição central nessa adaptação, pois permite que a análise dos resultados não seja conduzida exclusivamente como transmissão de informações do órgão central para as escolas. A COAV preserva a responsabilidade pela consistência técnica, pela sistematização e pela orientação metodológica, enquanto CREs, gestores, coordenadores pedagógicos e professores contribuem com conhecimentos sobre os estudantes, os territórios, as práticas de ensino e as condições concretas de implementação.

Essa organização responde à observação da banca de que a apropriação dos dados precisa estar integrada às rotinas profissionais e não se limitar à compreensão técnica dos indicadores. Conhecer o significado de uma proficiência, de um padrão de desempenho ou de um índice constitui uma etapa importante, mas a apropriação se amplia quando esse conhecimento é utilizado na análise das aprendizagens, no planejamento, na formação e no acompanhamento das ações.

Mandinach e Gummer (2016) contribuem para essa discussão ao defenderem que o uso qualificado dos dados depende do desenvolvimento do letramento em dados pelos profissionais da educação. Esse letramento compreende a capacidade de transformar dados em informações, informações em conhecimento e conhecimento em decisões educacionais responsáveis, articulando competências técnicas, pedagógicas e organizacionais.

A perspectiva das autoras permite compreender que o Guia Orientativo não deve funcionar apenas como glossário ou material explicativo, mas na apresentação dos conceitos necessários, sendo que sua finalidade principal consiste em relacioná-los a perguntas pedagógicas, situações concretas de análise e possibilidades de ação. Os profissionais não

precisam dominar integralmente os procedimentos estatísticos e psicométricos empregados na produção dos resultados, mas precisam compreender o que as informações representam, quais são seus limites e como podem ser relacionadas às decisões educacionais.

A Matriz de Rotinas complementa essa formação ao organizar os momentos institucionais nos quais os dados serão preparados, analisados, discutidos, traduzidos, devolvidos e retomados. A articulação entre o Guia e a Matriz procura impedir que o letramento em dados permaneça restrito à formação conceitual ou que as rotinas sejam executadas como procedimentos burocráticos, sem compreensão dos fundamentos que orientam cada etapa.

No campo brasileiro, Bonamino e Sousa (2012) alertam que os resultados das avaliações externas podem assumir diferentes usos nas políticas educacionais, contribuindo para processos de melhoria ou reforçando formas estreitas de responsabilização, conforme as mediações e as condições de apropriação construídas pelos sistemas de ensino. Essa contribuição fundamenta a necessidade de orientar o uso dos resultados de modo ético, contextualizado e comprometido com o direito à aprendizagem.

A responsabilização associada ao SAEMS, ao IDAMS e ao IQE-MS não deve resultar em culpabilização das escolas, dos professores ou dos territórios que apresentam maiores dificuldades. O produto educacional busca oferecer condições para que os resultados sejam utilizados na identificação das necessidades, na organização dos apoios e na definição das responsabilidades compartilhadas, evitando rankings descontextualizados e interpretações que desconsiderem as desigualdades e as condições de oferta.

Jannuzzi (2005) destaca que os indicadores constituem recursos importantes para o diagnóstico, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, desde que suas finalidades, seus critérios e seus limites sejam explicitados. A síntese proporcionada pelos indicadores favorece a comunicação e o acompanhamento, mas não substitui a análise das dimensões que contribuíram para o resultado nem representa a realidade educacional em sua totalidade.

A contribuição de Jannuzzi (2005) fundamenta a organização do Guia em torno da leitura crítica dos indicadores. O material deverá orientar os profissionais a compreenderem o que cada medida permite observar, quais informações precisam ser aprofundadas e quais conclusões não podem ser sustentadas apenas pelo valor sintetizado. O indicador passa, desse modo, a funcionar como ponto de partida para a investigação, e não como resposta final sobre a qualidade da educação.

A articulação desses referenciais permite compreender o Guia Orientativo e a Matriz de Rotinas como instrumentos complementares de formação, organização institucional e apoio à

tomada de decisão. O Guia concentra-se na legibilidade, na interpretação e na tradução pedagógica, enquanto a Matriz estrutura os procedimentos, as responsabilidades e os momentos necessários para que as análises produzam encaminhamentos e acompanhamento.

A implementação da proposta também exige um instrumento de planejamento que apresente, com clareza, as ações previstas, seus objetivos, os responsáveis, os participantes, os espaços, os períodos de realização, os procedimentos e os recursos necessários. Para atender a essa necessidade, optou-se pela utilização da ferramenta 5W2H, cuja estrutura favorece a organização objetiva e sistemática dos elementos essenciais de cada ação.

A sigla 5W2H corresponde às expressões em língua inglesa *What, Why, Who, Where, When, How* e *How much*, traduzidas, respectivamente, como: o que será feito; por que será feito; quem será responsável; onde será realizado; quando ocorrerá; como será executado; e quanto custará. A ferramenta não constitui a fundamentação teórica do produto, mas um recurso operacional utilizado para organizar sua implementação.

Essa distinção é importante porque a sustentação conceitual do Plano de Ação Educacional está nos referenciais sobre uso pedagógico dos dados, letramento em dados, apropriação, indicadores e responsabilização. O 5W2H atua no detalhamento prático das ações, tornando explícitos os elementos necessários para sua execução e permitindo que a proposta seja acompanhada e posteriormente avaliada.

No contexto desta pesquisa, o 5W2H será empregado para detalhar a elaboração do Guia Orientativo, a construção da Matriz de Rotinas, a realização dos encontros formativos, a aplicação piloto e a revisão dos instrumentos. Sua utilização permitirá identificar as responsabilidades, os procedimentos metodológicos, os prazos, os espaços de realização e os recursos necessários para cada etapa.

A organização por meio do 5W2H também contribui para verificar a exequibilidade do produto no âmbito da SED/MS. Ao explicitar quem participa, quando as atividades serão realizadas e quais estruturas serão utilizadas, a proposta deixa de permanecer apenas no plano das recomendações gerais e passa a apresentar condições concretas para sua implementação pela COAV e pelas demais instâncias envolvidas.

A previsão dos responsáveis em cada ação não deve ser interpretada como uma divisão rígida ou exclusivamente hierárquica das tarefas. A COAV exerce a articulação técnica e institucional do processo, enquanto as CREs e as unidades escolares participam da contextualização, da validação e da implementação das rotinas, conforme as atribuições e as condições de cada instância.

A dimensão colaborativa também precisa estar presente na avaliação da proposta. A aplicação piloto, os encontros formativos e os momentos de validação permitirão identificar dificuldades de compreensão, limites operacionais e adequações necessárias, evitando que o Guia e a Matriz sejam considerados produtos concluídos antes de sua análise pelos profissionais que participarão de sua utilização.

Para evitar a excessiva fragmentação das informações e favorecer a organização do texto, o Plano de Ação Educacional será apresentado em dois movimentos complementares. O primeiro consiste em um quadro-síntese com as cinco ações previstas, seus objetivos, seus responsáveis e os públicos envolvidos. O segundo apresenta o detalhamento de cada ação conforme a lógica do 5W2H, explicitando sua finalidade e suas condições de implementação.

A sequência adotada permite visualizar inicialmente a unidade do Plano de Ação Educacional e, posteriormente, compreender as especificidades de cada ação. O Guia, a Matriz, os encontros formativos, a aplicação piloto e a validação final não constituem produtos independentes, mas etapas articuladas de um percurso que envolve elaboração, formação, experimentação, revisão e possível institucionalização.

Quadro 1 – Síntese das ações do Plano de Ação Educacional

Ação	Objetivo da ação	Responsáveis	Público envolvido
Elaboração do Guia Orientativo	Sistematizar conceitos, limites interpretativos e possibilidades de leitura pedagógica dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS.	Pesquisador/proponente, em articulação com a COAV/SED-MS.	Técnicos da COAV e, posteriormente, CREs e escolas.
Construção da Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada	Organizar etapas, responsabilidades, perguntas orientadoras e momentos de acompanhamento para o uso institucional dos dados.	Pesquisador/proponente e COAV/SED-MS.	COAV, CREs e unidades escolares.
Encontros formativos e operacionais	Promover o alinhamento conceitual e metodológico sobre letramento de dados, tradução pedagógica e uso ético dos indicadores.	Pesquisador/proponente, COAV/SED-MS e representantes das CREs.	Técnicos da COAV e representantes das CREs.
Aplicação piloto da Matriz de Rotinas	Testar a aplicabilidade da matriz em uma situação de devolutiva estruturada dos resultados e indicadores.	COAV/SED-MS, com acompanhamento do pesquisador/proponente.	COAV e CREs participantes do piloto.
Revisão, validação e institucionalização dos instrumentos	Ajustar os instrumentos a partir das contribuições dos participantes e propor sua incorporação às rotinas da COAV.	Pesquisador/proponente, COAV/SED-MS e gestão da área responsável.	COAV/SED-MS.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Após a apresentação sintética das ações que compõem o Plano de Ação Educacional, torna-se necessário detalhar cada uma delas, de modo a explicitar sua finalidade, seus responsáveis, sua forma de execução e sua articulação com o problema investigado. Essa opção metodológica permite demonstrar que o Guia Orientativo e a Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada não se configuram apenas como materiais complementares, mas como instrumentos articulados a um percurso de formação, validação, aplicação e institucionalização do uso pedagógico dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS.

A primeira ação refere-se à elaboração do Guia Orientativo. Essa etapa assume centralidade na proposta porque responde à necessidade de tornar os resultados e indicadores mais legíveis para os sujeitos da rede. Conforme apontam Mandinach e Gummer (2016), o uso qualificado dos dados exige o desenvolvimento do letramento em dados, entendido como a capacidade de transformar dados em informações, informações em conhecimento e conhecimento em decisões educacionais responsáveis. Nesse sentido, o Guia Orientativo busca apoiar a COAV na tradução da linguagem técnica dos resultados em orientações acessíveis, contextualizadas e pedagogicamente úteis.

Quadro 2 – Detalhamento da Ação 1 pelo modelo 5W2H

Elemento	Descrição
O quê?	Elaboração de um Guia Orientativo para apropriação pedagógica dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS.
Por quê?	Porque a linguagem técnica dos resultados e indicadores pode dificultar sua compreensão e limitar sua utilização pedagógica pelas equipes técnicas, gestoras e pedagógicas.
Quem?	Pesquisador/proponente, em articulação com a COAV/SED-MS.
Onde?	No âmbito da COAV/SED-MS, com posterior desdobramento para CREs e escolas.
Quando?	No primeiro semestre de implementação da proposta, preferencialmente após a consolidação dos resultados avaliativos disponíveis.
Como?	Por meio do levantamento dos documentos técnicos existentes, sistematização dos conceitos centrais, elaboração de glossário, construção de perguntas orientadoras e validação inicial com a equipe da COAV.
Quanto custa?	Sem custo adicional direto, utilizando a equipe técnica da SED/MS, a estrutura institucional existente e ferramentas digitais disponíveis.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A segunda ação complementa a elaboração do Guia Orientativo ao propor a construção de uma Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada. Enquanto o Guia se volta à compreensão dos conceitos, indicadores e possibilidades de leitura dos resultados, a Matriz tem caráter operacional, pois organiza o fluxo de uso dos dados no interior da política educacional. Essa ação dialoga com Boudett, City e Murnane (2013), ao considerar que o uso pedagógico das evidências requer etapas sistemáticas de preparação, análise, definição de

problemas, planejamento, implementação e acompanhamento. Dessa forma, a Matriz busca evitar que os resultados sejam divulgados de maneira pontual, sem continuidade institucional ou sem encaminhamentos pedagógicos definidos.

Quadro 3 – Detalhamento da Ação 2 pelo modelo 5W2H

Elemento	Descrição
O quê?	Construção da Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada para orientar a análise, a devolutiva, o planejamento, o monitoramento e a retroalimentação das ações educacionais a partir dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS.
Por quê?	Porque a divulgação dos resultados e indicadores, quando não acompanhada de uma rotina institucional, pode ocorrer de forma pontual, sem continuidade e sem encaminhamentos pedagógicos claros. A matriz busca organizar o uso dos dados, transformando-os em diagnóstico, decisão e ação acompanhada.
Quem?	Pesquisador/proponente, em articulação com a COAV/SED-MS. Em momentos específicos, poderão participar representantes das CREs, especialmente na validação das etapas de devolutiva e acompanhamento.
Onde?	No âmbito da COAV/SED-MS, com desdobramentos para as CREs e para as unidades escolares da REE/MS.
Quando?	Após a elaboração preliminar do Guia Orientativo, compondo a segunda etapa da proposta de intervenção.
Como?	Por meio da definição de um fluxo de trabalho que envolva o nível central, as CREs e as escolas; da organização das etapas de análise, devolutiva, pactuação, planejamento e monitoramento; da elaboração de perguntas orientadoras; e da definição de instrumentos de registro e acompanhamento das ações.
Quanto custa?	A ação não prevê custo adicional direto, pois poderá utilizar planilhas, formulários digitais, documentos compartilhados, plataformas institucionais e dados já disponíveis na SED/MS.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A terceira ação diz respeito à realização de encontros formativos e operacionais com a equipe da COAV e representantes das CREs. Essa etapa é necessária porque a apropriação dos resultados não ocorre apenas pela disponibilização de materiais ou painéis, mas exige mediação, diálogo e construção coletiva de sentidos. Earl e Katz (2006) destacam que o dado se torna útil quando integrado a processos de investigação colaborativa e tomada de decisão coletiva. Por essa razão, os encontros formativos constituem espaço estratégico para alinhar conceitos, discutir usos possíveis dos resultados e indicadores e fortalecer uma cultura institucional de análise pedagógica dos dados.

Quadro 4 – Detalhamento da Ação 3 pelo modelo 5W2H

Elemento	Descrição
O quê?	Realização de encontros formativos e operacionais com a equipe da COAV e representantes das CREs para apresentação, discussão e aprimoramento do Guia Orientativo e da Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada.
Por quê?	Porque a apropriação pedagógica dos resultados e indicadores depende de mediação formativa, diálogo institucional e construção coletiva de sentidos sobre os dados. Os encontros têm a finalidade de alinhar conceitos sobre letramento de dados, tradução pedagógica, uso ético dos indicadores e monitoramento das ações.

Quem?	Pesquisador/proponente, equipe da COAV/SED-MS e representantes das CREs.
Onde?	Em formato híbrido, com encontros presenciais na SED/MS e momentos remotos por plataforma digital.
Quando?	Ao longo do período de implementação da proposta, organizados em quatro encontros formativos e operacionais.
Como?	Por meio de quatro encontros de 4 horas cada, acrescidos de atividades orientadas de leitura, análise dos resultados e indicadores, discussão de situações práticas e contribuições para ajuste do Guia Orientativo e da Matriz de Rotinas.
Quanto custa?	A ação terá baixo custo, restrito à organização dos encontros, utilização de equipamentos institucionais, conexão à internet e materiais digitais já disponíveis ou produzidos no âmbito da proposta.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A quarta ação prevê a aplicação piloto da Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada. Essa etapa permite verificar a viabilidade prática do instrumento e sua adequação às necessidades da COAV, das CREs e das unidades escolares. Conforme destacam Schildkamp et al. (2017), a tomada de decisão baseada em dados depende não apenas do acesso às informações, mas também de condições organizacionais, colaboração profissional e instrumentos que favoreçam a interpretação e o uso das evidências. A aplicação piloto, portanto, possibilita testar o fluxo proposto, identificar ajustes necessários e qualificar a versão final da matriz.

Quadro 5 – Detalhamento da Ação 4 pelo modelo 5W2H

Elemento	Descrição
O quê?	Aplicação piloto da Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada, utilizando resultados do SAEMS e indicadores IDAMS e IQE-MS para simular ou organizar uma devolutiva estruturada.
Por quê?	Porque a validação prática permite verificar se a matriz é compreensível, exequível e adequada às necessidades da COAV, das CREs e das escolas. A aplicação piloto também contribui para identificar ajustes necessários antes de sua possível institucionalização.
Quem?	COAV/SED-MS, com acompanhamento do pesquisador/proponente e participação de representantes das CREs selecionadas para o piloto.
Onde?	Na COAV/SED-MS e em CREs selecionadas para participação na aplicação piloto.
Quando?	Após os encontros formativos e a validação preliminar do Guia Orientativo e da Matriz de Rotinas.
Como?	Por meio da seleção de um conjunto de resultados e indicadores; aplicação das perguntas orientadoras previstas na matriz; identificação de prioridades pedagógicas; registro dos encaminhamentos; definição de responsáveis; e análise das possibilidades de acompanhamento das ações pactuadas.
Quanto custa?	Sem custo adicional direto, utilizando dados já disponíveis, equipe técnica da SED/MS, plataformas institucionais e instrumentos digitais de registro e acompanhamento.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A quinta ação corresponde à revisão, validação e proposição de institucionalização do Guia Orientativo e da Matriz de Rotinas nas práticas da COAV. Essa etapa é fundamental para que os instrumentos não se limitem a produtos pontuais da pesquisa, mas possam ser incorporados às rotinas institucionais de análise, devolutiva e acompanhamento dos

resultados. Nessa direção, Jannuzzi (2005) contribui ao afirmar que os indicadores são recursos importantes para diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas públicas, desde que seus limites e finalidades sejam explicitados e que sua utilização esteja articulada a processos de gestão. Assim, a validação final busca assegurar maior aderência dos instrumentos à realidade da SED/MS e às demandas da REE/MS.

Quadro 6 – Detalhamento da Ação 5 pelo modelo 5W2H

Elemento	Descrição
O quê?	Revisão, validação e proposição de institucionalização do Guia Orientativo e da Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada nas práticas da COAV/SED-MS.
Por quê?	Porque os instrumentos precisam ser ajustados à realidade institucional para que possam ser utilizados de forma contínua e não apenas como produto pontual da pesquisa. A validação permite qualificar os materiais e ampliar sua aderência às necessidades da rede.
Quem?	Pesquisador/proponente, COAV/SED-MS e gestão da área responsável na SED/MS.
Onde?	No âmbito da COAV/SED-MS, com possibilidade de disponibilização dos instrumentos em ambiente institucional da Secretaria.
Quando?	Na etapa final de implementação da proposta, após a aplicação piloto e a sistematização das contribuições dos participantes.
Como?	Por meio da análise das contribuições recebidas, revisão do Guia e da Matriz, ajuste da linguagem, adequação dos fluxos, definição da versão final e apresentação à equipe gestora para possível incorporação às rotinas de trabalho da COAV.
Quanto custa?	Sem custo adicional direto, com produção em formato digital e utilização da estrutura institucional, dos sistemas e dos recursos humanos já disponíveis na SED/MS.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A organização das ações pelo modelo 5W2H evidencia que o Plano de Ação Educacional proposto articula dimensões técnicas, pedagógicas e institucionais. A dimensão técnica aparece na necessidade de explicitar conceitos, metodologias, limites interpretativos e formas de leitura dos resultados e indicadores. A dimensão pedagógica manifesta-se na preocupação em transformar os dados em diagnóstico, planejamento, intervenção e acompanhamento das aprendizagens. A dimensão institucional, por sua vez, está presente na definição de responsabilidades, fluxos, momentos de devolutiva e possibilidades de incorporação das rotinas pela COAV/SED-MS.

Desse modo, o Guia Orientativo e a Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada constituem instrumentos complementares para fortalecer a apropriação pedagógica dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS. Ao organizar o percurso que vai da leitura dos dados à tomada de decisão e ao acompanhamento das ações, a proposta busca contribuir para que os resultados avaliativos sejam mobilizados de forma ética, formativa e orientada à equidade, evitando usos meramente classificatórios, punitivos ou descontextualizados.

4.3 OBJETIVOS DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional tem como objetivo apoiar a COAV da SED/MS na tradução pedagógica dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS, com posterior desdobramento para as CREs e as unidades escolares. A proposta consiste na elaboração e na aplicação orientada de um Guia Orientativo e de uma Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada, concebidos como instrumentos complementares para a organização dos processos de análise, devolutiva, planejamento, intervenção e monitoramento das ações educacionais.

O público prioritário será composto pelos técnicos da COAV/SED-MS, enquanto representantes das CREs e das equipes escolares poderão participar dos momentos formativos, de validação e de utilização dos instrumentos. A finalidade principal consiste em organizar materiais e procedimentos que traduzam a linguagem técnica dos resultados e indicadores em orientações acessíveis, perguntas pedagógicas e encaminhamentos práticos, preservando a consistência metodológica das informações e favorecendo sua incorporação às rotinas institucionais.

A proposta dialoga com Boudett, City e Murnane (2013), ao considerar que o uso dos dados na educação exige um percurso sistemático de investigação, interpretação, ação e acompanhamento. Para os autores, os resultados avaliativos contribuem para a melhoria educacional quando são incorporados a rotinas coletivas de análise e utilizados para identificar problemas de aprendizagem, planejar intervenções, implementar ações e monitorar seus efeitos.

Com base nessa perspectiva, o Guia Orientativo deverá apoiar a COAV na organização de um percurso institucional de leitura dos dados, evitando que os resultados produzidos pelo SAEMS e sintetizados nos indicadores IDAMS e IQE-MS permaneçam restritos à divulgação. Sua utilização pretende favorecer a transformação das evidências em instrumentos de reflexão, tomada de decisão e ação pedagógica, articulando compreensão técnica, contextualização e planejamento.

O desenvolvimento do letramento em dados entre técnicos, gestores, profissionais das CREs e equipes escolares constitui outro objetivo do produto. Mandinach e Gummer (2016) defendem que a tomada de decisão orientada por dados depende da capacidade de transformar dados em informações, informações em conhecimento e conhecimento em ações educacionais responsáveis.

O Guia deverá apresentar explicações sobre o que os resultados e os indicadores expressam, como são produzidos, quais limites precisam ser observados e de que maneira podem subsidiar decisões pedagógicas e de gestão. Essa finalidade não pressupõe que todos os profissionais dominem integralmente os procedimentos estatísticos ou psicométricos empregados na produção das medidas, mas que compreendam seu significado, suas possibilidades de utilização e os cuidados necessários à interpretação.

A leitura dos resultados será organizada a partir dos padrões de desempenho, das habilidades avaliadas, dos recortes territoriais, das desigualdades internas e das condições de oferta educacional. Brooke e Cunha (2011) destacam que os sistemas de avaliação podem apoiar as políticas educacionais quando seus resultados são interpretados em articulação com os contextos escolares, evitando análises abstratas ou desconectadas das condições em que o ensino ocorre.

A incorporação dessa perspectiva permitirá que o Guia apresente perguntas orientadoras destinadas a auxiliar a COAV, as CREs e as escolas na relação entre os dados externos e as necessidades concretas da rede. O resultado geral deverá funcionar como ponto de partida para identificar quais grupos, escolas, territórios e habilidades demandam maior atenção, sem ser utilizado como explicação completa da qualidade educacional.

A articulação dos resultados com a BNCC e com o CRMS também integra os objetivos do produto, evitando que a avaliação externa seja percebida como ação desvinculada do currículo. O Guia deverá relacionar habilidades avaliadas, padrões de desempenho e objetos de conhecimento, apoiando a identificação de aprendizagens críticas e a definição de intervenções coerentes com os diagnósticos produzidos.

Essa articulação busca favorecer um percurso no qual os dados sejam convertidos em diagnóstico, o diagnóstico oriente decisões e as decisões sejam transformadas em estratégias pedagógicas acompanhadas pela gestão. A finalidade não consiste em prescrever uma única intervenção para diferentes contextos, mas em oferecer referências que apoiem a análise e a escolha de ações adequadas às necessidades identificadas.

A Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada terá como objetivo organizar as responsabilidades da COAV/SED-MS, das CREs e das unidades escolares no processo de apropriação dos resultados. Sua utilização deverá estruturar os momentos de análise, devolutiva, pactuação, planejamento, monitoramento e retroalimentação das ações, evitando que a divulgação dos indicadores ocorra sem continuidade institucional.

A apresentação inicial da Matriz às CREs ocorrerá em momento formativo e orientador, cabendo às CREs mediar sua compreensão e sua utilização junto às unidades escolares,

conforme as especificidades dos territórios. A COAV permanecerá responsável pela articulação e pelo acompanhamento institucional do processo, em colaboração com as CREs.

O acompanhamento poderá utilizar registros, devolutivas periódicas, análise dos encaminhamentos pactuados e observação das ações planejadas a partir dos resultados. Essa organização não pretende transformar a Matriz em instrumento de controle burocrático, mas favorecer a continuidade do trabalho, a definição das responsabilidades e a retomada das decisões durante o monitoramento e o replanejamento.

Essa dimensão institucional dialoga com Earl e Katz (2006), para quem o uso dos dados exige culturas organizacionais capazes de promover investigação coletiva, diálogo profissional e decisões compartilhadas. A Matriz procura apoiar a institucionalização de momentos nos quais os resultados possam ser discutidos por diferentes atores, relacionando as evidências produzidas externamente ao conhecimento construído no cotidiano das escolas e dos territórios.

O produto educacional também objetiva contribuir para que o SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS sejam utilizados de forma ética, contextualizada e orientada à equidade. Bonamino e Sousa (2012) alertam que os resultados das avaliações externas podem assumir sentidos distintos, favorecendo processos de melhoria ou reforçando práticas estreitas de responsabilização, conforme a maneira pela qual são comunicados e utilizados.

As orientações propostas deverão evitar leituras reducionistas, rankings punitivos e processos de estigmatização de escolas, estudantes ou territórios que apresentam resultados mais baixos. Os indicadores devem apoiar a identificação das necessidades e a organização de estratégias de suporte, sem atribuir exclusivamente aos profissionais escolares a responsabilidade por desigualdades produzidas por múltiplas condições sociais, institucionais e educacionais.

A articulação entre Guia e Matriz pretende, dessa maneira, fortalecer o uso dos indicadores como instrumentos de diagnóstico, formação, planejamento e acompanhamento. Enquanto o Guia oferece fundamentos e critérios para a interpretação, a Matriz organiza os procedimentos necessários para que essa interpretação seja discutida, convertida em decisão e retomada ao longo das ações.

Os objetivos do produto convergem para a construção de uma rotina institucional na qual os resultados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS possam ser compreendidos, contextualizados e utilizados na definição de ações voltadas à aprendizagem. A proposta busca apoiar a atuação da COAV sem desconsiderar a participação das CREs e das unidades

escolares, fortalecendo uma perspectiva colaborativa, formativa e comprometida com a redução das desigualdades educacionais.

4.4 ESTRUTURA DO GUIA ORIENTATIVO

O Guia Orientativo será estruturado como um caderno técnico-pedagógico destinado a apoiar a tradução dos resultados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS em linguagem acessível e pedagogicamente acionável. Sua organização em módulos tem a finalidade de conduzir os diferentes atores da rede por um percurso progressivo de compreensão, análise, interpretação e utilização dos indicadores. Essa estrutura dialoga com Boudett, City e Murnane (2013), ao reconhecer que o uso dos dados requer etapas organizadas, capazes de apoiar a passagem da leitura inicial dos resultados para a definição de ações pedagógicas e de gestão.

O primeiro módulo, intitulado “Desmistificando os indicadores de Mato Grosso do Sul”, terá como foco o letramento em dados. Serão apresentados conceitos essenciais à compreensão do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS, como proficiência, padrões de desempenho, participação, fluxo escolar, rendimento, indicador sintético, comparabilidade e limites de interpretação. A proposta é auxiliar gestores, técnicos e equipes escolares a compreenderem o que cada indicador informa e quais conclusões não podem ser obtidas diretamente a partir dele.

Essa preocupação encontra respaldo em Jannuzzi (2005), ao destacar que os indicadores são instrumentos de representação da realidade e, por essa razão, precisam ser interpretados a partir de seus objetivos, fontes, critérios metodológicos e limites analíticos. O módulo não pretende oferecer domínio integral sobre os procedimentos técnicos de produção dos indicadores, mas favorecer a compreensão necessária para que seus resultados sejam utilizados de maneira responsável.

O segundo módulo, denominado “Do indicador à sala de aula: o ciclo de tradução pedagógica”, abordará a relação entre os resultados avaliativos e o currículo. O Guia deverá orientar como os dados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS podem ser relacionados às habilidades previstas na BNCC e no CRMS, especialmente nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática.

Uma queda, uma estagnação ou um avanço nos resultados deverá ser analisado em articulação com as habilidades avaliadas, os padrões de desempenho e as aprendizagens que ainda necessitam de fortalecimento. Essa dimensão dialoga com Mandinach e Gummer

(2016), ao considerar que o dado se transforma em conhecimento educacional quando é interpretado de maneira capaz de orientar decisões pedagógicas.

O terceiro módulo, intitulado “Uso ético, equidade e enfrentamento de leituras punitivas”, terá como finalidade orientar a utilização responsável dos indicadores. Serão discutidos os riscos de apropriação dos resultados como instrumentos de ranqueamento, punição ou estigmatização de escolas e territórios em situação de maior vulnerabilidade.

Essa discussão dialoga com Bonamino e Sousa (2012), que problematizam os efeitos das avaliações externas quando seus resultados são apropriados de forma estreita, centrada exclusivamente na cobrança e na responsabilização. O módulo também se articula à perspectiva de equidade educacional, reconhecendo que os resultados precisam ser interpretados considerando as desigualdades territoriais, socioeconômicas e institucionais que atravessam a rede.

O quarto módulo, denominado “Replicando análises e fortalecendo rotinas de acompanhamento”, terá como objetivo apresentar possibilidades de utilização do Guia em diferentes anos, etapas e componentes avaliados. A proposta busca evitar que a apropriação dos resultados ocorra somente no momento da divulgação dos dados, fortalecendo a compreensão de que análise, planejamento, intervenção e monitoramento integram um processo contínuo.

Essa perspectiva aproxima-se de Earl e Katz (2006), ao defenderem que escolas e sistemas educacionais precisam desenvolver uma cultura de uso dos dados na qual a análise das evidências esteja incorporada às rotinas institucionais e ao trabalho coletivo. A replicação proposta não corresponde à reprodução automática de uma mesma análise para diferentes contextos, mas à utilização dos princípios e das perguntas orientadoras do Guia conforme as especificidades de cada etapa, componente e território.

A estrutura modular do Guia possibilitará sua utilização em diferentes contextos formativos, como reuniões técnicas da COAV, formações com as CREs, oficinas com gestores escolares, momentos de planejamento pedagógico e estudos internos nas escolas. Desse modo, o material poderá funcionar como instrumento de mediação entre os relatórios técnicos, os painéis de resultados e as decisões pedagógicas.

A COAV permanecerá como destinatária prioritária e instância articuladora do Guia, enquanto as CREs participarão de seu posterior desdobramento junto às unidades escolares. Essa organização preserva o foco institucional da proposta e, simultaneamente, reconhece que a utilização pedagógica dos resultados depende da contextualização realizada pelos profissionais que atuam nos diferentes níveis da rede.

O Guia deverá contribuir para que os indicadores sejam compreendidos não como produtos finais da avaliação, mas como pontos de partida para análise, diálogo e intervenção educacional. Sua finalidade não consiste em apresentar respostas pedagógicas padronizadas, mas em oferecer conceitos, critérios e perguntas que apoiem os profissionais na interpretação dos resultados e na definição de encaminhamentos coerentes com as necessidades identificadas.

4.5 MATRIZ DE ROTINAS DE DEVOLUTIVA ESTRUTURADA

A Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada constitui a dimensão operacional do produto educacional e tem como finalidade organizar um percurso institucional para o uso dos resultados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS, definindo etapas, responsabilidades, perguntas orientadoras, prazos e formas de acompanhamento. Sua proposição parte do entendimento de que a divulgação dos dados, embora necessária, não assegura sua apropriação pedagógica, razão pela qual se torna importante constituir rotinas de análise e devolutiva que envolvam os diferentes níveis da rede.

A elaboração da Matriz ficará sob responsabilidade do pesquisador-proponente, em articulação com a COAV/SED/MS, considerando as atribuições institucionais da Coordenadoria na organização, na análise e na devolutiva dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS. A proposta fundamenta-se na compreensão de Boudett, City e Murnane (2013), segundo a qual o uso de evidências educacionais requer organização do trabalho, construção de uma cultura colaborativa, investigação dos dados, definição de problemas, planejamento de ações e monitoramento.

A adaptação dessa lógica ao contexto de Mato Grosso do Sul permitirá estruturar um circuito de devolutiva que articule a COAV/SED/MS, as CREs e as escolas, respeitando as atribuições de cada instância e fortalecendo a mediação entre dado, diagnóstico e ação pedagógica. Essa articulação não altera a centralidade da COAV como instância responsável pela coordenação técnica do processo, mas reconhece a participação das CREs e das unidades escolares na contextualização e na utilização dos resultados.

Após sua elaboração, a Matriz será apresentada pela COAV/SED/MS às CREs em momento formativo e orientador, cabendo às CREs mediar sua compreensão e utilização junto às unidades escolares. O monitoramento de sua implementação será conduzido pela COAV, em articulação com as CREs, por meio do acompanhamento dos registros produzidos, das

devolutivas realizadas, dos encaminhamentos pactuados e das ações pedagógicas planejadas a partir dos resultados e indicadores.

No nível central, a COAV/SED/MS assume papel estratégico na organização, na sistematização e na tradução dos dados. Cabe a essa instância conferir as bases, produzir leituras técnicas, identificar padrões de desempenho, organizar recortes por rede, escola, etapa, componente curricular e território, além de elaborar painéis, relatórios, apresentações, notas explicativas e materiais orientadores.

Essa atuação é fundamental para que os dados sejam apresentados de forma consistente, transparente e compreensível. A contribuição de Jannuzzi (2005) mostra-se relevante nesse ponto, pois evidencia que os indicadores precisam ser acompanhados de explicitação metodológica para que possam subsidiar decisões públicas com maior qualidade e evitar interpretações que ultrapassem seus limites.

No nível regional, as CREs exercem função mediadora entre a gestão central e as escolas. Sua responsabilidade envolve apoiar a leitura dos resultados, realizar devolutivas técnicas e formativas, identificar prioridades regionais, acompanhar os planos de intervenção e favorecer o diálogo entre as evidências produzidas pela avaliação e as necessidades específicas de cada território.

Essa função mediadora aproxima-se das contribuições de Schildkamp et al. (2017), ao destacarem que a tomada de decisão baseada em dados depende de condições organizacionais, colaboração entre profissionais e apoio ao desenvolvimento de competências para interpretar e utilizar evidências. A atuação das CREs permite, portanto, aproximar as orientações produzidas no nível central das características e das demandas presentes em cada região.

No nível escolar, a direção, a coordenação pedagógica e os professores assumem o papel de relacionar os resultados às decisões pedagógicas concretas. Os dados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS poderão subsidiar reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamento coletivo, definição de habilidades prioritárias, estratégias de recomposição e acompanhamento dos estudantes.

A devolutiva no espaço escolar deverá favorecer a formulação de perguntas como: quais habilidades apresentam maior fragilidade? Quais estudantes ou turmas demandam maior atenção? Que intervenções podem ser realizadas? Como será acompanhado o avanço das aprendizagens? Essas questões orientadoras não constituem respostas previamente definidas, mas referências para que as equipes analisem os dados à luz de seus registros e de suas condições concretas de trabalho.

A Matriz de Rotinas poderá ser organizada em etapas temporais, sob supervisão geral da COAV/SED/MS e em articulação com as CREs. Na primeira etapa, após a divulgação dos resultados, caberá à COAV realizar a análise macro dos dados, observando o comportamento geral da rede e as variações por etapa, componente curricular, escola, território e indicador.

Na segunda etapa, ainda sob coordenação da COAV, ocorrerá o alinhamento técnico com as CREs, com a apresentação das principais evidências, das orientações de leitura e das prioridades para a devolutiva. Esse momento deverá garantir uma compreensão comum sobre os resultados, sem desconsiderar as particularidades territoriais que poderão ser apresentadas pelas equipes regionais.

Na terceira etapa, as CREs, com acompanhamento da COAV, realizarão oficinas e devolutivas com as escolas, apoiando a interpretação dos resultados e a elaboração dos planos de intervenção. Nessa fase, os dados externos deverão ser relacionados aos registros escolares, às habilidades avaliadas, ao currículo e às necessidades identificadas pelas equipes.

Na etapa seguinte, será iniciado o monitoramento mensal ou bimestral das ações planejadas, sob supervisão da COAV e com apoio das CREs, mediante registro de evidências, acompanhamento dos encaminhamentos e realização dos ajustes necessários. A periodicidade poderá ser adequada às condições institucionais e ao calendário da rede, preservando-se a necessidade de continuidade e retomada das decisões.

A Matriz não deve ser compreendida como roteiro rígido, mas como referência metodológica passível de adequação às necessidades da rede. Sua principal contribuição está em evitar que os resultados avaliativos circulem apenas como informações pontuais, sem continuidade institucional, registro dos encaminhamentos ou acompanhamento das ações.

Ao organizar responsabilidades, tempos de análise e momentos de devolutiva, a Matriz busca fortalecer uma cultura de uso pedagógico dos dados na qual avaliação, currículo, formação e gestão estejam articulados em favor da melhoria da aprendizagem. Sua utilização deverá apoiar a atuação da COAV, das CREs e das unidades escolares sem substituir a autonomia e a análise contextual próprias de cada instância.

4.6 CIRCUITO DE APROPRIAÇÃO DOS DADOS: DO RESULTADO À AÇÃO PEDAGÓGICA

O circuito de apropriação dos dados proposto neste produto educacional organiza o percurso que se inicia com a divulgação dos resultados e avança até a definição, a implementação e o monitoramento das ações pedagógicas. A proposta inspira-se no processo

Data Wise, desenvolvido por Boudett, City e Murnane (2013), mas não corresponde à reprodução direta do modelo, pois constitui uma adaptação à realidade da política de avaliação educacional de Mato Grosso do Sul, considerando as especificidades do SAEMS, do IDAMS, do IQE-MS, da atuação da COAV e da organização da REE/MS.

A primeira etapa do circuito corresponde à organização do trabalho institucional para a apropriação dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS. Essa etapa será coordenada pela COAV/SED/MS, sob responsabilidade do pesquisador-proponente em articulação com a equipe técnica da Coordenadoria, e compreenderá a sistematização dos resultados disponíveis, a preparação das leituras técnicas, a definição dos instrumentos de devolutiva, a identificação dos responsáveis pela análise dos dados em cada instância e a organização do cronograma de diálogo com as CREs.

No âmbito da COAV, essas ações deverão ocorrer no período inicial de implementação da proposta, preferencialmente nas duas primeiras semanas após a disponibilização dos resultados, utilizando dados, relatórios, painéis e documentos técnicos já existentes na SED/MS. Essa organização inicial permitirá que as informações sejam verificadas, sistematizadas e apresentadas de maneira coerente antes de seu desdobramento para as demais instâncias da rede.

Nas CREs, caberá às equipes indicar os profissionais responsáveis pela mediação com as escolas e organizar, em articulação com a COAV, os momentos de devolutiva e orientação às unidades escolares. A atuação regional possibilitará contextualizar as análises produzidas no nível central e relacioná-las às características dos territórios, às condições de oferta e às demandas identificadas junto às escolas.

No espaço escolar, direção, coordenação pedagógica e professores participarão de momentos coletivos de estudo, análise e planejamento, com foco na identificação de prioridades pedagógicas e na definição de encaminhamentos. A participação das equipes escolares não altera a responsabilidade técnica da COAV nem a função mediadora das CREs, mas permite que os dados externos sejam relacionados aos registros internos, ao currículo e ao conhecimento construído no cotidiano escolar.

A primeira etapa não prevê custo adicional direto, pois será desenvolvida com recursos humanos, tecnológicos e institucionais já disponíveis na SED/MS, nas CREs e nas escolas. Sua relevância fundamenta-se em Earl e Katz (2006), para quem o uso dos dados depende de condições organizacionais que favoreçam a investigação coletiva, o diálogo profissional e a tomada de decisão compartilhada.

Quadro 7 - Organização da primeira etapa do circuito de apropriação dos resultados

Elemento	Descrição
Etapa	Organização do trabalho institucional.
Ações	Sistematizar resultados; preparar leituras técnicas; elaborar instrumentos de devolutiva; definir responsáveis por instância; organizar cronograma de diálogo com CREs e escolas.
Responsáveis	COAV/SED-MS, sob coordenação do pesquisador/proponente, em articulação com técnicos da COAV, CREs e equipes escolares.
Tempo de execução	Duas primeiras semanas após a disponibilização dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS.
Custos	Sem custo adicional direto, com utilização da estrutura institucional, equipe técnica, dados, relatórios, painéis e ferramentas digitais já disponíveis.
Resultado esperado	Definição de um fluxo inicial de trabalho que permita transformar os resultados em objeto de análise coletiva, devolutiva estruturada e planejamento pedagógico.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A segunda etapa refere-se à construção do letramento em dados e busca assegurar que os atores da rede compreendam o que os resultados informam, como são produzidos e quais limites precisam ser considerados em sua interpretação. Essa etapa envolve a discussão de conceitos como proficiência, padrões de desempenho, participação, fluxo, rendimento, recortes territoriais, composição dos indicadores e possibilidades de comparabilidade.

A contribuição de Mandinach e Gummer (2016) fundamenta essa etapa ao demonstrar que o acesso às informações não é suficiente para garantir sua utilização educacional. Os profissionais precisam desenvolver competências para transformar dados em informações, informações em conhecimento e conhecimento em decisões responsáveis, compreendendo tanto as possibilidades quanto os limites das evidências disponíveis.

O letramento em dados previsto no circuito não exige que todos os profissionais dominem integralmente os procedimentos estatísticos e psicométricos utilizados na produção dos resultados. Sua finalidade consiste em assegurar uma compreensão suficiente para que os atores reconheçam o significado das informações, formulem perguntas adequadas e evitem conclusões que os dados não permitem sustentar.

A terceira etapa consiste na identificação do foco de intervenção, momento em que os resultados serão analisados para reconhecer quais habilidades, componentes curriculares, etapas, escolas, turmas ou grupos de estudantes demandam maior atenção. Essa identificação deverá articular as evidências produzidas pelo SAEMS, pelo IDAMS e pelo IQE-MS às orientações da BNCC e do CRMS.

O foco de intervenção precisa ser suficientemente específico para orientar ações concretas, evitando planos genéricos ou desconectados das fragilidades diagnosticadas. A análise de uma média ou de um índice deve conduzir ao aprofundamento das questões

relacionadas às habilidades, aos padrões de desempenho, aos grupos de estudantes e às condições escolares que contribuíram para o resultado.

A definição do foco não deverá ser realizada exclusivamente pelo nível central, pois as evidências externas precisam dialogar com os registros e com as percepções dos profissionais que atuam nos territórios e nas escolas. A COAV e as CREs oferecem apoio técnico e metodológico, enquanto as equipes escolares contribuem para a contextualização dos dados e para a identificação das prioridades que poderão ser enfrentadas em seu âmbito de atuação.

A quarta etapa corresponde à elaboração do plano de ação, fase em que os dados analisados subsidiarão a definição de metas, estratégias pedagógicas, responsáveis, prazos, recursos necessários e formas de acompanhamento. O plano deverá indicar o que será realizado, por quem, em qual período e quais evidências permitirão verificar a implementação das ações.

Essa etapa aproxima-se da perspectiva de Brooke e Cunha (2011), ao considerar que os resultados das avaliações podem apoiar a formulação e o acompanhamento de políticas e ações educacionais quando são interpretados em diálogo com os contextos escolares. O plano de ação não deverá ser compreendido como resposta padronizada para diferentes realidades, mas como construção vinculada às necessidades identificadas e às condições de cada contexto.

A elaboração das ações também precisará considerar a distinção entre aspectos que podem ser enfrentados diretamente pela escola e aqueles que demandam apoio das CREs ou da SED/MS. Essa diferenciação evita que toda a responsabilidade pelos resultados seja transferida às unidades escolares e reforça a necessidade de respostas articuladas entre os diferentes níveis da rede.

A quinta etapa envolve o monitoramento e a retroalimentação das ações planejadas. O acompanhamento permitirá verificar se os encaminhamentos estão sendo implementados, se produzem evidências de avanço e se demandam ajustes, evitando que a apropriação dos dados se encerre na elaboração do plano de intervenção.

O monitoramento deverá considerar registros de implementação, resultados intermediários, dificuldades encontradas e contribuições dos profissionais envolvidos. A análise dessas informações permitirá revisar estratégias, redefinir responsabilidades e replanejar ações sempre que necessário, fortalecendo uma cultura institucional de utilização contínua das evidências.

A retroalimentação do circuito significa que os resultados do acompanhamento voltam a alimentar as etapas de análise, interpretação e planejamento. O percurso não se encerra de

forma linear, pois novas evidências podem exigir a reformulação do foco de intervenção, a revisão das ações ou a realização de novos momentos formativos.

O circuito explicita que a apropriação dos resultados não constitui evento pontual, mas processo contínuo e coletivo. O SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS cumprem papel mais relevante quando alimentam ciclos de reflexão, decisão, intervenção e revisão das práticas, articulando gestão, currículo, formação, monitoramento e equidade.

A proposta mantém a COAV como instância articuladora e responsável pela coordenação técnica, atribui às CREs a função de mediação e acompanhamento e reconhece as escolas como espaços de contextualização e utilização pedagógica dos resultados. Essa organização busca fortalecer as responsabilidades compartilhadas sem descaracterizar as atribuições institucionais de cada nível da rede.

O produto educacional pretende, desse modo, contribuir para que o uso dos dados na SED/MS se consolide como prática institucional orientada à aprendizagem. A transformação do resultado em ação depende da qualidade da informação, da formação dos profissionais, do diálogo entre as instâncias e da continuidade do acompanhamento, condições que permitem superar uma utilização restrita à divulgação dos indicadores.

4.7 POSSIBILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO PELA SED/MS E PELA COAV

A implementação do produto educacional poderá ocorrer de forma gradual e articulada às rotinas já desenvolvidas pela SED/MS, pela COAV e pelas CREs. Por se tratar de uma proposta voltada à qualificação do uso dos resultados, sua aplicação não exige necessariamente a criação de uma nova estrutura administrativa, mas a sistematização e o fortalecimento de práticas que já integram, em alguma medida, o cotidiano da Secretaria, especialmente no que se refere à análise, à comunicação, à devolutiva e ao monitoramento dos resultados educacionais.

Inicialmente, o Guia Orientativo será utilizado pela COAV/SED/MS como material de apoio aos processos internos de análise, estudo e devolutiva dos resultados do SAEMS e dos indicadores IDAMS e IQE-MS. Essa utilização ocorrerá em reuniões técnicas, formações internas, estudos orientados dos resultados e encontros de devolutiva com as CREs, sob responsabilidade do pesquisador-proponente, em articulação com a equipe técnica da COAV.

O Guia terá a finalidade de favorecer uma compreensão comum sobre os resultados e os indicadores, explicitando conceitos, critérios metodológicos, limites interpretativos, padrões de desempenho, possibilidades de leitura pedagógica e formas de utilização dos dados no

planejamento e no acompanhamento das ações educacionais. A proposta não pretende atribuir aos profissionais o domínio integral dos procedimentos técnicos empregados na produção das medidas, mas oferecer elementos suficientes para uma interpretação responsável e orientada à tomada de decisão.

Essa etapa deverá ocorrer no período inicial de implementação da proposta, preferencialmente após a sistematização dos resultados disponíveis, e não prevê custo adicional direto, uma vez que utilizará materiais digitais, relatórios, painéis, documentos técnicos e a estrutura institucional já existente na SED/MS. Como resultado esperado, pretende-se fortalecer o letramento em dados dos profissionais responsáveis por mediar a leitura dos resultados na rede.

Essa finalidade dialoga com Mandinach e Gummer (2016), para quem a tomada de decisão baseada em dados exige a capacidade de transformar dados em informação, informação em conhecimento e conhecimento em ações educacionais responsáveis. O desenvolvimento dessa competência deverá ocorrer de forma situada, considerando as atribuições dos profissionais e as necessidades dos diferentes contextos de atuação.

Em um segundo momento, a Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada poderá orientar a organização de um calendário institucional de uso dos dados. Esse calendário poderá prever momentos específicos para análise interna pela COAV, alinhamento com as CREs, devolutivas regionais às escolas, elaboração de planos de intervenção e monitoramento periódico das ações.

A organização temporal inspira-se na lógica dos ciclos de melhoria apresentada por Boudett, City e Murnane (2013), ao reconhecer que a análise dos dados precisa ser seguida por planejamento, implementação, acompanhamento e revisão. A utilização da Matriz busca evitar que os resultados sejam discutidos apenas no momento de sua divulgação, sem continuidade nas rotinas institucionais.

A implementação também poderá favorecer maior integração entre avaliação, currículo e formação. Ao relacionar os resultados do SAEMS e dos indicadores às habilidades previstas no CRMS, o produto poderá apoiar ações formativas mais direcionadas às fragilidades identificadas.

As formações poderão considerar evidências específicas sobre as aprendizagens dos estudantes, os padrões de desempenho, as habilidades que demandam maior atenção e as necessidades apresentadas pelas equipes regionais e escolares. Essa organização poderá ampliar a coerência entre diagnóstico, currículo, formação e intervenção pedagógica, sem reduzir o processo formativo ao treinamento para a avaliação.

Outra possibilidade de implementação refere-se ao fortalecimento da atuação das CREs como instâncias mediadoras do uso dos dados podendo oferecer às CREs um roteiro comum de devolutiva, com perguntas orientadoras, critérios de análise e possibilidades de encaminhamento.

A mediação regional é fundamental para que os dados produzidos no âmbito central sejam contextualizados de acordo com as realidades das escolas e dos territórios. A existência de referências comuns não elimina a necessidade de adaptação, pois cada Coordenadoria Regional poderá relacionar as evidências gerais às condições e às demandas específicas de sua área de atuação.

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Schildkamp et al. (2017), ao destacarem que o uso de dados nas escolas depende de apoio, colaboração e condições institucionais para que as evidências sejam incorporadas à tomada de decisão. A atuação das CREs poderá, portanto, favorecer a comunicação entre a COAV e as unidades escolares, além de apoiar a compreensão e o acompanhamento dos encaminhamentos definidos.

No âmbito escolar, o produto poderá ser utilizado em reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamentos coletivos e momentos de acompanhamento das ações de recomposição das aprendizagens. A intenção é que os indicadores sejam compreendidos pelas escolas como ferramentas de análise e planejamento, e não apenas como resultados externos a serem recebidos.

O Guia e a Matriz propõem perguntas orientadoras que poderão auxiliar as equipes a relacionar os dados às habilidades, aos estudantes, às turmas e às estratégias pedagógicas. Essas perguntas deverão funcionar como referências para a reflexão e não como respostas padronizadas, preservando a possibilidade de que cada unidade escolar considere seus registros, suas experiências e suas condições concretas.

A implementação no espaço escolar deverá ocorrer por meio da mediação das CREs e em articulação com a COAV, preservando as atribuições institucionais de cada instância. A proposta não modifica o público prioritário do produto, que permanece constituído pelos profissionais da COAV, mas reconhece que seu desdobramento pedagógico depende da participação regional e escolar.

A implementação do produto poderá ainda contribuir para a construção de uma cultura de uso ético e pedagógico dos indicadores. Ao explicitar limites interpretativos, riscos de ranqueamento e necessidade de contextualização, o Guia e a Matriz poderão apoiar uma leitura mais cuidadosa dos resultados.

Essa preocupação dialoga com Bonamino e Sousa (2012), ao reconhecer que a avaliação externa pode produzir efeitos distintos, a depender das formas de apropriação institucional. Os resultados poderão apoiar processos formativos, diagnósticos e de planejamento ou, quando utilizados de maneira descontextualizada, reforçar práticas de cobrança e responsabilização estreita.

A implementação do produto pela SED/MS e pela COAV busca fortalecer o uso dos dados como instrumento de apoio, formação, planejamento e equidade, e não como mecanismo isolado de cobrança. Sua aplicação gradual permitirá observar as possibilidades, os limites e as necessidades de ajuste dos instrumentos, sem exigir mudanças imediatas na estrutura administrativa da Secretaria.

A continuidade da proposta dependerá da incorporação do Guia e da Matriz às rotinas de análise, devolutiva, formação e monitoramento já desenvolvidas pela rede, desse modo a implementação não será compreendida como uma ação paralela ou temporária, mas como possibilidade de qualificação das práticas institucionais relacionadas ao uso dos resultados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS.

4.8 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional proposto pretende contribuir para o fortalecimento da política de avaliação educacional de Mato Grosso do Sul, especialmente no que se refere à apropriação pedagógica dos resultados e ao uso dos indicadores como instrumentos de gestão, planejamento e monitoramento. Sua principal contribuição consiste em oferecer um percurso organizado para que o SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS sejam compreendidos de forma articulada, contextualizada e orientada à ação.

Espera-se que o Guia Orientativo favoreça o letramento em dados, ampliando a capacidade dos profissionais envolvidos de compreender os resultados, seus significados, limites e possibilidades de utilização. Ao traduzir conceitos técnicos em linguagem mais acessível, o produto poderá reduzir a distância entre a produção das informações e sua incorporação às rotinas de gestão, formação e planejamento pedagógico.

Essa contribuição dialoga com Mandinach e Gummer (2016), ao reconhecer que a competência para utilizar dados educacionais precisa ser desenvolvida de forma intencional, formativa e situada. O propósito não é fazer com que todos os profissionais dominem integralmente os procedimentos técnicos empregados na produção dos indicadores, mas que

tenham condições de interpretar as informações de maneira responsável e relacioná-las às decisões próprias de seu campo de atuação.

A Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada poderá contribuir para institucionalizar práticas mais sistemáticas de análise e acompanhamento dos resultados. Ao definir etapas, responsabilidades e perguntas orientadoras, a Matriz apoia a organização de processos de devolutiva que não se limitem à apresentação dos dados, mas avancem para a construção de diagnósticos, a definição de prioridades, o planejamento de ações e o monitoramento dos encaminhamentos.

Essa contribuição aproxima-se da perspectiva de Earl e Katz (2006), para quem o dado adquire maior potencial quando é incorporado a práticas colaborativas de investigação e decisão. A organização das rotinas poderá favorecer a continuidade do processo de apropriação, evitando que as análises ocorram apenas no momento da divulgação dos resultados.

Outra contribuição esperada refere-se à articulação entre avaliação, currículo e formação. Ao relacionar os resultados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS às habilidades previstas na BNCC e no CRMS, o produto poderá apoiar a construção de intervenções pedagógicas mais coerentes com as necessidades de aprendizagem dos estudantes.

Os indicadores poderão ser utilizados não apenas para acompanhar o desempenho geral da rede, mas também para orientar a identificação de habilidades que necessitam de maior atenção, subsidiar processos formativos e apoiar decisões pedagógicas nas diferentes instâncias de gestão. Essa utilização deverá considerar que os dados externos precisam ser relacionados aos registros, às experiências e às condições concretas presentes nos territórios e nas unidades escolares.

O produto também poderá contribuir para a promoção da equidade, ao incentivar leituras que considerem as desigualdades territoriais, as condições de oferta, os padrões de desempenho e os grupos de estudantes que demandam maior atenção. Essa perspectiva busca evitar que os indicadores sejam utilizados exclusivamente para comparação ou classificação, fortalecendo sua função na identificação de necessidades e no planejamento de respostas educacionais mais justas.

Essa compreensão dialoga com Jannuzzi (2005), ao reconhecer que os indicadores podem apoiar o diagnóstico e o monitoramento das políticas públicas, mas não substituem a análise contextualizada da realidade. O SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS oferecem informações relevantes, porém não devem ser considerados explicações suficientes para os resultados educacionais ou para as desigualdades presentes na rede.

Espera-se ainda que o produto fortaleça o papel da COAV como instância de mediação técnica e pedagógica dos dados educacionais. Ao sistematizar orientações, rotinas e responsabilidades, a proposta valoriza a atuação da Coordenadoria na produção, na organização, na interpretação e na comunicação dos resultados.

Esse fortalecimento não significa concentrar todo o processo de apropriação na COAV. A Coordenadoria permanece como destinatária prioritária e instância articuladora do produto, enquanto as CREs exercem a função de mediação e acompanhamento, e as unidades escolares constituem o espaço de posterior contextualização e utilização pedagógica das informações.

A articulação entre essas instâncias poderá favorecer a construção de processos de devolutiva mais participativos, nos quais as análises técnicas sejam complementadas pelas características dos territórios e pelo conhecimento dos profissionais que atuam nas escolas. Desse modo, o uso dos resultados poderá apoiar decisões compartilhadas sem descaracterizar as atribuições institucionais de cada nível da rede.

O produto educacional constitui, portanto, uma resposta propositiva ao problema investigado nesta dissertação, articulando a fundamentação teórica, a realidade institucional e o compromisso com o direito à aprendizagem na REE/MS. O Guia Orientativo e a Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada não pretendem oferecer respostas definitivas ou padronizadas, mas apoiar a construção de uma prática institucional mais sistemática, formativa, contextualizada e orientada à equidade.

A contribuição esperada está no fortalecimento da passagem entre o resultado e a ação, para que os dados produzidos pelas avaliações e pelos indicadores possam subsidiar processos de análise, diálogo, planejamento, intervenção e acompanhamento. Dessa forma, a avaliação externa poderá ser incorporada à gestão educacional não apenas como instrumento de mensuração, mas como fonte de evidências para a melhoria da aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como propósito analisar como os resultados do SAEMS, especialmente quando sistematizados por meio do IDAMS e do IQE-MS, vêm sendo mobilizados pela SED/MS, com destaque para a atuação da COAV. Buscou-se compreender de que modo esses resultados e indicadores são organizados, interpretados, comunicados e utilizados como subsídios para a gestão educacional, o monitoramento da rede e a formulação de ações voltadas à melhoria da aprendizagem e à redução das desigualdades educacionais.

A análise desenvolvida permitiu reconhecer que a avaliação em larga escala, quando compreendida apenas como mensuração do desempenho, corre o risco de se limitar à produção de números, médias, padrões e comparações. Articulada a processos de governança do dados, devolutiva, formação, planejamento e monitoramento, entretanto, ela pode assumir uma função mais ampla na política educacional, produzindo evidências capazes de orientar decisões públicas, apoiar a gestão da rede e fortalecer o direito à aprendizagem. A apropriação dos resultados, portanto, não se encerra na divulgação das informações, mas exige um percurso institucional de análise, mediação, tradução e utilização pedagógica.

No contexto de Mato Grosso do Sul, o SAEMS constitui uma importante fonte de evidências sobre o desempenho dos estudantes da REE/MS, possibilitando a identificação de padrões de aprendizagem, fragilidades recorrentes, desigualdades internas e necessidades de intervenção. Seus resultados adquirem maior potencial analítico quando relacionados ao IDAMS e ao IQE-MS, instrumentos que sintetizam determinadas dimensões da realidade educacional e favorecem a incorporação das informações às rotinas de gestão, monitoramento e pactuação de ações.

Essa articulação não significa que o SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS ofereçam explicações completas sobre a qualidade da educação ou sobre as causas dos resultados encontrados. Os indicadores representam recortes da realidade e devem ser compreendidos como pontos de partida para análises mais contextualizadas, capazes de considerar o currículo, as condições de oferta, as características territoriais, as desigualdades educacionais, os registros produzidos pelas escolas e as possibilidades concretas de intervenção.

O IDAMS, conforme discutido ao longo da dissertação, apresenta uma dimensão pedagógica mais evidente, especialmente por possibilitar a leitura das aprendizagens a partir dos resultados do SAEMS e por dialogar com ações de acompanhamento, recomposição e fortalecimento das aprendizagens. Sua utilização pela SED/MS e pela COAV expressa a busca por transformar o resultado avaliativo em informação útil à gestão e ao trabalho

pedagógico, favorecendo análises por padrões de desempenho, identificação de habilidades críticas, elaboração de devolutivas, produção de materiais orientadores, realização de formações e construção de painéis de acompanhamento.

O IDAMS não deve ser reduzido à apresentação de um valor numérico. Seu potencial está na possibilidade de apoiar a identificação de prioridades, orientar perguntas sobre as aprendizagens e subsidiar decisões de acompanhamento e intervenção. Para que essa função se concretize, os resultados precisam ser relacionados às habilidades avaliadas, ao currículo e às evidências produzidas no cotidiano da rede e das unidades escolares.

O IQE-MS apresenta natureza distinta, por configurar-se como indicador sintético de qualidade educacional vinculado à política de colaboração e à repartição de receitas do ICMS-Educação. Sua composição envolve resultados de aprendizagem e outros elementos previstos em metodologia oficial, produzindo coeficientes utilizados em processos normativos, distributivos e de gestão pública.

Embora sua finalidade esteja diretamente relacionada à política pública e à distribuição de recursos, o IQE-MS também pode subsidiar agendas educacionais locais quando seus resultados são analisados em articulação com o SAEMS, o IDAMS, o rendimento, o fluxo escolar e as necessidades dos municípios e territórios. Seu uso pedagógico depende, contudo, do aprofundamento das informações que compõem o índice, pois o valor sintético, isoladamente, não indica quais habilidades, grupos de estudantes ou condições educacionais demandam intervenção.

Um dos aspectos centrais identificados na pesquisa foi o papel exercido pela COAV na governança dos dados e na mediação dos resultados avaliativos. A atuação da Coordenadoria não se restringe à organização técnica das avaliações, pois envolve processos de validação, sistematização, análise, comunicação e apoio à utilização das informações. Governar os dados, nesse contexto, significa estabelecer critérios de consistência, participação, comparabilidade, recortes possíveis, limites interpretativos e formas adequadas de disponibilização dos resultados.

Esses procedimentos condicionam a qualidade das leituras realizadas pela gestão, pelas CREs e pelas unidades escolares. Dados inconsistentes, pouco contextualizados ou apresentados sem explicações metodológicas podem produzir interpretações inadequadas e decisões que não correspondam às necessidades educacionais identificadas. A governança dos dados constitui, assim, uma condição necessária para a utilização responsável dos resultados, mas não é suficiente para assegurar sua apropriação pedagógica.

A pesquisa permitiu compreender que existe diferença entre disponibilizar informações, compreendê-las tecnicamente e incorporá-las às rotinas institucionais. O acesso a relatórios, boletins ou painéis não garante, por si só, que os resultados sejam analisados, contextualizados e convertidos em decisões. A apropriação ocorre quando as informações passam a integrar processos de formação, planejamento, intervenção, acompanhamento e revisão das práticas.

Essa passagem depende da qualidade das devolutivas e das mediações realizadas. Os resultados precisam ser traduzidos em linguagem acessível, relacionados à BNCC e ao CRMS, articulados às habilidades avaliadas e acompanhados de perguntas que auxiliem os profissionais a identificar o que os dados revelam e quais aspectos precisam ser aprofundados. Esse movimento não exige que todos os atores dominem integralmente os procedimentos estatísticos e psicométricos utilizados na produção das medidas, mas requer compreensão suficiente para interpretar seus significados, limites e possibilidades de uso.

A análise também indicou que a SED/MS, por meio da COAV e em articulação com outras instâncias da Secretaria, vem construindo formas próprias de organização e utilização dos resultados, fundamentadas nas experiências acumuladas com o SAEMS, na implementação do IDAMS e do IQE-MS e nas demandas da REE/MS. Esse movimento se expressa em estudos internos, reuniões técnicas, formações, devolutivas, materiais orientadores, painéis e processos de monitoramento.

Essas práticas ainda podem ser sistematizadas e fortalecidas para constituir um circuito institucional mais contínuo de utilização dos dados. A existência de ações de análise e devolutiva não assegura, isoladamente, que os resultados sejam incorporados às rotinas das CREs e das escolas. Torna-se necessário organizar responsabilidades, tempos, instrumentos e formas de acompanhamento que permitam relacionar o diagnóstico às ações e retomar periodicamente os encaminhamentos definidos.

Entre os desafios identificados, encontra-se o risco de leitura reducionista dos indicadores, especialmente quando são utilizados apenas para comparação, classificação ou responsabilização das escolas. Quando desconsidera as condições sociais, territoriais e institucionais em que os resultados são produzidos, esse uso pode contribuir para processos de culpabilização e estigmatização, afastando-se da finalidade de apoiar a melhoria educacional.

Outro desafio refere-se à ampliação do letramento em dados entre os diferentes atores da rede. Técnicos, gestores, coordenadores pedagógicos e professores precisam compreender não apenas os resultados, mas também suas condições de produção, seus limites, suas possibilidades de utilização e sua relação com o currículo. Esse processo deve estar associado

à formação continuada e ao apoio institucional, evitando que a responsabilidade pela interpretação e pela melhoria dos resultados seja transferida exclusivamente às escolas.

A participação das diferentes instâncias da rede também se mostra necessária para que as informações produzidas no nível central sejam contextualizadas. A COAV ocupa posição estratégica na organização, na tradução e na coordenação técnica do processo, enquanto as CREs exercem função de mediação e acompanhamento. As unidades escolares, por sua vez, contribuem com o conhecimento sobre os estudantes, as turmas, as práticas pedagógicas e as condições concretas de implementação das ações.

Essa organização não modifica o papel institucional da COAV nem transforma o produto educacional em uma proposta destinada prioritariamente às escolas. Ela reconhece que a apropriação dos resultados não pode ocorrer de maneira exclusivamente vertical, pois a transformação dos dados em ações pedagógicas depende do diálogo entre as análises técnicas e os conhecimentos construídos nos territórios e nas unidades escolares.

Diante dos achados da investigação, propôs-se como produto educacional um Guia Orientativo e uma Matriz de Rotinas de Devolutiva Estruturada, destinados a apoiar a apropriação dos resultados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS. O produto foi concebido como resposta ao problema investigado, com a finalidade de favorecer a tradução dos indicadores em linguagem acessível e pedagogicamente acionável, fortalecer o letramento em dados e organizar um percurso de análise, devolutiva, planejamento, intervenção, monitoramento e retroalimentação.

O Guia Orientativo constitui a dimensão técnico-pedagógica da proposta, oferecendo conceitos, critérios, limites interpretativos e perguntas que podem apoiar a leitura dos resultados. A Matriz de Rotinas representa sua dimensão operacional, ao organizar etapas, responsabilidades e formas de acompanhamento. Os dois instrumentos são complementares: compreender os dados constitui uma condição importante, mas sua incorporação às decisões depende da existência de rotinas que deem continuidade ao processo.

A COAV permanece como destinatária prioritária e instância articuladora do produto educacional. A implementação prevê posterior desdobramento para as CREs e para as unidades escolares, respeitando as atribuições de cada nível da rede. Essa organização pretende fortalecer as mediações necessárias entre o resultado produzido pela avaliação, sua contextualização e a definição de ações voltadas à aprendizagem.

A proposição reafirma que os indicadores devem ser compreendidos como instrumentos de mediação e não como fins em si mesmos. O SAEMS, o IDAMS e o IQE-MS podem contribuir para a melhoria da educação quando utilizados de forma ética, contextualizada e

orientada à equidade. Os números precisam ser interrogados e relacionados às condições concretas das escolas e dos estudantes, evitando usos punitivos ou estigmatizantes e favorecendo a identificação das necessidades que exigem maior apoio do poder público.

A abordagem metodológica adotada delimitou as possibilidades das conclusões apresentadas. A investigação concentrou-se na dimensão documental e institucional do uso dos resultados, tomando como fontes normativas, documentos oficiais, materiais orientadores, relatórios, painéis e instrumentos relacionados à política de avaliação educacional de Mato Grosso do Sul. A pesquisa analisou, portanto, como o uso dos resultados é formalizado, organizado e proposto no âmbito da SED/MS, especialmente da COAV.

Essa opção não permitiu apreender diretamente as percepções de técnicos, profissionais das CREs, gestores escolares e professores sobre a compreensão, a utilização e os efeitos dos indicadores em suas rotinas. Também não possibilitou verificar empiricamente como todas as ações descritas nos documentos são implementadas nos diferentes contextos da rede. Por essa razão, as conclusões não devem ser interpretadas como afirmações sobre a totalidade das práticas ou das percepções dos profissionais envolvidos.

Os limites identificados abrem possibilidades para estudos posteriores que incluam entrevistas, questionários, grupos de discussão ou observação de momentos de devolutiva e planejamento. Investigações dessa natureza poderão analisar como os diferentes atores compreendem os indicadores, quais dificuldades encontram em sua utilização, de que maneira as orientações produzidas pela SED/MS chegam às escolas e como os resultados são relacionados às decisões pedagógicas.

Também poderão ser desenvolvidas pesquisas destinadas a acompanhar a implementação do Guia Orientativo e da Matriz de Rotinas, examinando sua adequação aos diferentes contextos, as adaptações realizadas e suas contribuições para a organização das devolutivas e do monitoramento. Essas possibilidades não diminuem os resultados da presente investigação, mas reconhecem que a apropriação de dados constitui processo complexo, cuja compreensão pode ser ampliada por diferentes procedimentos metodológicos.

Apesar dessas limitações, espera-se que a pesquisa contribua para o fortalecimento da política de avaliação educacional de Mato Grosso do Sul ao evidenciar a importância da mediação institucional no uso dos resultados. Avaliar não significa apenas medir, divulgar ou comparar desempenhos, mas produzir informações que possam orientar decisões públicas mais justas, apoiar os profissionais e promover melhores condições de aprendizagem.

A avaliação em larga escala, quando articulada ao currículo, à formação, ao planejamento, ao monitoramento e à equidade, pode deixar de ser percebida apenas como

mecanismo externo de cobrança e passar a constituir instrumento de gestão educacional comprometido com o direito de aprender. Essa transformação exige qualidade técnica dos dados, clareza na comunicação, participação dos atores, apoio institucional e continuidade das ações.

A apropriação dos resultados do SAEMS, do IDAMS e do IQE-MS permanece como processo em construção, que demanda intencionalidade, diálogo e compromisso institucional. A COAV ocupa lugar estratégico nesse percurso ao organizar os dados, qualificar as leituras, produzir instrumentos de devolutiva, articular as instâncias da rede e apoiar processos de monitoramento.

Ao analisar esse percurso e propor instrumentos para fortalecê-lo, a dissertação busca contribuir para que os indicadores educacionais de Mato Grosso do Sul sejam utilizados não apenas para informar sobre a realidade da rede, mas para subsidiar sua transformação em direção à melhoria das aprendizagens, à redução das desigualdades e à promoção de uma educação pública socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Edna Morais Andrade de. **A escolaridade em ciclos: práticas e dilemas da progressão continuada**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Rio Claro, 2024. Acesso em: 20 abril de 2026.
- ARELLANO, David et al. **Sistemas de evaluación del desempeño para organizaciones públicas: ¿cómo construirlos efectivamente?** Tradução de Luís Antônio Fajardo Pontes. México, D.F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2012.
- AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL. **Sistema de Avaliação e Monitoramento de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <https://avaliacaoemonitoramentomatogrossodosul.caeddigital.net/>. Acesso em: 01 set. 2024.
- BALL, Stephen J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005. Acesso em: 19 de abril de 2026
- BALL, Stephen J. **Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade**. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002. Acesso em: 19 de abril de 2026.
- BARBUGIANI, Luiz Henrique Sormani; COELHO, Fernando de Souza. **O relativismo do direito à educação no Brasil: um ensaio**. In: RANIERI, Nina Beatriz Stocco; ALVES, Ângela Limongi Alvarenga (org.). Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/USP, 2018. p. 149–170.
- BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. esp., p. 1367–1384, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PgMHxD3BYhzBr6B7CpB5BjS/>. Acesso em: 27 jul. 2025.
- BERGMAN, Peter. **Parent–Child Information Frictions and Human Capital Investment: Evidence from a Field Experiment**. Journal of Political Economy, v. 129, n. 1, p. 286–322, 2021a. DOI: 10.1086/711410. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/711410>. Acesso em: 19 out. 2025.
- BERGMAN, Peter; CHAN, Eric W. **Leveraging Parents through Low-Cost Technology: The Impact of High-Frequency Information on Student Achievement**. Journal of Human Resources, v. 56, n. 1, p. 125–158, 2021b. DOI: 10.3368/jhr.56.1.1118-9837R1. Disponível em: <https://jhr.uwpress.org/content/56/1/125>. Acesso em: 19 out. 2025.
- BHABHA, H. K. 2000. **Minority Culture and Creative Anxiety**. Disponível em: http://www.britishcouncil.org/studies/reinventing_britain/bhabha. Acesso em: setembro de 2025.
- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BOUDET, Kathryn Parker; CITY, Elizabeth A.; MURNANE, Richard J. **Data Wise: a step-by-step guide to using assessment results to improve teaching and learning**. Revised and expanded edition. Cambridge: Harvard Education Press, 2013.

BOUDET, Kathryn Parker; CITY, Elizabeth A.; MURNANE, Richard J. **Data wise: guia para o uso de evidências na educação**. Porto Alegre: Penso, 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020**. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do ICMS e tornar permanente o Fundeb. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. Mato Grosso do Sul. **Decreto nº 7.497, de 10 de novembro de 1993**. Institui o Programa de Avaliação Educacional da Escola Pública Estadual de MS (PAEMS). Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 11 nov. 1993.

BRASIL. Mato Grosso do Sul. **Decreto nº 15.848, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul (SAEMS) como política pública permanente. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 30 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

BROOKE, Nigel. **O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006.

BROOKE, Nigel; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. **Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. Brasília: Editora: FT, 2015

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de Almeida. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**. Estudos & Pesquisas Educacionais, São Paulo, v. 2, p. 17-79, nov. 2011.

BROOKE, Nigel; REZENDE, Wagner Silveira. Políticas de incentivos salariais para professores no Brasil: uma atualização. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1343–1370, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444. 2020.v10.31220. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31220>. Acesso em: 05 fev. 2026.

CALDERÓN, Adolfo-Ignacio; BORGES, Regilson Maciel. **Avaliação em larga escala na Educação Básica: usos e tensões teórico-epistemológicas**. Meta: Avaliação. Fundação CESGRANRIO. 2020. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/2281>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios**. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, p. 80-88, jan./abr. 2010.

CRAHAY, Marcel. **Poderá a escola ser justa e eficaz? Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos.** Lisboa: Instituto Piaget, 2000. Acesso em: 10 de abril de 2026.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Acesso em: 10 de abril de 2026.

DUSI, Cristina Sayuri Cortes Ouchi. **Os efeitos da gestão para resultados na educação: uma análise das políticas públicas educacionais de sete estados brasileiros.** 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31297/31297.PDF> . Acesso em: 13 abr. 2026.

EARL, Lorna M.; KATZ, Steven. **Leading schools in a data-rich world: harnessing data for school improvement.** Thousand Oaks: Corwin Press, 2006.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. (Série Documental. Textos para Discussão, n. 26). Acesso em: 22 de abril de 2026.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Avaliação educacional em larga escala e accountability: uma breve análise da experiência brasileira. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1103–1137, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.32023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32023>. Acesso em: 20 jul. 2026.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. **IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 7, n. 1, p. 73-90, maio 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005. Acesso em 22 de abril de 2026.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

MANDINACH, Ellen B.; GUMMER, Edith S. **Data literacy for educators: making it count in teacher preparation and practice.** New York: Teachers College Press, 2016. Acesso em: 20 de abril de 2026.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 15.848, de 29 de dezembro de 2021.** Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul (SAEMS) e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, n. 10.720, p. 9-12, 30 dez. 2021. Disponível em: https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/DO10720_30_12_2021_DECRETO-SAEMS.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 15.897, de 14 de março de 2022.** Regulamenta o Índice de Desenvolvimento da Aprendizagem de Mato Grosso do Sul – IDAMS, previsto na Lei nº 5.724, de 23 de setembro de 2021, e dispõe sobre o Prêmio Escola Destaque. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 15 mar. 2022.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 16.225, de 7 de julho de 2023.** Regulamenta o Índice de Qualidade da Educação de Mato Grosso do Sul (IQE-MS), previsto na Lei nº 5.941, de 24 de agosto de 2022. Campo Grande, MS, 2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 5.941, de 24 de agosto de 2022.** Dispõe sobre os indicadores para a distribuição da cota municipal do ICMS referente à educação e estabelece o Índice de Qualidade da Educação de Mato Grosso do Sul (IQE-MS). Campo Grande, MS, 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: educação infantil e ensino fundamental.** Campo Grande, MS: SED/MS, 2020. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/informativos/guias-e-manuais/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: ensino médio.** Campo Grande, MS: SED/MS, 2021. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/informativos/guias-e-manuais/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução/SED nº 4.032, de 11 de maio de 2022.** Regulamenta o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul – SAEMS. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 12 maio 2022.

MENEZES DE SOUZA, Lynn Mario Trindade. **Hibridismo e tradução cultural em Bhabha.** In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (org.). Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 113–133.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico e o trabalho colaborativo na escola.** Vol. 11. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

RESULTADOS SAEMS. **Resultados de avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <https://resultados-saems.conhecimento.fgv.br/Resultado>. Acesso em: 01 set. 2024

REZENDE, Wagner Silveira. **Avaliação em larga escala da alfabetização: os casos de Paebs Alfa, Proalfa e Spaee Alfa.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

SAEMS. **Sistema de Avaliação da Educação de Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <https://saems.caedufjf.net/>. Acesso em: 01 set. 2024.

SCHILDKAMP, Kim; POORTMAN, Cindy L.; HANDELZALTS, Adam. **Data teams for school improvement.** School Effectiveness and School Improvement, London, v. 27, n. 2, p. 228-254, 2016. Acesso em: 21 de abril de 2026.

SOARES, José Francisco. **Avaliação da educação básica: reflexão para ações pedagógicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOARES, José Francisco. **Qualidade e equidade na Educação Básica brasileira: a evidência do SAEB-2001**. Archivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 12, n. 38, 2004.

SOARES, José Francisco. **Qualidade e equidade na educação básica brasileira: fatos e possibilidades**. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (org.). Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 87-114.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. **Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul.-set. 2013.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.